

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

L. 15 91

TEMA :
UTILIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOS PROGRAMAS DE DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO

Estudo de Caso

**Formas de Sobrevência e Expectativas
de Combatantes Desmobilizados
no Distrito de Boane**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História, da Universidade Eduardo Mondlane

Adriano Manuel Malache
Maputo, 1997

331.101.265:32
M236M 04
F. LETRAS U.E.M.
R. E. 26182
DATA 8 / Maio 1998
AQUISIÇÃO Oresta
COTA HT-51

Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei”

Dedicatória

Dedico este trabalho, em especial, ao meu falecido Pai, Manuel Malache, em reconhecimento da sua incomensurável dedicação para a minha educação e formação e da forma sábia e afeiçoada de como me orientou, durante a sua vida, como Pai e professor, a trilhar pelos caminhos árduos da vida, e ainda do facto de ter depositado em mim plena confiança na esperança de um dia poder colher os frutos que, infelizmente, não os pôde usufruir.

Agradecimentos

Tributos especiais às entidades que dispuseram-se a entrevistas que me foram de grande auxílio. Tributos muito especiais vão para o Professor Doutor João Paulo Borges Coelho que teve a gentileza e a paciência de ler e comentar este trabalho e dispendeu horas do seu descanso para me ajudar com aconselhamentos; para os meus colegas do curso, por quem tenho profunda amizade. Finalmente e em especial, tributos para minha querida Mãe, Laura Amade, e através dela para os meus irmãos, pelo seu encorajamento.

A **todos** aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para este trabalho, vai o meu especial agradecimento.

Abreviaturas

| | |
|---------|--|
| AGP | Acordo Geral de Paz |
| CAs | Centros de Acantonamento |
| CCF | Comissão de Cessar-Fogo |
| COMIVE | Comissão Militar de Verificação |
| COMPOL | Comissão Nacional de Assuntos Policiais |
| COMINFO | Comissão Nacional de Informação |
| CNE | Comissão Nacional de Eleições |
| CCFADM | Comissão Conjunta para Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique |
| CIVPOL | Polícia Civil |
| CORE | Comissão de Reintegração |
| CS | Conselho de Segurança. |
| CSC | Comissão de Supervisão e Controlo |
| CTNAs | Centro de Tropas Não-Acantonáveis |
| EAR | Esquema de Apoio à Reintegração |
| FAM | Forças Armadas de Moçambique |
| FPLM | Forças Populares de Libertação de Moçambique |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| FADM | Forças Armadas de Defesa de Moçambique |
| GTZ | Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit |
| IAB | Instituto Agrário de Boane |
| IDIL | Instituto Nacional de Desenvolvimento da Indústria Local |
| NU | Nações Unidas. |
| OIM | Organização Internacional para a Migração |
| ONUMOZ | Operação das Nações Unidas em Moçambique |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| RENAMO | Resistência Nacional de Moçambique |
| SG | Secretário Geral. |
| SIR | Serviço de Informação e Referência. |
| UN | United Nations |
| U T | Unidade Técnica da ONUMOZ |

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo sobre uma parte recente do processo de transição para a paz em Moçambique, que diz respeito ao processo de desmobilização e reintegração dos combatentes. Identifica os objectivos a curto, médio e longo prazos da desmobilização e reintegração e discute a necessidade e relevância da gestão dos desmobilizados para o alcance daqueles objectivos evidenciando a educação, formação e o emprego como elementos essenciais para a reintegração económica e social desta camada e, conseqüentemente, para a estabilidade política e segurança do país. Explora também as perspectivas das instituições envolvidas na implementação dos programas de reintegração, revelando a pobreza dos relatos sobre a reintegração dos combatentes desmobilizados que incidem somente nas perspectivas e no discurso público das instituições envolvidas no processo: se a desmobilização foi concluída de forma praticamente exemplar,^x a reintegração dos desmobilizados na sociedade, pelo contrário, tem levantado inúmeros problemas e continua a ser uma questão actual. O trabalho argumenta ainda que a coerência entre a pesquisa, o desenvolvimento sustentável do país e as medidas para resolver o problema dos desmobilizados deveriam ser vistos, hoje, no quadro mais geral do problema de ocupação, formação e crédito de todas as cadeias vulneráveis do país.

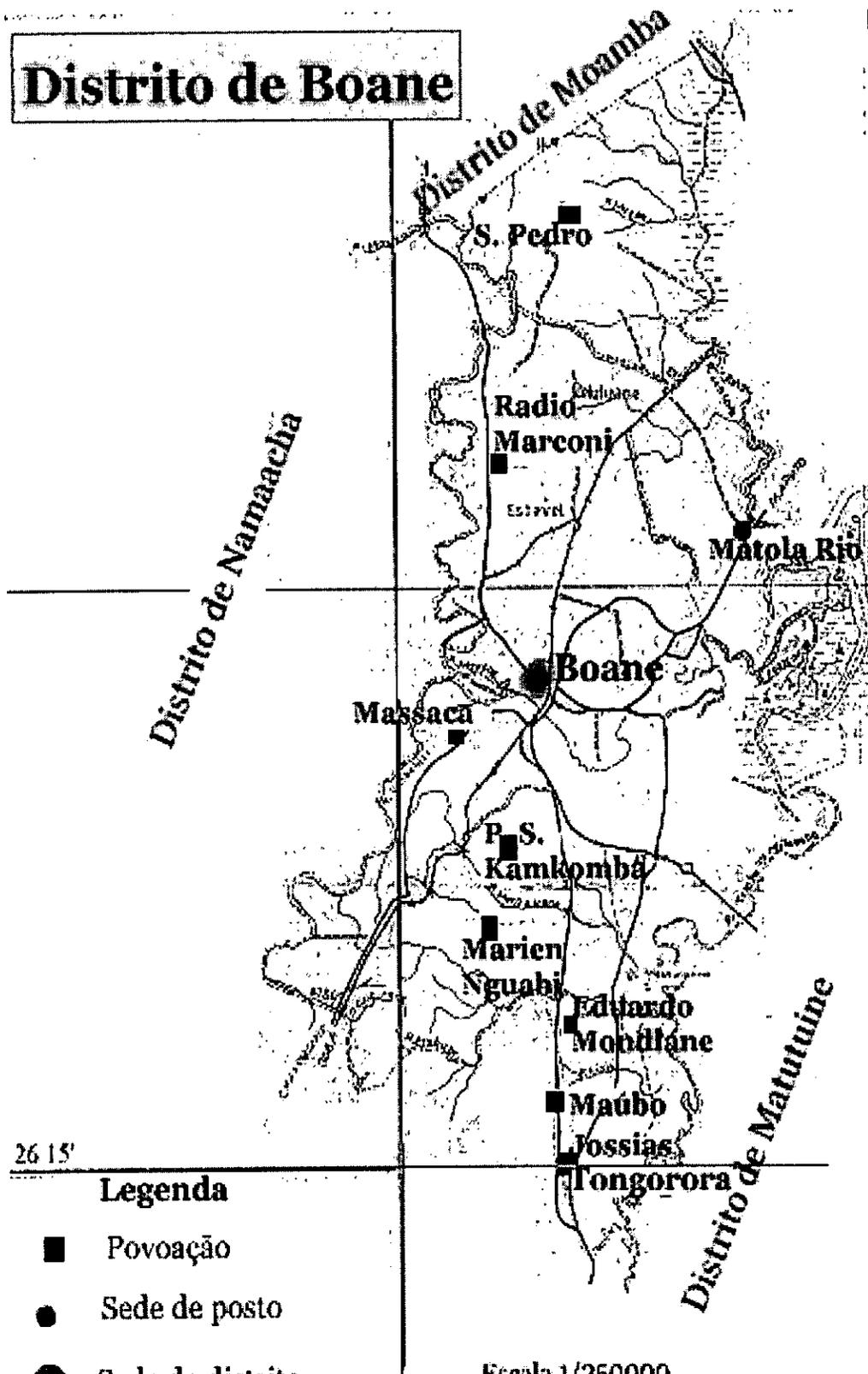
Sumário

| | |
|---|----|
| I. Introdução..... | 1 |
| * Objecto de trabalho..... | 2 |
| * Problema..... | 3 |
| * Hipóteses..... | 4 |
| * Objectivo do Trabalho..... | 4 |
| * Metodologia..... | 5 |
| II. O Acordo Geral de Paz e a transição para a Paz em Moçambique..... | 8 |
| 1. Um olhar ao processo de desmobilização dos ex-combatentes..... | 14 |
| 2. Um olhar à estratégia de reintegração dos ex-combatentes..... | 17 |
| 3. Os programas de reintegração..... | 22 |
| III. BOANE - Um contexto específico..... | 27 |
| 1. Localização Geográfica..... | 27 |
| 2. Perfil dos ex-combatentes..... | 30 |
| 2.1. <i>Composição do Agregado Familiar</i> | 30 |
| 2.2. <i>Idade e grau de instrução dos ex-combatentes</i> | 32 |
| 2.3. <i>Etnia e Identificação étnica</i> | 32 |
| 2.4. <i>Origem e local de residência</i> | 34 |
| IV. Os objectivos das estratégias de desmobilização e reintegração..... | 39 |
| 1. Utilização de Recursos Humanos e Reintegração..... | 42 |
| 2. Aplicabilidade das habilidades adquiridas nas actividades civis..... | 43 |
| 3. Pressupostos para a utilização da força de trabalho desmobilizada..... | 46 |
| V. Estratégias concebidas e implementadas ao nível distrital no âmbito da reintegração social e económica dos combatentes desmobilizados..... | 49 |
| 1. Formação dos ex-combatentes para a reintegração..... | 50 |
| 1.1. <i>Formação para a reintegração económica</i> | 51 |
| 1.2. <i>Análises de necessidades de formação</i> | 52 |
| 1.3. <i>Desenvolvimento Humano</i> | 53 |
| 1.4. <i>É formação a solução?</i> | 55 |
| 1.5. <i>O impacto social da formação</i> | 56 |

| | |
|---|----|
| 2. Distribuição ocupacional----- | 65 |
| 2.1. <i>Agricultura</i> ----- | 66 |
| 2.2. <i>Negócio Informal</i> ----- | 68 |
| 2.3. <i>Negócio de lenha e carvão</i> ----- | 71 |
| 2.4. <i>Imigração</i> ----- | 72 |
| 3. Estruturas distritais para absorver os combatentes desmobilizados----- | 73 |
| 4. Que políticas adoptar para utilização efectiva da força de trabalho desmobilizada----- | 75 |
| VI. Conclusões----- | 77 |

- Bibliografia
- Anexos
- Mapas

Distrito de Boane



Legenda

- Povoação
- Sede de posto
- Sede de distrito

Escala 1/250000

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O objectivo último de todos os esforços de desmobilização e reintegração deve ser, em última instância, o de melhorar o bem-estar dessas pessoas. As pessoas e suas capacidades são consideradas meios e instrumentos importantes para o alcance de vários objectivos económico, social e político do processo de desmobilização e reintegração. A desmobilização de combatentes liberta as potencialidades humanas que podem contribuir para o alcance destes objectivos se as habilidades e aptidões forem usadas efectivamente e se as pessoas sem elas, ou com poucas habilidades forem dotadas de habilidades e qualificações úteis para a vida civil. Apesar de os ex-combatentes constituírem somente um grupo afectado pelo conflito em sociedades pós-conflito, parece haver consenso de que (por várias razões) os ex-combatentes devem receber atenção especial, principalmente na fase de desmobilização.

É neste contexto que se realiza este estudo com vista a conhecer as características, o impacto dos programas de reintegração, formas de sobrevivência e as expectativas dos combatentes desmobilizados que manifestaram vontade de se estabelecer no distrito de Boane, ao abrigo do Acordo Geral de Paz (AGP). Estes, juntamente com as suas famílias, constituem o grupo objecto de análise do presente trabalho.

A nossa motivação por este estudo tem a ver com as especificidades que este distrito comporta. Em primeiro lugar, a existência do quartel e a permanência destes combatentes desmobilizados no local por longo período de tempo e o desenvolvimento de laços sociais com a comunidade. Este aspecto é importante na medida em que, como se constatou no terreno, maior parte destes desmobilizados são oriundos do Norte do país, daí que importa avaliar o impacto da sua integração sócio-económica naquela comunidade.

Em segundo lugar, durante a guerra o distrito recebeu grandes números de deslocados internos (devido a segurança que proporcionava) e possui ainda um centro de refugiados oriundos de diversos países. Isto fornece, pensamos, o contexto para a discussão se a integração dos

desmobilizados merece uma atenção particular ou se, pelo contrário, ela deve ser considerada como parte de um esforço de integração mais amplo cobrindo outros sectores da população.

Em terceiro lugar, Boane é um distrito rico do ponto de vista agrícola, onde se esperava que na sua maioria, os combatentes desmobilizados se transformassem em agricultores. Este aspecto é importante uma vez que a estratégia geral considerava a agricultura como tendo o melhor potencial para a reintegração em Moçambique.

Outros aspectos não menos importantes, e que mereceram a nossa atenção, são os que se relacionam com o envolvimento dos combatentes desmobilizados no desenvolvimento de negócio informal. Este aspecto é importante na medida em que pretendemos apurar a dimensão de actividades desta natureza no rendimento das famílias com desmobilizados. Para tal fim, tivemos em conta o facto de Boane encontrar-se na rota Maputo - África do Sul e Maputo - Swazilândia. Enquadra-se, também, neste contexto, a componente da venda de lenha e carvão.

Finalmente, procuramos apurar também a dimensão da relação existente entre os combatentes desmobilizados e os soldados no activo no quartel local. Este aspecto mereceu nossa atenção na medida em que parte daqueles ex-combatentes mantêm relações de amizade com combatentes no activo no quartel local. Face às dificuldades enfrentadas por aqueles na sua reintegração na vida civil, estas relações constituem, de alguma forma, suporte de sua sobrevivência.

* Objecto de trabalho

Constitui objecto deste trabalho estudar o processo de reintegração de combatentes desmobilizados como parte do processo de transição para a paz em Moçambique no âmbito do Acordo Geral de Paz assinado em Roma, a 4 de Outubro de 1992, entre o Governo e a Renamo.

* Problema

Na sequência do AGP, os programas concebidos para a integração dos ex-combatentes na vida civil foram fundamentalmente o transporte, juntamente com as suas famílias, para as suas zonas de escolha; subsídios monetários; regresso ao campo e à agricultura (pensava-se que pelo menos 50% dos desmobilizados iriam para o campo e seriam automaticamente reintegrados na agricultura, dentro duma renovação agrícola que seria natural imediatamente a uma situação pós-guerra), e a formação profissional e disponibilização de ferramentas de trabalho para o emprego e auto-emprego respectivamente.

Além disso, grande parte dos programas foi financiada pela comunidade internacional mas actualmente a estratégia e políticas de integração dos desmobilizados estão sob a responsabilidade do Governo moçambicano. Estes programas tinham por objectivo garantir a estabilidade necessária à implementação do AGP e fazer com que os desmobilizados deixassem de constituir um grupo com "necessidades especiais". As respostas aos seus problemas subsequentes seriam encontradas através de políticas conducentes à promoção económica, com o desenvolvimento rural e criação de postos de trabalho.

Entretanto, passados estes anos, muitas destas premissas estão hoje a ser seriamente questionadas pela prática e pelos números. Enquanto que, por um lado, os responsáveis pela sua concepção e execução, assim como o Governo moçambicano, afirmam que a reintegração básica dos desmobilizados foi conseguida e que, por conseguinte, o seu estatuto de grupo especial terminou, os beneficiários, por outro lado, consideram que os programas de reintegração pouco fizeram 'para os pôr em pé de igualdade com os restantes grupos sociais' e que o seu ponto de vista nunca é tomado em consideração no processo de formulação de estratégias e de programas. O maior instrumento de pressão que os desmobilizados parecem possuir para colocar as suas exigências é a sua capacidade de causar instabilidade social.

Estes aspectos levam-nos a considerar que é necessário repensar seriamente no sentido de avaliação de toda a estratégia de abordar o problema do desmobilizado; perspectivar acções futuras

para esta classe conscientes de que o emprego, a partida o emprego formal, não é e nem vai ser nos próximos tempos resposta para o problema do emprego prevalecente, incluindo o desmobilizado.

* Hipóteses

Podemos afirmar hoje que as estratégias e programas concebidos e executados para a reintegração dos desmobilizados produziram efeitos realmente palpáveis no contexto da pacificação do país. Ainda se mantém a divergência entre decisores e desmobilizados sobre a filosofia de reintegração: enquanto que os decisores consideram que os problemas actuais dos desmobilizados - 'essencialmente uma questão de formação e de emprego' - são os mesmos do grande grupo dos desempregados, os desmobilizados, pelo contrário, consideram que passados estes anos de implementação de programas de reintegração ainda se encontram em desvantagem substancial em relação aos outros grupos.

Por outro lado, enquanto os decisores favorecem uma política geral de criação de postos de trabalho aliada à formação (uma visão a médio e longo prazos), os desmobilizados defendem a definição de políticas específicas para o seu grupo com impacto a curto prazo. As actividades ocupacionais na altura consideradas mais absorventes para os desmobilizados, tal como a agricultura, tendem a não satisfazer essa premissa. Tanto no meio urbano ou peri-urbano como no meio rural os biscates, o recurso ao sector informal e a execução de outras actividades remuneráveis tendem a constituir a base de sobrevivência do agregado familiar dos desmobilizados.

* Objectivo do Trabalho

Constituem objectivos do presente trabalho avaliar, ao nível local, o impacto dos programas de formação na melhoria do rendimento do agregado familiar dos desmobilizados; O impacto dos micro-projectos desenvolvidos localmente no âmbito do processo de reintegração; Avaliar, ainda, o impacto de outros esforços no sentido da reintegração dos desmobilizados; E, finalmente,

identificar as principais fontes de sobrevivência dos desmobilizados e as principais necessidades em termos de acesso ao trabalho, formação, entre outras.

Importa referir que a nossa tese pretende ser uma companheira, uma luz e não efectivamente um fim. Cada página dela testemunha uma aliança com os que assumem, plenos de energia, a responsabilidade de ver doravante, fortemente apegadas ao solo, as raízes da paz, da estabilidade sócio-económica e política. Para este desafio aguardamos sugestões e críticas que contribuam para o alcance dos objectivos que perseguimos.

É, pois, preciso prevenir o leitor de que não se trata de um estudo historiográfico sobre o processo de desmobilização e reintegração, mas sim um estudo de caso e sócio-económico. No caso presente, tentamos pôr em evidência também os traços essenciais da questão como fenómeno político específico: os acontecimentos marcantes e os pormenores concretos não são retidos e expostos senão na medida em que permitam ilustrar com pertinência o objecto de investigação.

* Metodologia

A metodologia adoptada assenta numa estratégia de pesquisa em que, sem descurar ao recurso de outras técnicas, o inquérito por questionário assume o estatuto principal, na medida em que é o único instrumento que permite analisar qualitativa e, sobretudo, quantitativamente as opiniões e as expectativas de um grupo relativamente alargado.

As restantes técnicas aplicadas permitem obter informações de natureza qualitativa, que complementa e reforça o valor explicativo dos resultados. Estão, neste caso, a análise documental, que pese a escassez de material existente sobre a problemática em questão será aplicada com o máximo possível de exaustividade, e as entrevistas semi-estruturadas de carácter exploratório, que permitem aprofundar a análise e encetar novas pistas de reflexão, a um nível qualitativo não garantido pelo simples apuramento dos resultados do inquérito.

Isto determina a construção geral do plano de exposição deste trabalho: optamos por um plano geral que, a partir do momento em que se entrar no cerne do assunto, consiste em cada

capítulo, expor, em primeiro lugar, uma série de proposições gerais; virá, em seguida, a análise concreta do conteúdo do capítulo: análises que assumem, então, na exposição, o papel de ilustrações dessas proposições e, finalmente, uma espécie de conclusão sobre o capítulo. Será também com um conjunto de conceitos de análise social, económica e/ou política que seremos levados a formular, a precisar e a rectificar, se necessário, as nossas ideias e reflexões sobre esta matéria. Esta ordem de exposição favorece, do nosso ponto de vista, a clareza de exposição, clareza exigida pelo objecto e pelo próprio carácter deste estudo.

Neste trabalho são apresentados os resultados do estudo que assentam, em grande parte, na análise de dados de trabalho de campo realizado entre Julho e Setembro de 1996. Os inquéritos foram feitos predominantemente na vila-sede. Outras realizaram-se nos postos de Massaca I e Rádio Marconi e povoações de Maúbo, 25 de Setembro, Marien Nguabi, Eduardo Mondlane e Jossias Tongorora. A escolha destes locais foi função da predominância de população desmobilizada. Para essa finalidade foram questionados 33 desmobilizados e 13 famílias sem desmobilizados. Esta constitui a nossa amostra de um universo constituído de 549 combatentes desmobilizados. Com o mesmo objectivo foram feitas entrevistas no distrito de Matutuine, especificamente, as regiões de Ponta Malongane, Ponta de Ouro e Zitundo.

O nosso objectivo foi o de inquirir o maior número de desmobilizados e de instituições e pessoas relacionadas com o problema. As entrevistas foram feitas ao nível de bairro, sobretudo com o objectivo de apurar sobre a economia do agregado familiar a dimensão económica, não a única, obviamente, mas uma dimensão importante do processo de reintegração. Trabalhando ao nível do bairro procuramos, através das entrevistas, comparar a economia e a vida geral de cada agregado com desmobilizado com outros agregados vizinhos sem desmobilizados para tentar ter resposta à questão se eles serão tão diferentes dos outros agregados agora que já decorreram três anos depois da implementação dos programas.

O trabalho está dividido em 6 Capítulos. O primeiro apresenta os aspectos metodológicos relacionados com a elaboração do trabalho. O Capítulo II apresenta o resumo do processo de transição para a paz em Moçambique e seu impacto na implementação dos programas de passagem dos desmobilizados a vida civil.

O Capítulo III apresenta o contexto específico da região em estudo e o perfil dos desmobilizados nos aspectos da composição do agregado, idade, etnia, origem, entre outros, que espelham os aspectos sócio-económicos da nossa amostra.

O Capítulo IV identifica os objectivos a curto, médio e longo prazos da desmobilização e reintegração. As políticas de reintegração devem ser analisados e avaliados em termos destes objectivos. O capítulo faz referência também à utilização efectiva das habilidades dos ex-combatentes. Enfatiza-se que as intervenções devem, em primeiro lugar, avaliar as aptidões dos ex-combatentes adquiridas antes do recrutamento ou durante a vida militar. Em seguida, deve analisar-se até que ponto estas aptidões são aplicáveis e úteis nas actividades civis. Finalmente, torna-se necessária a tomada de medidas políticas de modo a facilitar o actual emprego e uso das habilidades.

O Capítulo V discute a relevância de gestão dos desmobilizados no contexto dos programas de desmobilização e da reintegração. Neste capítulo defende-se que a educação e formação podem jogar um papel importante no sentido de facilitar a reintegração económica e social que por sua vez podem contribuir para a estabilidade política e segurança.

O Capítulo VI apresenta as considerações finais onde não só apresentamos as conclusões do nosso trabalho mas também apresentamos algumas recomendações sobre a maneira de como lidar com programas de desmobilização e reintegração.

CAPÍTULO II

O ACORDO GERAL DE PAZ E A TRANSIÇÃO PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo abordará matéria relacionada com a implementação do Acordo Geral de Paz (AGP). Pretende-se apresentar, de forma breve e evolutiva, os acontecimentos relevantes através duma breve descrição, basicamente cronológica, dos principais eventos no quadro do processo de implementação do AGP.

Ao fazê-lo temos em vista fornecer as bases para uma melhor compreensão dos factos que constituíram, no seu conjunto, suporte para a formulação de estratégias políticas e/ou sócio-económicas com incidência específica sobre a questão da reintegração dos desmobilizados de guerra na vida civil. Neste capítulo argumentamos que as dificuldades encontradas no processo de desmobilização acabaram por se espriar sobre os estágios seguintes do processo nomeadamente o estabelecimento das estruturas e a definição de programas mais consistentes que se adequassem às necessidades reais dos ex-combatentes vistos numa perspectiva a curto, médio e longo prazos. Os constrangimentos surgidos durante a fase de desmobilização deturparam, de certa forma, o gradualismo que se pretendia impor na implementação do processo seguinte - o da reintegração dos ex-combatentes - por sinal o mais complexo.

A 4 de Outubro de 1992 foi assinado, em Roma, por Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique (e da FRELIMO) e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO, o Acordo Geral de Paz (AGP). O acordo estipulava entre outras coisas a participação das Nações Unidas na monitorização da implementação do AGP e questões específicas relacionadas com o cessar-fogo, as eleições e a assistência humanitária¹.

¹Vide Boletim da República, I Série, nº42 de 14 de Outubro de 1992.

De acordo com a calendário operacional do cessar-fogo então estabelecido, o cessar-fogo devia entrar em vigor o mais tardar a partir do dia 15 de Outubro de 1992 (Dia-E), dia da adopção do AGP pela Assembleia da República². Este acto foi seguido de um conjunto de acções, nomeadamente o início da verificação das Nações Unidas (UN), do Termo do Conflito Armado, da fase de Separação das Forças do Governo e da RENAMO e, pouco depois, da sua concentração nos Centros de Acantonamento (CAs) e da retirada das tropas estrangeiras (malawianas e zimbabweanas que guarneciam os corredores da Beira, Limpopo e Nacala). A desmobilização dos soldados do Governo e da RENAMO que não integrariam as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) unificadas devia ser completada seis meses depois do Dia-E; previa ainda o estabelecimento de uma Comissão de Polícia e a formação de novos partidos políticos e a realização de eleições o mais tardar até 15 de Outubro de 1993, portanto, um ano após a entrada em vigor do AGP³.

Contudo, as Partes não estavam em contacto directo e nem os mecanismos previamente estabelecidos no Acordo haviam sido criados. Obedecendo ao definido no AGP como o papel da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), como mediadora do Acordo, a 4 de Novembro de 1992 foi criada a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC)⁴, órgão responsável pelo controlo político global do cessar-fogo. A CSC criou as principais Comissões auxiliares que incluíam: a Comissão de Cesar-Fogo (CCF), a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a Comissão para a Reintegração do Pessoal Militar Desmobilizado (CORE)⁵.

Existia também a componente humanitária que tinha por objectivo a promoção da reconciliação e assistência à população deslocada e refugiada reassentada (estimada em 6 milhões,

²A Assembleia da República aprovou o Acordo Geral de Paz a 14 de Outubro de 1992.

³Boletim da República, op.cit.: 202(17).

⁴United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ): Mandates and Chronology of Main Events, documento apresentado no "Workshop" intitulado "Projecto de Treino para a Paz, Pequenos Libombos, 14-16 de Agosto de 1996:2. Cf. HUME, Cameron, Ending Mozambique War: the role of mediation and good offices, United States Institute of Peace, 1994:140-141.

⁵Para além destas foram criadas outras comissões: Comissão Militar de Verificação (COMIVE), Comissão Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL), Comissão Nacional de Informação (COMINFO), Comissão Nacional da Administração Territorial, Comissão Nacional de Eleições (CNE). Para uma melhor descrição da estrutura e missão destas vide o artigo escrito por Da Costa, Inês Nogueira, De Lemos, Manuel Jorge Correia e Coelho, João Paulo Borges, Arquivo Histórico de Moçambique e a Documentação do Processo de Paz, in ARQUIVO, 17 (1995):181-221.

nomeadamente 4 milhões de deslocados internos, 1.5 milhões de refugiados e 370.000 desmobilizados e seus dependentes). A componente humanitária da ONUMOZ, UNOHAC, encabeçado pelo Coordenador para Assuntos Humanitários, assistiria a desmobilização e reintegração e apoiaria a repatriação, auxílio de emergência, restauração de serviços essenciais e desminagem⁶.

Entretanto, as questões burocráticas ao nível das NU fizeram retardar a aplicação de princípios chaves constantes do AGP as quais, face às desconfianças entre as Partes, só podiam ser aplicadas na presença da ONUMOZ. A 7 de Janeiro de 1993 Dhlakama informava que ele não iniciaria com o processo de acantonamento das suas forças e com a desmobilização até que mais forças das NU fossem enviadas e exigia ainda que 65% das tropas da ONUMOZ fossem enviadas para as áreas controladas pela RENAMO⁷. É neste contexto que a 2 de Abril de 1993, o Secretário Geral (SG) informou ao Conselho de Segurança (CS) que a calendarização do AGP provava ser irrealista devido a factores tais como os atrasos no acantonamento e na desmobilização, no envio de observadores militares das NU e de unidade militares da ONUMOZ assim como problemas legais e logísticos a nível local. O SG convenceu-se de que as eleições não poderiam ter lugar em Outubro de 1993 pelo que as Partes deviam dar continuidade às discussões de concertação com vista ao estabelecimento de novas datas⁸.

Paralelamente, eram executadas, no terreno, outras acções começando pelo respeito do cessar-fogo; o Zimbabwe retirou as suas tropas do corredor da Beira em Abril de 1993, e o Malawi retirou a sua força do corredor de Nacala em Junho do mesmo ano⁹; em finais de Maio a ONUMOZ instalava suas infra-estruturas militares em todas as três regiões operacionais, entenda-se nas regiões Norte, Centro e Sul do país. É na sequência destes factos que a 30 de Junho o SG informou ao CS do fim da retirada das tropas estrangeiras, dos atrasos no estabelecimento da Comissão Nacional de

⁶United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)..., op.cit.: 3. Cf. Coelho, João Paulo Borges & VINES, Alex, Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes em Moçambique, in ARQUIVO 19 (1996): 7/8.

⁷Notícias, 7,8 de Janeiro de 1993. Paralelamente, questões de ordem estratégica, assim como o alto nível de desconfiança entre as Partes esteve na origem dos atrasos verificados: prevaleceram dificuldades em acordar com a ONUMOZ sobre os pontos de acantonamento precisos para iniciar com a desmobilização facto que levou a que o calendário de cessar-fogo e o da desmobilização não fosse cumprido.

⁸United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)..., op.cit.:3. Cf. Da Costa, De Lemos e Coelho, op.cit.:199; Hume, op.cit.:142.

Eleições, e do desenvolvimento do processo de acantonamento e desmobilização assim como a formação de novo exército¹⁰. Na altura, o SG chamou atenção para a necessidade de reformulação do calendário do AGP tornando-o mais realístico. A 9 de Julho de 1993 o CS aprovou a Resolução 850 a qual expressava a preocupação com relação aos atrasos na implementação do Acordo e apelava as Partes a concordarem sem dilatação com o calendário proposto¹¹. Já em finais do mês, precisamente a 22 de Julho de 1993, a CCFADM enviou 540 oficiais do Governo e da RENAMO para formação como instrutores no Zimbabwe¹².

No entanto, em finais deste mês a ONUMOZ reforçou a sua posição no terreno dado ter completado o número do seu contingente e, por outro lado, devido ao facto de o CS, através da Resolução 850, ter endureceu o tom pressionando o Governo e a RENAMO a aceitarem o calendário já revisto sem dilatação e a iniciarem sem demoras com a desmobilização. Terá sido resultado desta pressão a primeira cimeira Chissano/Dhlakama desde a assinatura do AGP em Outubro de 1992¹³. Apesar da questão de acantonamento não ter sido objecto de qualquer acordo especial, o encontro desanuviou o clima político ao estabelecer um acordo em relação a temas importantes.

Logo a seguir à referida cimeira, a 13 de Setembro de 1993, o CS aprovou a Resolução 863 a qual instava as Partes a aplicarem, sem posteriores dilatações, o calendário revisto para a implementação do AGP e encorajava os presidentes a continuar com os diálogos directos; solicitava também ao SG a examinar a proposta de supervisão das actividades da polícia pelas NU¹⁴.

⁹ Hume, op. cit.: 143.

¹⁰ Devido a problemas logísticos enfrentados pela Delegação da RENAMO na capital da País, a Comissão Conjunta para a Formação de Novo Exército não estava em funcionamento nove meses depois do Acordo de Outubro. United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:4.

¹¹ Idem:4.

¹² Idem: 3. Cf. Da Costa, De Lemos & Coelho, op.cit.:199; Hume, op.cit.:142; Coelho & Vines, op.cit.:10-16.

¹³ Há alguma imprecisão quando a data da realização da cimeira Chissano\Dhlakama: o artigo de Coelho & Vines apresenta a data de 23 de Agosto de 1993 contrastando com outras fontes que referem a data de 3 de Setembro do mesmo ano. Cf. United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:4; Hume, Ending Mozambique War..., op.cit.:144; Coelho & Vines, Desmobilização e Reintegração....,op.cit.:15.

¹⁴ United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:4. Cf. Coelho & Vines, op.cit.:16; Hume, op.cit.:143-144; Notícias, 19 e 21 de Outubro de 1993.

A 22 de Outubro de 1993, na sequência da visita de Boutros Ghali, as NU chegaram a um acordo com o Governo e a RENAMO sobre a recalendarização do processo de implementação do AGP e a CSC aprovou o calendário revisto: a Lei Eleitoral deveria ser aprovada até finais de Outubro de 1993 e a data de 30 de Novembro foi estabelecida para o início do processo de acantonamento enquanto que a desmobilização deveria iniciar-se em Janeiro de 1994 e concluída em Maio¹⁵ e, finalmente, as eleições realizar-se-iam em Outubro do mesmo ano.

Aprovado o novo calendário, e de modo a adequar-se a ele, o CS aprovou a Resolução 882 de 5 de Novembro de 1993 a qual renova o mandato da ONUMOZ por um período de 6 meses e insta as Partes a aderir ao calendário aprovado por eles em Outubro de 1993. É na sequência destes esforços que a 30 de Novembro se inicia formalmente o processo de acantonamento em 20 centros de um total de 49 previamente seleccionados¹⁶. A 9 de Dezembro a Lei Eleitoral é aprovada pela Assembleia da República e a 12 de Janeiro de 1994 a ONUMOZ transporta oficiais Moçambicanos do Zimbabwe para centros de treino das FADM em Moçambique após completarem sua instrução naquele país. A 21 de Janeiro são indicados os membros da Comissão Nacional de Eleições¹⁷.

Estes factos criaram confiança e esperança no cumprimento efectivo do novo calendário e de todo o processo de implementação do AGP. Foi nesta sequência que a 28 de Janeiro de 1994 o SG informa ao CS que o desenvolvimento político no país permitia a mudança de foco de monitorização do cessar-fogo à verificação geral das actividades da polícia e de respeito pelos direitos civis, e recomendava o estabelecimento de um contingente policial em número de 1.114 polícias civis (CIVPOL), sob comando de um chefe de Polícia Observador, e o corte gradual da componente militar¹⁸. Na sequência deste informe foi, a 23 de Fevereiro de 1994, aprovada a Resolução 898 do CS a qual autorizava o estabelecimento da componente policial e solicitava

¹⁵Entretanto, devido a problemas surgidos durante o processo de acantonamento somente à 12 de Fevereiro de 1994 a CSC decidiu que a desmobilização seria iniciada a 01 de Março. Cf. Coelho & Vines, op.cit.: 26; Notícias, 14 de Fevereiro de 1994.

¹⁶Sobre as formalidades no processo de acantonamento e a tipologia dos problemas surgidos nos centros de acantonamento vide Coelho & Vines, op.cit.:19; 20-25.

¹⁷United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)..., op.cit.:5.

¹⁸Idem:5.

propostas específicas do SG para a redução do pessoal militar para evitar o aumento nos custos da operação¹⁹.

A 11 de Abril, o Presidente Joaquim Chissano anunciou que as eleições gerais teriam lugar entre 27 a 28 de Outubro de 1994. A 18 de Abril, 278 membros do contingente da Polícia Civil da ONUMOZ são enviados e a 28 de Abril o SG informa ao CS que estavam criadas as condições políticas para a conclusão atempada da operação; dá também um informe sobre os louváveis progressos feitos nos programas humanitários: 75% de deslocados internos reassentados; expectativas de retorno de cerca de 342.000 refugiados dos países vizinhos até finais de 1994²⁰. Na sequência do informe, a 5 de Maio de 1994, o CS aprovou a Resolução 916 que renovou o mandato da ONUMOZ para um período final até 15 de Novembro de 1994²¹, e a 21 de Outubro o SG deu um informe ao CS da existência de condições básicas para a realização de eleições livres e justas.

As eleições tiveram lugar, de facto, de 27 a 29 de Outubro de 1994, monitoradas e verificadas por 900 observadores das NU e 1400 observadores internacionais²². Dhlakama exerceu seu direito de voto a 28 de Outubro, depois de intensos esforços persuasivos levados a cabo pelo CS, SG, Representante Especial do Secretário Geral e Presidentes de Estados vizinhos. Face a estes acontecimentos, a 15 de Novembro de 1994, data em que expirava o mandato anterior da ONUMOZ, o CS aprovou a Resolução 957 que prorrogou o seu mandato até à formação do Novo Governo, mas não mais para além de 15 de Dezembro do mesmo ano. Autorizava a conclusão de todas as questões relacionadas com a operação antes da sua retirada ou melhor antes de 31 de Janeiro de 1995²³.

E, finalmente, a 21 de Novembro, a Resolução 960 do CS aprovou os resultados das eleições moçambicanas, e pediu as Partes a aceitarem e a respeitarem os resultados assim como a

¹⁹Idem:5. Foi também no mês de Fevereiro que se realizou a Conferência de Doadores a qual reservou 20 milhões de dólares para alargar de 6 a 18 meses o período em que os soldados desmobilizados continuariam a receber os seus subsídios salariais. Cf. Coelho & Vines, op.cit.:26; Notícias, 1 de Fevereiro de 1994.

²⁰United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:5.

²¹Coelho & Vines apresentam a data de 18 de Março como a da aprovação pelo CS da Resolução que estabelecia que todo o pessoal das NU deveria deixar Moçambique até Novembro de 1994. Esta data contrasta com outras fontes que referem a data de 5 de Maio de 1994 como data da aprovação daquela resolução. Coelho & Vines, op. cit.:26. Cf. United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:5.; Notícias, 19 de Fevereiro de 1994.

²²United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)...., op.cit.:6.

continuarem com o processo de reconciliação nacional através de processos democráticos²⁴. Com a tomada de posse dos membros da Assembleia da República, a 8 de Dezembro de 1994, e do Presidente da República, um dia depois, na sequência das eleições gerais multipartidárias de Outubro de 1994, terminava 'com sucesso' todo um processo que contará com a supervisão da Comunidade Internacional e o apoio técnico da ONUMOZ.

1.O processo de desmobilização dos ex-combatentes

O AGP, particularmente a Secção VI do Protocolo IV, "Das Questões Militares", trata dos aspectos da desmobilização e reintegração dos militares desmobilizados²⁵. Ela determina a criação da Comissão de Cessar-Fogo (CCF) que tinha a missão de implementar o processo de desmobilização, planeá-lo e organizá-lo, e depois dirigi-lo e orientá-lo²⁶. Para a efectivação do processo de desmobilização foi criada a Unidade Técnica da ONUMOZ. Dependente do Gabinete do Representante do Secretário Geral e no quadro na CCF, este órgão teve um papel central na coordenação e comunicação entre todas as entidades envolvidas no processo de acantonamento e desmobilização das forças militares. nomeadamente o Governo, a Renamo, a CORE e outros; no fornecimento de alimentação aos centros de acantonamento; na supervisão da assistência médica e as condições de vida nos campos; e apoio no processo de registo e documentação. Nesta base,

²³ Idem:6.

²⁴ Idem:6.; Cf. Coelho & Vines..., op.cit.:16-20; Hume, op.cit.:143-144; Da Costa, De Lemos & Coelho, op.cit.:199-200; Notícias, 19 e 21 de Outubro de 1993. Sobre o AGP Hume comentaria que "The documents signed on October 4 were a milestone for the peace process and a map for the ongoing journey of reconciliation. The parties, helped along by the UN, could now start another stage of that journey". Hume, op.cit.:139.

²⁵ AGP, Protocolo IV, Art.VI, ii, 2, d) in Boletim da República, op.cit.:202-(11).

²⁶ Boletim da República, op.cit.:202-(10-11).Cf. Coelho & Vines, op.cit.:17-18. A concepção e organização dos Programas de Desmobilização e Reintegração económica e social contou, tal como exige todos e quaisquer programas de estabilização pós-guerra, com a definição de suas premissas tendo em conta o grupo alvo, capacidade financeira e institucional instalada e capacidade de mobilizar recursos adicionais. Foi realizado um trabalho aturado que permitiu a obtenção de informações importantes tais como patentes, vencimentos e tempo de serviço, aspectos de extrema importância para as acções da reintegração, já que o programa previa esquemas e formas de reintegração em formas financeiras, nomeadamente subsídio de desmobilização, pensões de reforma e/ou de invalidez, esquema de apoio à reintegração, que tomavam como base o salário de patente consoante o sistema de vencimentos vigente nas Forças Governamentais. Cf. Ministério da Defesa Nacional(MDN), "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra:Resumo da Experiência de Moçambique, (s/d): 10-20.

foram formuladas estratégias com vista ao cumprimento integral das missões que diziam respeito a cada uma das comissões de acordo com o estabelecido no Acordo.

Deste modo, após a entrada em funcionamento da CCF, constituiu tarefa principal a regulamentação do seu funcionamento o que permitiu a elaboração de programas que teriam lugar nos CA's, CTNA e fora deles em apoio aos militares antes e depois da sua desmobilização. Para o efeito, foram elaborados documentos e programas sobre normas de conduta nos CA's, procedimentos para a investigação e inspecção às violações do Cessar-Fogo e sobre a desmobilização (aspectos relativos a entrega de cartão de desmobilização, roupa civil, pagamento dos primeiros 3 meses do subsídio de desmobilização a cargo do Governo, transporte, etc) e ainda sobre a regulamentação de procedimentos específicos respeitantes à saúde e saneamento, informação e alfabetização.

A desmobilização é um processo que pressupõe sempre uma acção cuja causa é ditada por motivos essencialmente político-militares e/ou económicos pois trata-se, se precedido de conflito, de uma operação que tem em vista o desmantelamento efectivo das tropas das partes então em conflito e se em situação de paz, a redução de gastos militares nas despesas públicas, permitindo, a médio/longo prazos, a canalização dos correspondentes recursos aos sectores sociais e/ou produtivos. No caso anterior, há interesses divergentes cuja concordância é encontrada no desmantelamento das suas máquinas de guerra, como o que aconteceu recentemente em Moçambique. O último caso pode ser resultado da necessidade de reestruturação económica tal como o processo que culminou com a redução, em 1988, em cerca de 45.000 de efectivos do quadro permanente das FAM/FPLM, no quadro da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE)²⁷.

O processo de desmobilização sofreu sucessivos adiamentos pois, de acordo com o AGP, o mesmo deveria ter lugar seis meses depois do Dia-E. Surgiram inúmeros problemas com destaque para o início tardio do processo de acantonamento (que também sofreu sucessivos adiamentos da data prevista, um mês depois do Dia-E, para 30 de Novembro), que levou à recalendarização do processo para iniciar-se a 1 de Março. Entretanto, o processo iniciou, finalmente, a 10 de Março no CA governamental de Massinga, na província de Inhambane, quando 250 soldados foram

desmobilizados em cerimónia dirigida pelo Presidente Chissano. A RENAMO fê-lo a 18 de Março, quando Afonso Dhlakama ordenou a desmobilização de 101 combatentes no CA de Neves, também na província de Inhambane²⁸. Desde o início do programa de desmobilização a 30 de Novembro de 1993, a Unidade Técnica (UT) recebeu e registou nos centros de acantonamento 60.933 (49.404 do Governo e 17.524 da Renamo). Para além destes, até Junho de 1994 foram registados 30.637 combatentes não acantonáveis, dos quais 24.352 foram efectivamente desmobilizados e 5.421 transitaram para as FADM. Combinando todos estes grupos, a UT recebeu e registou um total de 105.248 combatentes (80.600 do Governo e 24.648 da Renamo). Destes 91.478 (70.959 do Governo e 20.519 da Renamo) foram desmobilizados, enquanto que 12.453 (8.791 do Governo e 3.662 da Renamo) transitaram para as FADM²⁹.

Apesar de o programa de desmobilização não ter sido inviabilizado, o processo de desmobilização experimentou dificuldades a partir do momento em que, face aos problemas atrás referidos, os militares passaram a exigir, por meios violentos, a sua desmobilização³⁰. Este factor juntamente com a necessidade de cumprir com o calendário estabelecido para a totalidade do processo que incluía a necessidade de fornecer recrutas para o novo exército e, principalmente, as crescentes dificuldades em manter os dois exércitos nos CAs, encorajaram a rápida desmobilização ou conclusão do processo.

Estes incidentes passaram a ser cada vez mais vistos como derivados, na sua maioria, do longo período de permanência dos militares nos CAs, da necessidade de reviver com as famílias há muito delas separados e, especificamente, da insuficiência de informação sobre o futuro dos militares acantonados, quer os desmobilizados, quer os que mostravam vontade de integrar as FADM.

Neste contexto, um princípio norteou a efectividade do processo, um princípio baseado no pensamento de que *'quanto mais cedo se concluisse a desmobilização mais depressa se diminuiria a pressão nos campos, mesmo se o resultado fosse a transferência de soldados descontentes para outras esferas da sociedade'*. Isto fez com que questões pertinentes relacionadas com a reintegração

²⁷ Vide MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.: 5.

²⁸ Coelho & Vines, op.cit.:32.

²⁹ Da Costa, De Lemos, & Coelho, op. cit.: 201-202.

dos ex-combatentes fossem ignoradas na base de não serem merecedoras de prioridade imediata e os seus reflexos fizeram-se sentir, inevitavelmente, no processo de implementação dos programas seguintes.

Em 1991 fez-se a previsão de existência, nas duas Partes, de aproximadamente 135.000 homens armados dos quais, após a assinatura do AGP e uma vez definido o número dos que integrariam as novas Forças Armadas de Moçambique (30.000 homens), o remanescente iria ser desmobilizado. Isto significou que 105 mil homens iriam ser desmobilizados e atendidos pelo programa de reintegração³¹.

2. A estratégia de reintegração dos ex-combatentes

O AGP na Secção VI, Protocolo IV, "Das Questões Militares" estabelece em linhas gerais o princípio da desmobilização e reintegração e cria as correspondentes Comissões para as acções a serem levadas a cabo nesse sentido. Para assegurar a reintegração dos ex-combatentes na vida civil foi criada a Comissão de Reintegração (CORE). A CORE foi também criada no âmbito da missão das NU e tinha com o objectivo fundamental o de criar condições sociais e económicas para a reintegração dos soldados desmobilizados. Constituía seu mandato "manter uma posição imparcial em relação ao governo e à RENAMO, e planear e controlar a implementação de programas de reintegração e supervisionar as COREs provinciais. Ao nível provincial, a sua tarefa consistia em assegurar que os direitos dos soldados desmobilizados fossem respeitados por todas as partes

³⁰ Para uma tipologia dos incidentes ocorridos nos Centros de Acantonamento vide Coelho & Vines, op.cit.: 26-31.

³¹ MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:12. Hume apresenta o número global das tropas de ambas as Partes estimadas em 100.000 homens: "*The documents (protocols of military questions, guarantees, and the cease-fire) would govern the processes of demobilizing 70,000 of the estimated 100,000 troops of the two sides(...)*", Hume, op.cit.:138. Já é um facto que será extremamente difícil obter o número exacto de combatentes adultos envolvidos no último conflito armado. Se em 1991 previa-se que existiam nos dois exércitos (Governo e Renamo), excluindo, portanto, as forças locais, cerca de 135.000 homens, contudo, mais tarde apenas foram registados nos centros de acomodação 107.000 militares de ambos os lados, dos quais 95.000 foram desmobilizados e 12.000 integrados nas novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

envolvidas³². Tentaria também identificar oportunidades de emprego e formação para os combatentes desmobilizados.

Deste modo, após a entrada em funcionamento da Comissão constituiu tarefa principal a regulamentação do seu funcionamento através da elaboração dos programas que teriam lugar nos CAs, Centros de Tropas Não-Acantonáveis (CTNAs) e fora deles em apoio aos militares antes e depois da sua desmobilização.

A estratégia do Governo quanto aos programas para os desmobilizados no contexto da implementação do AGP ter-se-á circunscrito à procura de delineamento de acções de reintegração que se inserissem, quanto possível, numa perspectiva global da reconstrução nacional no período pós-guerra, ajustando-se às realidades humanas, materiais e financeiras do País, e tendo em atenção os vários grupos vulneráveis (desmobilizados, deslocados internos, regressados e toda a sociedade) assim como a ocupação destes grupos através do seu envolvimento na reconstrução de infra-estruturas do País bem como o relançamento das actividades agrícolas e de comercialização agrária na perspectiva de fazer algo em seu próprio benefício e da comunidade, sendo, por isso, programas de emergência rumo ao desenvolvimento do País³³.

No desenvolvimento de um programa do género, tem importância particular aspectos relacionados com as condições sociais e económicas efectivamente existentes no país, a identificação de outros grupos populacionais que eventualmente careçam de tratamento igual, do tipo de reintegração que se pretende fazer (natural ou dirigida), e implicações sobre os objectivos pretendidos no seio da comunidade, assim como os objectivos que se pretendem com o programa, os recursos (financeiros, materiais e humanos) nacionais existentes, e forma de acesso aos programas pelos beneficiários³⁴.

³² Boletim da República, op.cit.:202-(10-11); Cf. Da Costa, De Lemos & Coelho, op.cit.:188-190.

³³ Se por um lado estas acções preconizadas a favor dos desmobilizados facilitaram sobremaneira a preparação e a realização da Conferência de Doadores de Roma assim como o trabalho da ONUMOZ no âmbito da implementação do AGP ao envolver-se o próprio Governo na concepção dos programas pós-guerra, acções posteriores tenderam a ser relegadas a instituições e/ou organizações Não-Governamentais que se encarregaram da reformulação e suporte financeiro necessário para a implementação dos programas.

³⁴ MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra ...", op.cit.: 7-8.

Na concepção do processo moçambicano, ditado à partida por imperativos do AGP, para além dos elementos acima referidos e do contexto político, económico e social local, deve ter-se em conta ainda o facto de o processo envolver muitos beneficiários assim como a necessidade de identificação de outros grupos populacionais carecendo de tratamento igual em virtude de terem sido afectados pelas condições da guerra (deslocados internos e regressados).

Ao abordarmos esta matéria é ainda necessário ter em conta a existência em Moçambique de um cenário que conta com pelo menos quatro grupos de desmobilizados, designadamente: os da Luta de Libertação Nacional, os do Serviço Militar Obrigatório, os desmobilizados na sequência do processo de redução dos efectivos militares das Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique (FAM/FPLM), ditada por imperativos económicos e, possivelmente, pela reorganização do exército moçambicano (1986/1990) e, finalmente, os desmobilizados em resultado da implementação do AGP.

Importa salientar que todos estes grupos de desmobilizados conheceram, como é óbvio, diferentes formas de reintegração³⁵. A experiência relativa aos mecanismos de reintegração sócio-económica destes grupos não foi das melhores. Concorreram para tal, entre outros, a falta de capacidade de gestão por parte dos beneficiários associada à fraca organização e planificação na implementação dos programas estabelecidos, de tal modo que não permitiram um acompanhamento contínuo da sua aplicação. Como consequência, aqueles programas não surtiram, na maioria dos casos, os efeitos desejados, o que levou a que alguns daqueles ex-militares solicitassem o seu reenquadramento nas FAM³⁶.

Mereceram maior atenção as Forças do Governo (FAM/FPLM) e da RENAMO uma vez que nelas iria ocorrer a desmobilização por razões político-militares e ainda por razões económicas,

³⁵ Para uma abordagem mais detalhada do processo anterior ao do contexto do AGP vide Taju, G., "Reintegração de Ex-Combatentes da Luta de Libertação Nacional e Desmobilizados do Serviço Militar Obrigatório na Sociedade Civil Moçambicana (1975-91)", CEA/UEM, 1991. Para o período mais recente vide Coelho & Vines, op.cit.:1-111. Cf. MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.: 2-3.

³⁶ Cf. MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:5.

facto que impunha a necessidade de realizar acções concretas para a reintegração social e económica dos militares a desmobilizar³⁷.

É neste contexto que, em 1991, se fez a previsão da existência, nas duas Partes, de aproximadamente 135.000 homens armados dos quais, após a assinatura do AGP e uma vez definido o número dos que integrariam as novas Forças Armadas de Moçambique (30.000 homens). O remanescente iria ser desmobilizado. Isto significou que 105 mil homens iriam ser desmobilizados e atendidos pelo programa de reintegração³⁸.

Dentro desta estimativa, e considerando o longo período de permanência destes homens naquelas formações militares, o que pressupunha terem estes homens constituído famílias, foi igualmente considerada uma média de dois dependentes por militar (esposa e filho) o que, no conjunto global, representava um agravamento dos beneficiários para mais de 300.000 pessoas.

Na base desta cifra teve de se proceder a um exercício de concepção do programa e sua execução, pois já permitia identificar as formas como o processo devia ser conduzido desde a desmobilização até a reintegração, tendo em conta o facto deste ser um grupo sensível no seu trato, e considerando os benefícios de carácter exclusivo aos militares e os que deveriam ser extensivos aos respectivos dependentes devidamente identificados como tal no quadro do programa³⁹.

Isto exigiu da CORE um tratamento orientado em dois momentos distintos nomeadamente, nos CAs e nos CTNAs e fora deles. A perspectiva da CORE central combinava a '*acção de resposta rápida*' com a '*programação do desenvolvimento a mais longo prazo*'⁴⁰. A primeira devia começar nos próprios CAs, assegurando assim a participação desta comissão deste o início do processo. Nos CAs e CTNAs o envolvimento de curto prazo devia incluir a distribuição de roupa civil, pacotes de vegetais e sementes e ainda campanhas de alfabetização, programas de informação radiofónica sobre opções de emprego, saúde pública, consciencialização ambiental, actividades culturais e

³⁷ Neste processo destaca-se, para além das formações militares pertencentes às Partes envolvidas e beneficiando-se das cláusulas do AGP, a existência de grupos distintos tais como, guerrilheiros (antigos combatentes da Luta de Libertação Nacional - FPLM), Forças Policiais, Forças irregulares (Milicianos) e inclusive Naparamas. Cf. MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:11.

³⁸ MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:12.

³⁹ MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Conflito...", op.cit.: 10/11.

⁴⁰ Coelho & Vines, op.cit.: 41.

desportivas e informação geral sobre o processo de paz e a reintegração na vida civil ⁴¹. No entanto, apesar das responsabilidades no desenvolvimento desta "acção de resposta rápida", o papel da CORE foi definido como iniciando-se apenas após os combatentes terem sido desmobilizados, por isso, a responsabilidade da CORE, para além das actividades já mencionadas, iniciava-se após a chegada dos ex-combatentes e suas famílias às zonas por eles escolhidas. Enquanto isso à OIM coube a responsabilidade de providência de transporte para os ex-combatentes.

Fora dos CAs, o tratamento obedeceu ao critério geral previsto partindo-se da implementação dos programas de emergência (como é o caso de transporte, comida, sementes e instrumentos agrícolas), seguido da implementação de outros, designadamente os programas de Formação e "Kits", o Esquema de Apoio à Reintegração e o subsídio de desmobilização. Alguns destes últimos enquadravam-se no que se designou de "programação do desenvolvimento a mais longo prazo" cuja essência era a reintegração económica⁴². De acordo com Coelho & Vines, na base dos programas estava o objectivo de reduzir o impacto da desmobilização sobre os indivíduos e a sociedade em geral, para além de dispersar os ex-combatentes pelos distritos⁴³.

Estabelecidos os princípios, procedeu-se à elaboração dos programas que teriam lugar nos CAs, CTNAs e fora deles em apoio aos militares antes e depois da sua desmobilização, sendo os principais, designadamente os de Subsídio de Desmobilização, de Distribuição de pacotes de Vegetais, Sementes e Instrumentos Agrícolas, de Serviços de Informação e Referência, de Esquema de Apoio à Reintegração, de Desenvolvimento das Habilidades Ocupacionais e o Fundo Provincial. Paralelamente a estes programas foram considerados aspectos relacionados com: os mecanismos de acesso às pensões (de Reforma e de Invalidez) para os que a elas tivessem direito, mecanismos de acesso à terra e distribuição de sementes e instrumentos agrícolas para cidadãos fixados nas zonas rurais e que se dedicassem à agricultura.

⁴¹ AGP, Protocolo IV, Secção VI, ii, 2, d) in BR, op.cit.: 202(11); Coelho & Vines, op.cit.:40-41; MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:13-15.

⁴² De acordo com Coelho & Vines, o ponto de partida destes programas "era que a economia moçambicana tinha fraca capacidade para absorver combatentes desmobilizados numa vida civil estável (considerava-se que 50% dos soldados a desmobilizar estariam inclinados a seguir actividades agrícolas de pequena escala)" daí que fosse necessário criar programas que suavizassem seu impacto sobre as comunidades e a sociedade em geral. Cf. Coelho & Vines, op.cit.:42-43.

⁴³Idem: 43.

3. Os programas de reintegração

Fora dos CAs, os principais programas previstos para os desmobilizados eram 5, designadamente:

a) *Esquema de Apoio à Reintegração (EAR)*, concebido como um sistema alargado de pagamento dos ex-combatentes de um subsídio em dinheiro durante 18 meses, para além dos 6 meses já assegurados pelo Governo⁴⁴.

Estes dois sistemas de pagamento aos desmobilizados garantiu-lhes a continuidade de receber por um período de 2 (dois) anos os seus vencimentos, mesmo na condição de desmobilizados. Este procedimento respondia a um desejo das Partes envolvidas no processo em minimizar os riscos que se corre quando se procede a este tipo de reintegração criando desse modo condições básicas para que estes pudessem gerir as dificuldades decorrentes do impacto social e económico nas respectivas comunidades. Assim, de acordo com o Coelho & Vines,

*"(...) por detrás destes esquemas estava o princípio segundo o qual enquanto os ex-combatentes não se integrassem estes pagamentos seriam importantes para cobrir o fosso entre a desmobilização e a reintegração na vida civil, mantendo-os, ao mesmo tempo, o mais dispersos possível, dado que eles ficavam "ancorados" às zonas onde os subsídios eram pagos"*⁴⁵.

⁴⁴Tratou-se de pagamento de seis meses em dinheiro aos desmobilizados, equivalente ao valor do beneficiário enquanto prestava o serviço militar, tendo sido operada uma alteração no valor a pagar ao desmobilizado que na vida militar era um simples soldado, tendo este passado de 35.000,00MT para 75.000,00MT. Esta forma de reintegração designada de **subsídio de desmobilização** que consistiu de um pagamento de 6 meses de salário na base da patente do militar desmobilizado, foi suportada integralmente pelo Governo e feito em 4 prestações, sendo a primeira constituída de 3 meses pagos de uma só vez no acto de desmobilização e os restantes meses na base mensal e no seu local de residência. Este procedimento teve continuidade através do estabelecimento do E.A.R., que assegurou a continuidade do pagamento dos subsídios por mais 18 meses. Esta componente foi disponibilizada pela Comunidade Internacional. Para a gestão deste fundo foi celebrado um contrato com o PNUD que por sua vez sub-contratou o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), visto ser a instituição bancária com maior cobertura nacional, a qual pagava mensalmente (ou em cada dois meses) aos ex-combatentes nas áreas por eles escolhidas para residir. Para o efeito foi distribuído um livro de cheques a cada beneficiário, na base do qual o Banco procedia aos pagamentos devidos. Cf. Coelho & Vines, op.cit.: 39-40; MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:19-22.

⁴⁵Coelho & Vines, op.cit.:42/43.

Com o mesmo fim optou-se deliberadamente por entregas parciais dos valores a eles destinados, pois receava-se que a entrega do total e de uma só vez destes valores, se corria o risco de estes usarem-no para fins supérfluos, não obstante o facto de se ter considerado que tal atitude não seria igual para todos, existindo aqueles que com o valor poderiam usá-lo num capital destinado para o investimento e/ou de acordo com o sistema de crédito bancário. Para estes casos, optou-se por deixar este critério entre os desmobilizados e a banca.

b) *Programa de Formação e "Kits"*, destinado a fornecer formação técnica e de negócios, assim como conjunto de ferramentas ("kits") a uma população desmobilizada seleccionada; o Programa também sob a responsabilidade do PNUD, visava abranger um grupo alvo entre 4.000 e 10.000 desmobilizados⁴⁶. Aprovado pela CORE em finais de Junho, só em Outubro atingiu actividade plena.

c) *Programa de políticas e identificação de emprego* a ser implementado através de *Serviços de Informação e Referência (SIR)*, a criar em todas as províncias. O terceiro grande programa, o SIR, foi estabelecido para colmatar uma lacuna registada durante o processo de desmobilização. Em consequência da multiplicação de incidentes nos CAs, a última hora grande parte dos militares foi desmobilizada fora dos CAs, não permitindo assim o contacto prévio dos desmobilizados com o documento referente ao seu futuro já na vida civil, o que só se verificou no acto da desmobilização.

Assim, o trabalho de esclarecimento prosseguiu fora dos CAs, tanto através dos Serviços de Informação e Referência (SIR) da CORE implantados em todas as províncias, como a nível distrital onde uma das suas funções consistia em encorajar os desmobilizados a permanecer nas zonas por si escolhidas⁴⁷. O principal objectivo dos SIRs provinciais era fornecer aos combatentes desmobilizados toda a informação necessária e identificar oportunidades de emprego nas provinciais

⁴⁶Idem:43; Notícias, 28 de Junho de 1994; (fora da disponibilidade manifestada pelos Doadores, o Governo Italiano manifestou interesse particular em envolver-se no processo. Notícias, 14 de Junho de 1994).

⁴⁷ Eles começaram a operar em escala limitada em Abril de 1994. Em finais de Maio continuava a tentar alargar a sua presença aos distritos. Estas dificuldades continuaram a jogar em desfavor do desmobilizado uma realidade que começa nos CAs e transborda para fora deles.

promovendo, em geral, a reintegração sócio-económica dos ex-combatentes. Numa fase posterior foi proposto para ser implementado pelos gabinetes provinciais da OIM.

d) Fundo Provincial para a Reintegração dos Soldados Desmobilizados

Este quarto programa principal "*visava apoiar a reintegração social económica dos combatentes desmobilizados e suas famílias através do financiamento de projectos de impacto imediato ao nível de base, apoiando-se em primeiro lugar nas instituições e actividades existentes, e visando estimular a actividade económica e reduzir as fricções sociais e esperava-se que o programa apoiasse as comunidades, particularmente as que recebessem grande número de ex-combatentes, para que fossem capazes de os absorver de uma forma pacífica*"⁴⁸. Pretendia-se ainda que fosse um fundo com capacidade para financiar vários projectos, desde que eles satisfizessem os critérios necessários, tais como "Especialidade de Gestão e Rentabilidade Reversiva do Projecto"⁴⁹. Pela sua ambiguidade não seria possível satisfazer a todos os desmobilizados, para além de que se não destinava somente a apoiar projectos individuais mas também aqueles que pudessem oferecer emprego a mais desmobilizados. O Fundo Provincial foi concebido como programa flexível, sob autoridade do director da UNOHAC e do coordenador da CORE⁵⁰.

e) Desenvolvimento das Habilidades Ocupacionais

E, finalmente, o quinto programa. Pretendia-se com este programa proporcionar cursos de formação profissional para os desmobilizados que estivessem interessados neles e que reunissem os requisitos exigidos, onde receberiam a formação básica como agricultores, canalizadores, pedreiros, electricistas, carpinteiros e gestores. Esperava-se que com esta formação os desmobilizados fossem

⁴⁸ Provincial Fund for the Reintegration of Demobilized Soldiers citado por Coelho & Vines, op.cit.: 43.

⁴⁹ Em 1995 contava-se que o projecto estivesse já em funcionamento em diferentes áreas de produção, com a abrangência directa de 447 desmobilizados cujo custo global era de 270 milhões de Meticais. Cf. MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:23.

⁵⁰ Coelho & Vines, op.cit.:43.

capazes de desenvolver actividades produtivas em moldes de auto-emprego, pois estava previsto o fornecimento das ferramentas "kits" a preços bonificados⁵¹.

Entretanto, importa salientar que a formulação e aprovação destes programas esteve condicionada à disponibilidade financeira quer do país quer da Comunidade Internacional facto que, à partida, punha em causa o sucesso destes programas. Assim, confrontados com a fraca capacidade económica do país, os problemas começaram a surgir logo de início, na fase de implementação dos programas. Como alerta um estudo realizado na altura pelo Ministério da Defesa Nacional,

"(...) a despeito de os programas e as necessidades neste contexto terem sido identificados, os recursos efectivamente disponibilizados pela Comunidade Doadora estiveram muito aquém de responder às expectativas sobre o assunto(...) o que significa que em muitos aspectos, em particular na componente de reintegração, o processo não está a ser bem sucedido, não obstante a desmobilização das tropas das Partes bem como a extinção das respectivas formações militares tenham sido cumpridas com sucesso. Isto significa que prevalecem no entanto preocupações quanto à plena continuidade dos programas de reintegração social e económica dos desmobilizados no período pós-eleitoral"⁵².

Daqui se depreende que os processos de desmobilização e de reintegração são interligados e, por isso, os programas que a eles digam respeito devem ser planificados em conjunto, pois a sua separação reside apenas nos momentos da sua implementação, uma vez que a desmobilização é uma acção dirigida aos militares nos CAs e nos CTNAs cujo período de execução se esgota com a saída dos desmobilizados destes locais para a vida civil. Por outro lado, a reintegração é um processo mais longo que visa facilitar a passagem daqueles à vida civil. No contexto em estudo, depreende-se que a reintegração social e económica dos desmobilizados foi encarada e tratada no quadro mais amplo da pacificação e estabilização do país acabado de sair da guerra, onde os desmobilizados representavam uma parte dos grupos populacionais carentes de apoio para se refazerem dos efeitos negativos da guerra⁵³, ao mesmo tempo que se tentava projectar os esforços para um contexto mais amplo de recuperação económica pós-guerra.

⁵¹ Estimava-se que o programa fosse abranger cerca de 5.000 desmobilizados que tendo formação numa daquelas áreas e tivessem um projecto economicamente viável poderiam se beneficiar directamente dos correspondentes "kits". Cf. MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra...", op.cit.:23-24.

⁵² MDN, "Desmobilização e Reintegração Pós- Guerra...", op.cit.:15-16.

⁵³ Com relação ao estatuto que eventualmente os desmobilizados pudessem ter após a desmobilização, o AGP não faz referência a qualquer estatuto específico considerando-os cidadãos iguais a todos os outros: "*Para todos os efeitos, os militares desmobilizados de ambas as Partes*

A experiência de três anos de reintegração dos ex-militares permite-nos extrair algumas indicações importantes para a análise do impacto dos programas estabelecidos para a passagem dos ex-combatentes à vida civil. Por um lado, é preciso reconhecer os esforços desenvolvidos na formulação de programas que se adequassem à realidade sócio-económica e, especificamente, que constituíssem respostas aos imperativos políticos à luz do AGP. Entretanto, à medida que o processo foi ganhando forma e tomando contornos mais complexos, as instituições nele envolvidos muitas vezes revelaram falta de capacidade para satisfazer as expectativas dos ex-combatentes numa altura em que estes esperavam maior envolvimento das mesmas uma vez recebida a formação e lançados para o mercado de trabalho sem meios para enfrentá-lo.

Os programas implementados deixam transparecer naquele contexto, muito provavelmente por factores estruturais, algumas lacunas especialmente no capítulo da execução. A sua concepção e execução foi relegada, em última instância, à sociedade civil, ONG's, etc. Tecnicamente, a materialização/implementação dos programas dependia da colaboração da parte da comunidade internacional e/ou ONG', através da alocação de fundos. Por outro lado, devido a contingências políticas as agências envolvidas no processo desenvolveram suas actividades ao nível do imediato visando dar cobro aos problemas conjunturais, a uma situação concreta - a ameaça que os desmobilizados, como grupo, constituíam para a paz ora alcançada. Ora, o que se pode depreender de todo este processo é que aquele objectivo foi, em certa medida, alcançado. Mas uma leitura actual do processo deixa antever ainda um longo percurso. Até que ponto o conseguido nestes primeiros passos dados constitui alicerce seguro para a consolidação do processo é o desafio que nos é apresentado.

Contrariamente à desmobilização que chegou praticamente ao fim em Agosto de 1994, a reintegração social e económica dos combatentes desmobilizados constitui um processo aberto que durará mais alguns anos. Para ilustrar alguns dos problemas por detrás da reintegração social e económica, examinaremos em seguida a situação do distrito de Boane.

passarão a ser civis e receberão tratamento igual perante o Estado". Vide AGP, Protocolo IV, Secção VI, II., 1 in BR, op.cit.: 202-(10-11).

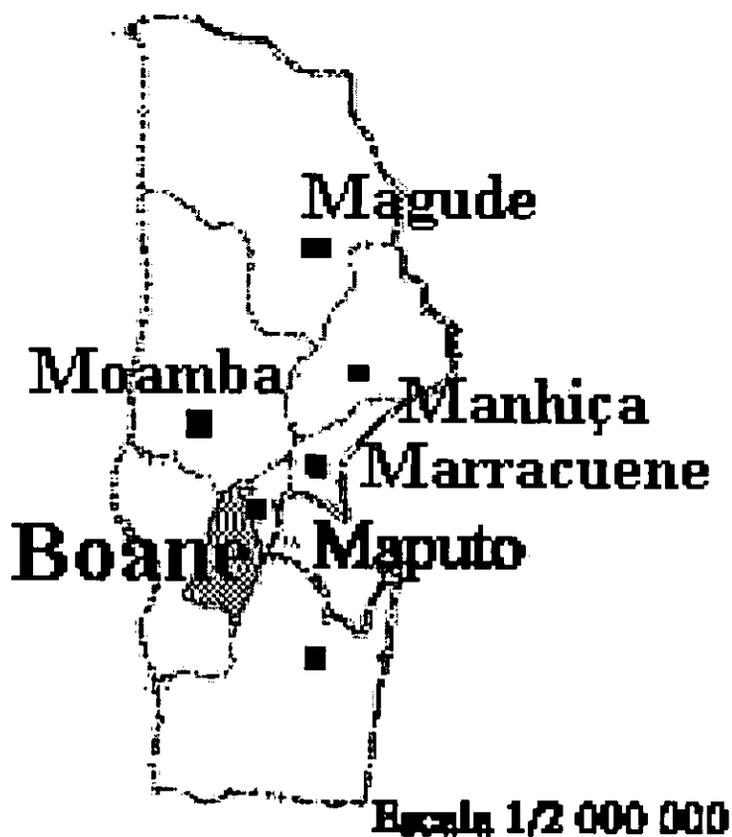
CAPÍTULO III

BOANE - UM CONTEXTO ESPECÍFICO

Neste capítulo apresentamos as características, a composição e outras variáveis de análise da nossa amostrã assim como o tamanho, a composição e a distribuição dos agregados, variáveis que serão equiparadas às famílias sem desmobilizados na perspectiva de mostrar a correlação das mesmas e de alguns processos sócio-económicos e culturais actuando neles.

1. Localização Geográfica

O distrito de Boane está situado a sudoeste da província de Maputo, no Sul de Moçambique, nas proximidades da capital do país (vide mapa).



O distrito de Boane situa-se a uma Latitude de 26° 02' 36" e Longitude 32° 19' 36"E e ocupa uma superfície de 815 km². O distrito de Boane limita-se, a Norte com o distrito de Moamba, a Sul com os distritos de Namaacha e Matutuíne através dos rios Tembe e Mahúbe, a leste com o distrito de Matutuíne e com a cidade de Maputo através dos rios Tembe e Matola respectivamente, e a Oeste separa-se do distrito de Namaacha através do rio Umbeluzi. O distrito divide-se em dois postos administrativos que se subdividem em três localidades (**vide quadro 1**).

Quadro 1

Boane: Divisão administrativa

| POSTOS ADMINISTRATIVOS | LOCALIDADES |
|------------------------|-----------------------------------|
| Boane-Sede | - Gueguegue - Eduardo Mondlane |
| Matola-Rio | - Matola-Rio |

Fonte: Administração Distrital, 1996.

Boane como povoação começa com a construção da vila militar. Foi à volta desta guarnição que se iniciou o desenvolvimento de várias actividades particulares e oficiais. Foi também nessa sequência que, graças ao progresso que nele se operou, pela portaria nº11208 de 31 de Dezembro de 1955 foi criado o Posto Administrativo de Boane para o Conselho de Matola⁵⁴. Após a celebração da

⁵⁴Diz o art.1º da Portaria nº 11.208, de 31 de Dezembro de 1955 que "são criados, no Conselho da Matola, os postos administrativos de Boane e da Machava, com sedes, respectivamente, em Boane e Machava" e o seu ponto 1 refere que "a área do posto administrativo de Boane, abrangerá os seguintes grupos de povoações, a desintegrar da área da sede: Chinonanquila e Estevel", Boletim Oficial nº 53, I Série, de 31 de Dezembro de 1955: 783. Sobre o mesmo assunto diz o Anuário da Província de Moçambique que "(...) a área que hoje constitui os postos da sede de Boane e da Machava do Conselho da Matola, era ainda em 1945 parte integrante, não individualizada, do posto da sede da circunscrição de Marracuene. Na sequência da remodelação administrativa que foi objecto da Portaria nº 6.162, de 13 de Outubro de 1945, foi criado o Posto da Matola, por Portaria nº 6.202, de 17 de Novembro de 1945. Matola que desde logo abarcou três centros populacionais distintos, ainda em esboço mas em franca evolução - Boane, Machava e Matola-Rio - veio, graças ao progresso que nestes se operou e as medidas promulgadas pelo Governo da Província, atinentes ao seu desenvolvimento, a justificar e a impor, no curto espaço de dez anos, a sua divisão em três postos administrativos -

independência nacional, a 25 de Junho de 1975, ao abrigo do artigo 1 do Decreto nº 14/76, o Conselho de Ministros determinou a passagem do Posto Administrativo de Boane a categoria de Distrito⁵⁵.

De acordo com os dados de 1980⁵⁶ o distrito de Boane era habitado por 39.296 pessoas, das quais 51,5% eram homens e 48,4% mulheres o que representa um índice de masculinidade de 106 homens por cada 100 mulheres. No levantamento populacional feito em 1992 pela administração do distrito existiam 45.162 habitantes, sendo 51,1% homens e 48,8% mulheres. O levantamento mais recente de que a administração dispõe data de 1994. Feito no âmbito do programa de emergência no distrito, foram registados 64.232 habitantes dos quais 51,4% eram mulheres e 48,5% homens⁵⁷.

No que diz respeito à densidade populacional referir que a densidade populacional de 1980 (48 hab/km²), sofreu alterações quando comparado aos valores do último levantamento populacional, 1994, pois ela passou daquele valor para 79 hab/km². De acordo com Hilário, uma comparação com os restantes postos do distrito revela que o Posto Administrativo de Boane-sede foi o que maior densidade observou, tendo passado de 23 hab/km² em 1980 para 57hab/km² em 1994⁵⁸. Este aumento da densidade populacional terá sido resultado da conjugação de dois factores: a taxa de crescimento natural e, fundamentalmente, devido à forte imigração no período de guerra⁵⁹.

Esta característica parece-nos comum às famílias do distrito. A composição e distribuição dos agregados familiares da população do distrito mostra esta característica. Em 1980 a população total da área de estudo estava agrupada em 8.526 agregados familiares⁶⁰ distribuídos por três (3) sedes de localidade e 8 aldeias comunais. As famílias eram compostas por 4 elementos em média, das quais 70% encontravam-se no Posto administrativo de Boane-sede. Com o progressivo

Portaria nº 11.208, de 31 de Dezembro de 1955 - e a criação duma unidade administrativa central - o Conselho da Matola(...)". Vide Anuário da Província de Moçambique, 1958: 475.

⁵⁵ Lei nº 6/86, de 25 de Julho. Esta lei atribui competências para alterar a divisão territorial.

⁵⁶ Conselho Coordenador do Recenseamento, "Recenseamento Geral da População", 1980, Direcção Nacional de Estatística, Comissão Nacional de Plano, Maputo. Ver Hilário, Lolita Ivone, Monografia do Distrito de Boane (Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia), 1996:18.

⁵⁷ Vide Hilário, op.cit: 19.

⁵⁸ Idem:20.

⁵⁹ De acordo com relatos colhidos no terreno no período de guerra a sede do posto de Boane e arredores viveram uma relativa calma. Este facto terá sido o resultado da acção da tropa ali posicionada que garantiu segurança não só a população que ali procurou refugio mas a toda a região.

⁶⁰Hilário, op.cit.: 20-21.

crescimento populacional, em 1994, o distrito contava com 13.144 agregados familiares compostas em média por 5 membros⁶¹. Os dados das 13 famílias inquiridas pelo autor do presente trabalho, cujo agregado é composto por 89 indivíduos, com uma média entre 6 e 7 membros, enquadra-se nesta tendência de crescimento populacional, apesar de se situar um pouco acima daquela média.

2. Perfil dos ex-combatentes

2.1. *Composição do Agregado Familiar*

Os agregados dos 33 desmobilizados inquiridos (Quadro 2 em anexo) traduzem uma dimensão média familiar situada entre as 3 e 4 pessoas (3,30). Enquanto isso, as 13 famílias inquiridas têm uma dimensão média familiar situada entre 6 a 7 pessoas (6,84). Esta característica parece-nos comum às famílias do distrito. Como foi atrás referido, quando da caracterização da população do distrito, a composição e distribuição dos agregados familiares da população do distrito mostra característica idêntica.

Outro aspecto a ter em consideração é o da vida dos combatentes desmobilizados e suas famílias. Como se pode observar (Quadro 2 em anexo), as famílias compostas por 4 pessoas são mais frequentes e representam 36,3% do total. Se tomarmos como base a dimensão média, 12,1% tem dimensão superior a média, enquanto 51,5% apresentam uma dimensão inferior a média (36,3% tem exactamente 4 pessoas). A estrutura familiar dos inquiridos, apesar de diversificada, caracteriza-se por ser relativamente alargada. Este aspecto é importante na medida em que permite-nos apurar sobre a estrutura familiar a dimensão social como componente importante do processo de reintegração.

Os aspectos da vida familiar, do acompanhamento dos filhos à escola e outros constituem componentes essenciais para a reintegração dos combatentes desmobilizados. Porém, o factor mais importante para o reforço destas estruturas é, provavelmente, a reintegração económica de tais homens. Os combatentes desmobilizados, solteiros ou casados, têm de encontrar formas de ganhar a

⁶¹ Idem: 21.

vida para assegurarem a sua subsistência e a subsistência de seus dependentes. Mais adiante discutiremos o contexto em que ocorre a reintegração económica no distrito.

Por outro lado, o mesmo quadro mostra a predominância de combatentes desmobilizados casados. Os casamentos foram realizados na sua maioria entre os militares e civis locais. Com base na amostra conclui-se que 81,8% (27/33) dos desmobilizados inquiridos são casados, com uma média de 1/2 filhos por casal. Este aspecto é importante na medida em que nos impele a observar o impacto das relações inter-étnicas entre militares de uma região e civis de uma região diferente onde estes militares estiveram localizados.

No caso presente, dos 81,8% desmobilizados casados 66,6% (22/33) são oriundos das províncias do Centro e Norte do País. A sua recepção na comunidade onde se casaram terá sido gradual na medida em que parte deles vivia maritalmente enquanto sujeitos à condição militar. Terminado o conflito este constituiu quando não a razão principal, seguramente papel importante na opção destes militares pela permanência naquela região como revelam as afirmações de Faquir Mussá, natural da província de Nampula, que diz não ter voltado para sua zona de origem,

"(...) por causa da minha filha que na altura estava hospitalizada no Hospital Central de Maputo. Eu não podia deixá-la. Mas agora eu gostaria de voltar para casa mas não tenho dinheiro (...)"⁶²

O mesmo argumento é apresentado por Artur Júlio Mwaneia que diz-nos que,

"Eu não fui para casa por causa da minha família. A minha segunda filha era muito pequena e não dava para carregar e andar com ela nos carros (...)"⁶³

e José Afonso que afirma,

"Não regressei para Niassa por causa da minha criança. Eu queria regressar com ela. Mas devido a uma situação litigiosa tivemos {ele e a esposa} que assumir um compromisso com o

⁶² Entrevista com Faquir Mussá, Boane, 27 de Julho de 1996.

⁶³ Entrevista com Artur Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996.

*tribunal {segundo a qual} depois de completos os 7 (sete) anos a criança poderá viver comigo. Porque ela ainda não os completou, estou a espera*⁶⁴

Estes exemplos somente revelam, como se referiu anteriormente, o peso que a questão matrimonial teve e, actualmente ainda tem sobre a decisão dos ex-combatentes em permanecerem no local da desmobilização. Devido a sua relevância este aspecto tem de ser tomado em consideração na análise da componente social da reintegração no caso específico do distrito.

2.2. Idade e grau de instrução dos ex-combatentes

Quanto à idade (Quadro 3 em anexo), a nossa amostra de desmobilizados é constituída por uma população jovem. A maioria encontra-se na faixa etária entre os 20 e 30 anos (69,6%), e 24,2% tem mais de 30 anos, não existindo nenhum caso com idade inferior a 20 anos e sendo muito poucos os que tem mais de 40 anos (6.0%).

Quanto aos conhecimentos e educação dos combatentes desmobilizados a amostra sugere um nível educacional muito baixo (Quadro 4 em anexo). 81,8 não concluíram a instrução primária. Somente 18.2% frequentaram o ensino secundário, a 7ª e 8ª classes. Estes aspectos reflectiram-se no processo de sua reintegração, pois o nível de escolaridade baixo acrescido ao facto de a sua maioria não possuir ofício ou experiência de trabalho relevante para a vida civil, levou a que as oportunidades de emprego fossem muito limitadas.

O nível educacional baixo deve-se em parte à herança colonial de analfabetismo e falta de escolas. Por outro lado, o recrutamento para o exército daqueles que ainda prosseguiam os seus estudos contribuiu também para reduzir as médias educacionais.

2.3. Etnia e Identificação étnica

A amostra de combatentes desmobilizados sugere grande diversidade étnica (Quadro 4 em anexo). Isto deve-se em parte ao facto de no local do inquérito coexistirem diferentes etnias,

⁶⁴ Entrevista com José Afonso, Boane, 15 de Agosto de 1996.

sobretudo as mais citadas como grupo de pertença - Macua-Lomwé, Macua, Nyanja, Shona, Chuabo, Sena, a que pertencem mais de 78,7% das pessoas entrevistadas. Entre outras razões, a existência de um importante quartel para treinamento de recrutas militares vindo de todas as províncias do país contribuiu também para a grande diversidade étnica. Por outro lado, a origem geográfica dos desmobilizados (vide ponto 2.4) corresponde à representação étnica.

No decorrer deste processo houve opiniões convergentes de que entre os desmobilizados (sobretudo do exército governamental) as questões étnicas tinham menos importância do que para a população em geral. Deste ponto de vista, o maior conhecimento de diferentes culturas, permitido pelo maior contacto e relacionamento inter-étnico teriam diluído o peso das questões étnicas neste estrato da população. Os factores mais importantes para essa atitude teriam sido a mobilidade geográfica que caracterizou a sua experiência de guerra e também o facto de os companheiros no exército serem provenientes de diferentes etnias.

Um dos temas que tem sido alvo das mais variadas opiniões quando se discute a realidade moçambicana é a influência das questões étnicas nos vários domínios em que decorrem os processos sociais, políticos, económicos e culturais. Nos seus extremos as teses dicotomizam-se entre a consideração de que estes processos estariam normalmente assentes em bases étnicas ou, pelo contrário, este seria um factor sem grande dimensão na sociedade moçambicana. De uma ou outra forma há um reconhecimento da influência das questões étnicas, o que varia é o entendimento do grau de correlação entre este e outros fenómenos.

Por outro lado, é legítimo questionar até que ponto a variação dos resultados eleitorais tem mais a ver com a própria implantação regional dos partidos, talvez assente em processos mais profundos e complexos, do que com a simples identificação étnica. Os próprios resultados eleitorais de Outubro parecem indicar uma correspondência significativa entre a influência étnica e o peso político-eleitoral dos partidos em confronto. Assim, a questão mantém-se em debate.

Em relação às suas simpatias políticas as expectativas não são muito optimistas. Contudo, não é de excluir a hipótese da existência de relação entre a estrutura política onde estiveram inseridos e diferentes representações em relação às mesmas. Entretanto, é notório certo desapontamento face aquilo que consideram ser falta de sensibilidade por parte daqueles que os

levaram a condição militar tendo de seguida os abandonado não reconhecendo os sacrifícios que os ex-militares fizeram em seu nome⁶⁵.

Um olhar à origem da população e à sua constituição étnica revela-nos tendência semelhante com a particularidade da predominância das etnias do sul de Moçambique. Ela é do grupo Ronga, mas devido à migração e outros factores actualmente ela é constituída maioritariamente por Tswa, Ronga, Bitonga, Zulu⁶⁶ e outras. Este facto poderá ter explicação no facto de aquela vila ter apresentado segurança durante o tempo de guerra e, em parte, pelo seu potencial agrícola.

2.4. Origem e local de residência

Um aspecto que caracteriza os desmobilizados em geral é a mobilidade geográfica subjacente à sua experiência de guerra. O mesmo se verifica no caso do grupo em estudo, pois o conjunto dos inquiridos cumpriu serviço militar quase em todas as províncias do país e mais de metade (60.6%) esteve em duas ou mais províncias.

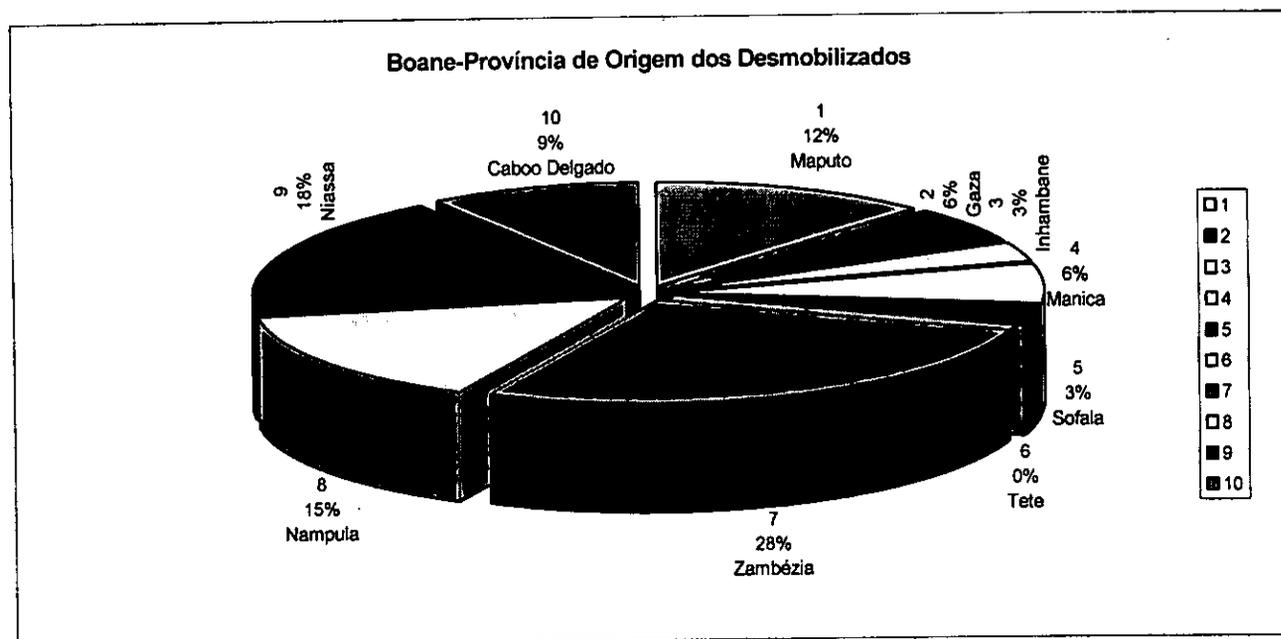
Quase a totalidade dos entrevistados (87,8%) nasceram fora de Maputo, sendo quase um quarto (21,2%) originários das três províncias do Sul e somente cerca de um oitavo (12.5%) originários do local de inquérito, o que nos parece ser um dado relevante no sentido de constituir um aspecto a ter-se em consideração para as análises no quadro específico da reintegração social dos desmobilizados.

Entretanto, estes combatentes desmobilizados aparentam não ter uma ligação muito prolongada com as suas zonas de origem. Se bem que antes de ir para a tropa, por exemplo, dos 28,1% (9) que residiam na província da Zambézia nenhum deles estivesse a viver na capital da província, encontrando-se todos nos distritos rurais, cerca de 9,3% dos inquiridos se encontravam a morar, antes de ir para tropa, noutras províncias (onde foram recrutados). Estes factos levam-nos a crer que a maioria destes combatentes desmobilizados desligou-se das suas zonas de origem ainda

⁶⁵Quando defrontados com perguntas relacionadas com as suas simpatias políticas os inquiridos reagiram, evidentemente, de diversas formas (deste a elevação da voz, rosto enrugado, indisposição de fazer comentários sobre o assunto, etc), o que levou-nos a evitar, muitas vezes, a fazer perguntas directas ou cujo entendimento se relacionasse, de alguma forma, com conotações políticas.

⁶⁶Hilário, op.cit.:22.

muito jovem para onde, em muitos casos, nunca mais voltou. Uma vez experimentado o meio urbano e dadas as suas vantagens, a tendência actual é manifestada, por diversas razões, pela



preferência pelo meio urbano e negação do meio rural. Como afirma Jamal Augusto, ex-2º Sargento, natural da Zambézia,

"(...) em Nampula ou em qualquer outra província do Norte há problemas de emprego. Assim, não é fácil dirigir-se a um tio desempregado e pedir-lhe dinheiro. Ele dirá que vamos para a machamba. Se por acaso um tio insistisse a mim a ir com ele à machamba, eu começaria a pensar que a minha idade não dá para tornar-me camponês (...)"⁶⁷

Esta constitui, provavelmente, uma das razões porque após a desmobilização estes combatentes desmobilizados preferiram passar a residir no distrito de Boane. Outras razões não menos importantes, e que nos parece terem desempenhado papel decisivo é a existência de um quartel naquele local. Este facto deverá ser apontado como uma das razões principais uma vez que o longo período de estadia no local criou oportunidades para o estabelecimento e desenvolvimento de

⁶⁷ Entrevista com Jamal Augusto, Boane, 27 de Julho de 1996.

laços sociais na comunidade através do matrimónio e de actividades de rendimento para a subsistência da família. Como diz-nos Jamal Augusto,

"(...)Depois da desmobilização eu regresssei para a minha zona de origem com a minha esposa. Fiquei lá um ano. Durante a minha estadia não ouvi falar de existência de locais onde admitissem pessoas para trabalhar. Então preferi regressar para cá para, ao menos, ver se podia trabalhar. Eu pensei que chegado aqui {Maputo} conseguiria emprego. (...) mas actualmente não faço nada. Não faço nada porque não tenho meios para recompor a minha vida. Eu só tenho uma máquina {de soldar} que beneficiei depois do curso. Se alguém aproximar-se de mim e pedir que o faça um fogão {a carvão} eu faço. É daí onde eu tiro o pão (...)"⁶⁸

As oportunidades ocupacionais (a relativa facilidade de exercício de actividades remuneráveis - negócio informal, venda de lenha, carvão, etc - quanto comparado às suas zonas de origem), e relacionado com este aspecto, o gozo de relativa independência em relação aos seus parentes, juntam-se às outras razões que constituem, no conjunto, peso importante na balança da decisão sobre a permanência naquele local. Exemplo disso é o que nos é dito por Armindo Máquina o qual a uma pergunta sobre a razão porque não fora para a sua zona de origem uma vez que foram criadas facilidades para o efeito, respondeu que

"(...) o tempo em que eu confiava nos meus pais foi aquele antes de ter sido recrutado para a tropa. Agora já não posso depender deles. Por isso mesmo preferi procurar fazer a minha vida aqui mesmo"⁶⁹.

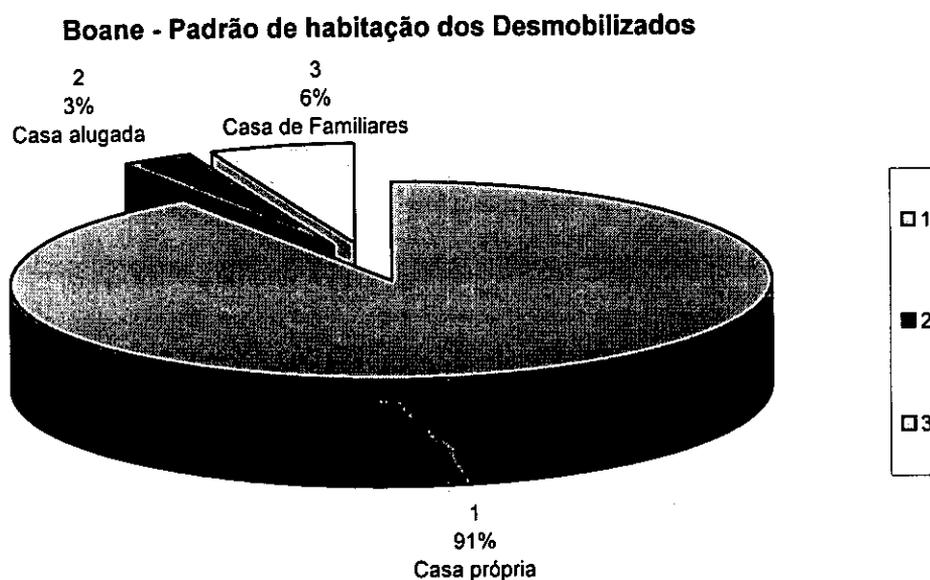
Em relação à residência constatou-se que 91% (31) dos entrevistados vive em casa própria. Este facto torna-se importante quando visto na perspectiva da abordagem feita anteriormente. Este é um dos elementos que os garante certa segurança e reforça a sua decisão de fixação de residência definitiva naquele local. Como afirma Artur Júlio Mwaneia,

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Entrevista com Armindo Máquina, 15 Agosto de 1996.

"(...)para mim o ambiente aqui é bom, sinto-me bem. Lá em casa (zona de origem) eu não tenho casa. Eu estaria em casa dos meus pais e tenho a certeza que eles não deixariam a casa para mim. Aqui (em Boane) eu tenho casa e faço muitas coisas sozinho. Em casa, os meus pais talvez me ajudassem a fazer estes negócios, mas seria pesado para mim (...)"⁷⁰

Outros, em número muito reduzido (6,0%), habitam em casa de familiares. A arquitectura de suas casas nos pareceu conservar as características essenciais das habitações de suas zonas de origem. Os combatentes desmobilizados com alguma posse económica esforçam-se em construir casas mais resistentes e duradouras. Normalmente elas são feitas com pilares de pau a pique ou de metal, maticadas ou rodeadas por arame (farpado ou de outro género) apoiado em pilares que é colocado de modo a possibilitar o encaixe de pedras no espaço entre os arames, isto é, entre a parte interna e externa - algo semelhante às casas maticadas - e têm cobertura de capim ou de zinco. As casas são de dimensões modestas, geralmente com dois quartos e uma sala.



Um aspecto que merece algum reparo é o baixo nível de consumo de energia eléctrica pela população local. A distribuição da corrente eléctrica à vila de Boane é garantida por uma central geradora local. A maior parte da população do distrito incluindo os combatentes desmobilizados não

⁷⁰ Entrevista com Artur Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996.

usa energia eléctrica por falta de condições para a sua instalação. Como veremos mais adiante, este constitui um dos aspectos apontados como criando entraves no exercício de actividades de rendimento com o recurso às ferramentas beneficiadas após a conclusão da formação de curta duração que parte dos soldados desmobilizados beneficiaram no âmbito dos programas de reintegração.

Em suma, as oportunidades ocupacionais (a relativa facilidade do exercício de actividades remuneráveis - negócio formal e informal, venda de lenha e de carvão, etc), e relacionado com este aspecto, o gozo de relativa independência em relação aos seus parentes, os laços matrimoniais, entre outros, constituíram elementos fundamentais para sua decisão de permanência naquele local.

CAPÍTULO IV

OS OBJECTIVOS DAS ESTRATÉGIAS DE DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO

Neste capítulo identificamos os objectivos a curto, médio e longo prazos do processo de desmobilização e reintegração nos quais deverá basear-se a análise e a avaliação das políticas e programas de reintegração. Neste capítulo argumenta-se que para que os resultados das intervenções feitas em benefício dos desmobilizados sejam satisfatórios, elas devem ser precedidas da identificação das habilidades dos ex-combatentes adquiridas antes ou durante o serviço militar e de uma avaliação das mesmas para o apuramento da dimensão da aplicação ou da utilidade das mesmas na vida civil ao mesmo tempo que se torna necessário a tomada de medidas que facilitem o emprego das habilidades nas actividades produtivas.

Em geral, o processo de desmobilização e reintegração está relacionado com uma variedade de objectivos aos níveis económico, social, político e humano. Os vários objectivos visam atingir um fim a curto, médio e longo prazos. Neste ponto dá-se ênfase àqueles objectivos que se espera que joguem um papel importante com a utilização e desenvolvimento das habilidades existentes entre os ex-combatentes.

Os objectivos a longo termo do processo de reintegração são a reintegração dos desmobilizados tendo em vista a estabilidade política e económica, a segurança e paz⁷¹. Coelho & Vines argumentam que

*"Os combatentes desmobilizados solteiros ou casados têm de encontrar formas de ganhar a vida, para assegurar a sua subsistência e a subsistência dos seus dependentes"*⁷².

⁷¹ Nubler, Irmgard, "Human Resources Development and Utilization in Demobilization and Reintegration Programs", Bonn International Center for Conversion, paper 7, Jan. 1997: 2.

O objectivo decisivo a médio e curto prazo das estratégias de desmobilização é integrar os ex-combatentes na vida civil produtiva. A integração económica contribui para a independência financeira e auto-confiança vistos como essencial para atingir objectivos de desmobilização ao nível político e social. Como Coelho & Vines argumentam,

"(...) os soldados desmobilizados devem receber alguma prioridade porque (...) existe a possibilidade deles ameaçarem o processo de paz se a sua reintegração na vida civil não atingir níveis satisfatórios"⁷³.

Os soldados desmobilizados devem lutar num meio que é caracterizado por altas taxas de desemprego ou subemprego urbano ou rural. A recuperação da produção e a reversão das estruturas às características do período anterior à guerra parece ser um processo lento⁷⁴. Consequentemente, as oportunidades de emprego emergem lentamente. No sector formal as oportunidades podem ser limitadas a curto prazo. A ocupação na agricultura ou sector informal pode ser promissor mas a falta de habilidades, de capital, de terras ou licenças e experiência empresarial podem apresentar constrangimentos⁷⁵.

Outro objectivo a médio e curto prazo é integrar os ex-combatentes e suas famílias na sociedade. É a suposição geral de que os países dilacerados pela guerra são caracterizados por sociedades fragmentadas. Como afirmam Coelho & Vines,

"A guerra exerceu (...) uma poderosa influência nas estruturas familiares, acelerando a sua transformação através da desorganização de uma estrutura já em si frágil. Na situação pós-

⁷² Coelho, João Paulo & Vines, Alex, "Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes em Moçambique", in ARQUIVO, 19, 1996: 55.

⁷³ Idem 51.

⁷⁴ Collier & Pradhan citados por Nubler, op.cit.: 2; Kingma, Kees, "The Role of Demobilization in the Peace and Development Process in Sub-Saharan Africa: conditions for success", Bonn International Center for Conversion, 1996. Paper presented at International Methodology Workshop for the project "Disarming ethnic guerrillas, power sharing and transition to sustainable peace and democracy in Africa" at International Peace Research Institute (PRIO), Oslo, Norway, 17-18 February, 1996: 3,4.

⁷⁵ Nubler, op. cit.:2. Cf. Coelho & Vines, op.cit.:60-61.

*guerra (...) a actividade de emergência desenvolvida por agências das NU, ONG's e Governo, baseia-se na eventual reunificação e apoio à família nuclear*⁷⁶.

De facto verifica-se que a sociedade combatente cresce separadamente da sociedade civil e, tendo esta última sido vítima da própria guerra, a reintegração de ambos grupos constitui uma dimensão importante do processo de reintegração⁷⁷. Como ilustra a citação abaixo do Boletim Informativo Elo Ecuménico,

*"Os mecanismos sociais, ao nível da família moçambicana, para integrar os desmobilizados já não funcionam. Os longos anos de vida nómada no país e no exílio, afectaram económica e psicologicamente a capacidade da família para socialmente jogar uma acção ideal para amparar e integrar os seus membros, especialmente os desmobilizados"*⁷⁸.

Além disso, as guerras civis normalmente deixam pelo menos dois exércitos irreconciliados por desmobilizar e unir dentro de um território⁷⁹. Entretanto, grupos alvos especiais dentro do grupo de ex-combatentes tais como combatentes de sexo feminino, crianças-soldado, soldados incapacitados, etc, precisam de ser integrados socialmente. Nesta perspectiva, a curto prazo, a reintegração social relaciona-se com a aceitação de vários grupos pela comunidade receptora, a disposição e as oportunidades dos ex-combatentes para se integrarem.

O capital humano e recursos humanos são julgados jogar um papel estratégico em sociedades pós-conflito por contribuir para o alcance dos objectivos a curto, médio e longo prazos. A gestão efectiva do recurso humano, i.e. a utilização e desenvolvimento das habilidades, conhecimentos e aptidões das pessoas é considerado elemento fundamental do processo de desmobilização⁸⁰.

⁷⁶ Coelho & Vines, op.cit.: 53-54.; Cf. Kingma, op. cit.:5.

⁷⁷ Klingebiel et al., citado por Nubler, op. cit.: 3.

⁷⁸ Zita, Boaventura, "A Situação Difícil dos Desmobilizados", *Elo Ecuménico* n°29, Maio 1996:8.

⁷⁹ Em Moçambique, felizmente, parte considerável dos ex-combatentes de ambas as partes fizeram-se representar numa associação - a Associação Moçambicana de Desmobilizados de Guerra (AMODEG) - que se propõe a velar pelos interesses dos seus associados e promover uma reintegração pacífica e a reconciliação entre os ex-beligerantes.

⁸⁰ Nubler, op.cit.: 3.

1. Utilização de Recursos Humanos e Reintegração

A utilização de recursos humanos durante a desmobilização e reintegração refere-se ao emprego efectivo das habilidades, qualificações e aptidões existentes entre os ex-combatentes para o alcance máximo dos fins e objectivos individual, social, organizacional ou nacional da desmobilização. Considera-se como primeiro passo importante neste processo a identificação das habilidades existentes entre os ex-combatentes.

Muitos estudos sobre desmobilizados nos países Africanos pós-conflito tendem a dar pouca importância ao aspecto da utilização das habilidades existentes. Eles concluíram, a partir de observações, que muitos ex-combatentes têm muito poucas ou nenhuma habilidades ou conhecimentos⁸¹. Como consequência, pouca consideração é dada à utilização efectiva da aptidão existente e o foco é colocado no desenvolvimento do recurso humano.

Nubler critica esta posição argumentando, primeiro, que a metodologia utilizada para a obtenção dos dados não pode ser considerada definitivamente segura uma vez que mesmo a literatura sobre a metodologia de pesquisa empírica apresenta reservas quanto à confiança dos dados obtidos a partir de entrevistas⁸². Além disso, o facto de se fazer uma "referência implícita às habilidades profissional (formal), técnica e básica geral" revela uma visão muito limitada em termos de variedade de habilidades, pois o mundo das habilidades é diverso. As capacidades e aptidões humanas relacionam-se com conhecimento, habilidades, valores, atitudes e normas que são resultado da aprendizagem intencional, pela prática, e do processo de socialização no sistema de educação e formação⁸³.

O desenvolvimento das capacidades humanas efectua-se a três níveis: cognitivo, afectivo e psicomotor. A área cognitiva inclui conhecimento, entendimento, teoria e solução de problema, e distingue-se em conhecimento idiossincrático e formal. Conhecimento formal refere-se ao

⁸¹ Klingebiel et al, op.cit.: 24, 95. Cf. Coelho & Vines, op.cit.: 60-62; Kingma, op. cit.: 5.

⁸² Nubler, op. cit.: 5-6.

⁸³ Idem: 6.

conhecimento e habilidades que podem ser transmitidos através de instruções verbais e escritas. Conhecimento idiossincrático é definido como "conhecimento intuitivo, baseado na formação e experiência, que é incapaz de tradução na forma escrita"⁸⁴. Experiência idiossincrática é característica de muitas habilidades adquiridas na execução de actividades difíceis. Durante o trabalho, as pessoas desenvolvem um 'know-how' de uma actividade específica o qual é indispensável para a execução do trabalho. Este 'know-how' não pode ainda ser formalizado e escrito na forma de instrução de trabalho.

Ao nível afectivo, a formação do recurso humano compreende emoções, atitudes, valores e normas. Efeitos de socialização como a pontualidade, respeito pela autoridade, autoconfiança, atitudes com relação ao trabalho e a capacidade de tomar decisões podem ser influenciadas ao nível da família, da escola e do trabalho. As habilidades práticas e manuais incluindo a agilidade física pertencem à área psicomotora⁸⁵.

Crê-se que dos cerca de 100.000 soldados desmobilizados em resultado do AGP, cerca de 90% tinham menos de dois anos de escolaridade e nenhum ofício ou experiência de trabalho relevante para a vida civil. Mas não é menos verdade que muitos desmobilizados aprenderam muita coisa que pode ser reconvertida em benefício do país e deles próprios.

2. Aplicabilidade das habilidades adquiridas nas actividades civis

Quando as pessoas adquirem habilidades e/ou qualificações durante o serviço militar, a questão principal que se coloca é se essas habilidades podem ser transferidas para ocupações civis. Daí que as habilidades devem ser distinguidas entre aquelas que podem ser aplicadas nas ocupações civis e aquelas que não são transferíveis.

Nubler apresenta dois conceitos diferentes, os quais permitem fazer a distinção das habilidades em termos de transferibilidade. O primeiro conceito, que pode ser chamado de abordagem inter-ocupacional, distingue-se em qualificações funcionais e extra-funcionais.

⁸⁴ Williamson, citado por Nubler, op. cit.: 6.

⁸⁵ Nolker and Schoenfeldt citados por Nubler: Idem:6.

As qualificações funcionais estão relacionadas com a execução, experiência, conhecimento e habilidades requeridos para um determinado trabalho. As qualificações extra-funcionais referem-se às qualificações económicas e técnicas sem vínculo a um tipo de trabalho muito específico. Estas incluem aptidões tais como a capacidade de cooperar e de comunicar, pensamento lógico, domínio de linguagens simbólicas, compreensão técnica e criatividade. A acrescer às qualificações económicas, existem as qualificações gerais e sociais tais como o cuidado, o zelo, a sobriedade, a responsabilidade, a capacidade de ajustamento, flexibilidade e abertura à aprendizagem contínua, mudança do papel social, solidariedade e oportunidades para a liberdade de acção⁸⁶.

As qualificações extra-funcionais são transferíveis entre diferentes tipos de profissões e portanto também transferíveis do sector militar para o civil. As qualificações extra-funcionais podem ter sido adquiridas durante o tempo de permanência no exército a vários níveis. Primeiro, argumenta-se que o treino no uso de armas e equipamento de apoio recebido pelos soldados podem influenciar mudanças ao nível afectivo. Supõe-se que os soldados adquirem atitudes modernas e aptidões através do trabalho com maquinaria moderna, seguindo instruções, etc⁸⁷. Esta atitude é considerada como contribuindo para o comportamento inovador, adopção de novas tecnologias e desenvolvimento económico⁸⁸.

Segundo, durante o tempo militar muitos combatentes podem sofrer um processo de transformação social. Há evidências de que as pessoas mudam de uma mentalidade rural para uma urbana. Combatentes do sexo feminino experimentam um relacionamento com os do sexo masculino como membros iguais, e têm sido muito relutantes em voltar a desempenhar o seu papel tradicional na sociedade, caracterizado pela subordinação ao homem. Em muitos exércitos, durante o período de guerra o destacamento feminino tem direitos e deveres idênticos aos dos homens e desenvolvem alto nível de autoconfiança. Elas têm sido aceites e apoiadas pelos combatentes masculinos⁸⁹. Espera-se que esta experiência contribua para o alcance de um nível de igualdade na sociedade em geral.

⁸⁶ Nubler, op. cit.: 6.

⁸⁷ Ball, N., Security and Economy in the Third World, London:Adamantine Press, 1988:300.

⁸⁸ Inkels, A., & Smith, D., Becoming Modern, Cambridge, Massachusetts:Harvard University Press, 1974.

⁸⁹ Nubler, op. cit.: 6.

Finalmente, o serviço militar tende a aumentar o valor da capacidade de trabalhar em grupos e da cooperação. Evidência de Eritreia⁹⁰ mostra que os combatentes habituaram-se a trabalhar em grupos por muitos anos o que permitiu desenvolver a capacidade de cooperação. Líderes de grupos tiveram a oportunidade de mostrar competência de liderança.

As habilidades gerais de soldados desmobilizados podem ter sido adquiridas no exército a vários níveis através da formação e experiência. As capacidades podem ser proporcionadas nas habilidades básicas tais como ler e escrever, nas habilidades profissionais e técnicas tais como canalização, pintura, latoaria, condução e reparação de veículos, assim como aos níveis mais avançados em engenharia química, mecânica e electrotecnia⁹¹. O pessoal militar pode adquirir habilidades em técnicas agrícolas melhoradas uma vez que muitas forças produzem parte de sua própria alimentação. As habilidades adquiridas durante o cumprimento de uma actividade militar não profissional e que requer relativamente poucas habilidades tais como o dever de guarnição ou a proficiência no uso de armas, podem ainda ter valor no sector civil, por exemplo nas actividades de segurança, na polícia, etc.

Em situação normal, paralelamente às suas obrigações militares, os ex-militares deveriam ter sido gradualmente preparados em outras áreas de actividade que lhes facilitasse a sua integração na sociedade. Mas os condicionalismos políticos do país, e não só, não permitiram que isso acontecesse. Os poucos que possuem uma profissão aprendida “na tropa”, dificilmente conseguem emprego no mercado de trabalho nacional. A filosofia de formação militar que foi ditada pela conjuntura de Guerra-Fria no contexto da África Austral, provavelmente não permitiu que se pudesse perspectivar uma posterior e gradual integração social dos mancebos, como uma forma de minimizar o impacto sócio-económico de sua integração. Mas esta leitura tende a perder consistência quando há necessidade de integrar dois beligerantes com filosofias antagónicas.

Desta exposição pode concluir-se que algumas das habilidades ensinadas pelos militares podem beneficiar o sector civil. Contudo, estudos de países industrializados sugerem que a

⁹⁰ Klingebiel et al, op. cit.: 26.

⁹¹ Ball, op. cit.:312.

transferibilidade de habilidades para o sector civil é limitada⁹². Embora haja pouca evidência a partir dos ex-combatentes, pode ser proveitoso o esforço de identificar habilidades transferíveis.

O conceito de transferibilidade, sugere dois tipos de habilidades gerais: aquelas que são transferíveis entre diferentes profissões, e as de uma profissão particular as quais são transferíveis entre firmas ou sectores. Daqui segue que as habilidades identificadas como gerais e extra-funcionais, são transferíveis do sector militar ao civil, enquanto que as habilidades militares específicas são de pouco ou nenhum uso nas profissões civis.

Dado que o mundo das habilidades é diverso, acredita-se que dando uma vista geral sobre as habilidades e aptidões humanas (e contando com as habilidades cognitivas, afectivas e psicomotoras), uma metodologia mais rigorosa pode revelar algumas habilidades e qualificações em ex-combatentes que podem ser benéficas ao indivíduo e à sociedade durante a desmobilização.

3. Pressupostos para a utilização da força de trabalho desmobilizada

Quando os ex-combatentes possuem habilidades utilizáveis, a questão importante é saber se estas habilidades são actualmente aplicáveis nas tarefas civis. Pouca evidência é disponível quanto ao grau de transferência de habilidades adquiridas no exército para aplicações civis. Dados sobre Korea do Sul indicam que muitas habilidades adquiridas pelos soldados não foram utilizadas produtivamente e, por conseguinte, não foram de benefício à economia civil⁹³. Este caso mostra que mesmo onde existe o potencial para transferir habilidades, a transferência pode não acontecer automaticamente.

Para o uso das habilidades existentes requerem-se muitas condições. Primeiro, as habilidades dos ex-combatentes disponíveis somente podem ser usadas produtivamente se existir uma procura dessas habilidades, e se as oportunidades de emprego forem proporcionadas nas profissões relevantes no sector civil. Exemplo disso é o que nos diz Faquir Mussá que face às dificuldades enfrentadas para a obtenção de emprego depois da sua formação como tractorista no Instituto Agrário de Boane, experimentou formar uma espécie de cooperativa com seus dois

⁹² Ball, op. cit.:314.

⁹³ Ball, op. cit.: 138.

companheiros também desmobilizados, para o desenvolvimento de actividades de rendimento na área de reparação de automóveis, actividade que vinha exercendo mesmo antes de ser recrutado para a tropa, mas

"(...) até hoje a OIM não nos diz nada. Quando vamos para lá eles dizem que já nos beneficiámos de um curso pelo que não podem dar-nos dinheiro para fazer negócio. Dizem que o que podemos fazer é aguardar. Se algum empresário precisar de tractoristas eles {a OMI} poderão chamar-nos (...)"⁹⁴

Segundo, os ex-combatentes devem sentir-se motivados e incentivados para trabalhar numa profissão particular. O processo pelo qual os indivíduos decidem implementar mudanças e utilizar suas capacidades é influenciado por expectativas futuras e experiências passadas.

A teoria de expectativa postula que uma certa acção terá lugar como resultado do comportamento e desejo por um resultado particular. O resultado pode relacionar-se com motivação monetária ou não monetária desde que incentivos morais tais como reconhecimento ou ética profissional possa ser tão forte como os motivos monetários⁹⁵. Além disso, assume-se que o indivíduo jogue um papel significante na decisão de mudar o comportamento, de aplicar as habilidades e fazer uso do conhecimento⁹⁶. A experiência e o desempenho prévio da pessoa em tarefas similares no passado assim como o nível de auto-estima do indivíduo influenciam a decisão de fazer uso de suas habilidades. Exemplo disso é o caso de Faquir Mussá que citamos atrás.

Terceiro, mesmo onde as oportunidades de emprego existem e os ex-combatentes estão motivados, vários obstáculos podem impedi-los de aplicar suas habilidades. As pessoas podem ter menos controle sobre seu próprio comportamento do que eles gostariam de ter. Os obstáculos podem ser atitudes culturais ou os julgados de retorno negativo tais como orgulho e ressentimento⁹⁷. Para aqueles que iniciam seu próprio empreendimento, particularmente, a dificuldade de acesso a

⁹⁴ Entrevista com Faquir Mussá, Boane, 27 de Julho de 1996.

⁹⁵ Prokopenko, J. citado por Nubler op. cit.:8.

⁹⁶ Campbell, J.P. & Pritchard, R.D., " Motivation Theory in Industrial and Organizational Psychology", in M.D. Dunette (ed), Handbook of Industrial and Organizational Psychology, Chicago: Rand McNally, 1976.

⁹⁷ Nubler, op.cit.: 8.

recursos complementares tais como crédito e 'inputs' físicos ou constrangimentos legais podem constituir barreiras. Como diz Jamal Augusto,

"Para fazer o negócio de lenha e carvão é preciso que se tenha licença e transporte. Quando se chega lá o processo não é assim tão simples como parece. Não é assim de qualquer maneira que a pessoa chega com respectiva catana e põe-se a cortar as árvores. Não, se procedes assim emboscam-te e levam-te para a cadeia. (...) o Governo {local} é quem passa as licenças na base de requerimentos. Mas para requerer é preciso ter dinheiro e o dinheiro não existe. Mesmo assim, a concessão de licenças {para o corte de lenha} está cancelada. Agora dizem que só se pode pedir licença para plantar árvores, não para destruí-las"⁹⁸.

Finalmente, a formação complementar pode ser requerida para facilitar a transferência de habilidades. Podem haver diferenças importantes até mesmo entre ocupações similares nos sectores militares e civis que abrandam a fácil transferência. Muitas ocupações civis, particularmente em ofícios qualificados, exigem um nível de habilidades mais alto do que o que é requerido dum soldado na contra-parte das tarefas militares⁹⁹. Grande parte do problema pode ser consequência de diferenças básicas entre actividades militares e sua contra-parte civil. As habilidades e conhecimentos adquiridos podem diferir marcadamente por causa das diferenças no equipamento, organização e dos métodos de trabalho¹⁰⁰. Por exemplo, um mecânico responsável pela manutenção de um tanque blindado não pode ser facilmente igualado a um mecânico-auto civil.

Além disso, a insuficiência de formação recebida nas forças armadas podem impedir que as habilidades sejam aplicadas. As habilidades tendem a ser proporcionadas em treinos de curta duração, principalmente limitados ao nível básico e com carência de background teórico¹⁰¹. A ênfase é muitas vezes dada sobre algumas habilidades práticas e inteiramente direccionadas ao encontro das necessidades dos militares. Como consequência, a utilização das habilidades adquiridas durante o serviço militar pode requerer formação complementar.

⁹⁸ Entrevista com Jamal Augusto, Boane, 27 de Julho de 1996.

⁹⁹ Nubler, op.cit.: 8/9.

¹⁰⁰ Ball, op. cit.: 304.

¹⁰¹ Nubler, op. cit.: 9.



CAPÍTULO V

ESTRATÉGIAS CONCEBIDAS E IMPLEMENTADAS AO NÍVEL DISTRITAL NO ÂMBITO DA REINTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS COMBATENTES DESMOBILIZADOS

Neste capítulo pretendemos destacar a relevância da gestão dos combatentes desmobilizados. Para esse fim argumentamos que a educação e a formação jogam papel de relevo ao facilitar a reintegração económica e social que por sua vez contribuem para a estabilidade política e a segurança do país. Por outro lado, apresentamos as percepções dos actores sociais sobre os desmobilizados e como elas influenciam o seu comportamento e relacionamento; as diferenças fundamentais entre os desmobilizados, como grupo, e outros grupos sociais, como desempregados, refugiados, deslocados assim como a relação entre o ambiente sócio-económico local e o nível de integração de desmobilizados; finalmente, procedemos à identificação dos principais obstáculos e os principais catalisadores da integração a nível local partindo da avaliação do grau de influência daqueles aspectos sobre a capacidade de integração dos desmobilizados no local.

O distrito de Boane é um dos que alberga maior número de desmobilizados ao nível da província de Maputo, com 549 combatentes desmobilizados. Este número é superado somente pela cidade de Maputo com 7.547 combatentes desmobilizados¹⁰². Este facto tem a ver, em parte, como foi referido atrás, com o facto de ali localizar-se um dos maiores centros de instrução militar a nível nacional. Maior parte destes construíram suas habitações nos bairros periféricos e parte considerável contraiu matrimónio mesmo durante a sua efectividade no exército, uma das características específicas dos combatentes desmobilizados desta região.

¹⁰² Organização Internacional para a Migração (OIM), "Um ano depois: qual é o estado da reintegração em Moçambique?", Serviços de Informação e Referência/Fundo Provincial para Soldados Desmobilizados, Relatório Especial, Maio de 1996: 1.4.

Outro aspecto, não menos importante, é o facto de ao analisarmos este processo no distrito depararmos com diferentes grupos de desmobilizados. Em Boane podem distinguir-se, pelo menos, 4 grupos de desmobilizados¹⁰³: os desmobilizados da Luta de Libertação Nacional, os desmobilizados do Serviço Militar Obrigatório, os desmobilizados na sequência do processo de redução dos efectivos militares das FAM, ditada por imperativos económicos e, provavelmente, pela reorganização do exército e, finalmente, os desmobilizados ao abrigo do AGP. Este constitui também um dos elementos específicos e importantes a ter em consideração na análise do processo de reintegração nesta região.

1. Formação dos ex-combatentes para a reintegração

A formação joga, em princípio, papel fundamental no alcance de objectivos do processo de desmobilização nas sociedades pós-conflito. A importância da formação é reconhecida em muitas estratégias de reintegração. A educação e formação para os ex-combatentes têm por objectivo facilitar a reintegração económica e social¹⁰⁴. A formação pode estar direccionada para os ex-combatentes com muito poucas ou nenhuma habilidades utilizáveis. Os cursos de aperfeiçoamento ou superiores podem ser proporcionados àqueles que tenham sido formados anteriormente no serviço militar, ou apoiar os ex-combatentes a complementar as habilidades adquiridas durante o serviço militar¹⁰⁵.

¹⁰³ Este facto criou certa distorção na análise dos dados uma vez que, em certas situações, tivemos alguma dificuldade em distinguir estes diferentes grupos de maneira que corríamos o risco de enquadrá-los todos na mesma categoria, a dos desmobilizados no âmbito do AGP. Uma solução encontrada e aparentemente efectiva, foi a identificação por meio do cartão de desmobilização embora em alguns casos estes se auto-indentificassem ao queixarem-se de não terem participado os cursos de formação por não terem sido desmobilizados no âmbito do AGP e, portanto, não poderem exhibir o cartão de desmobilização no acto da inscrição para a frequência dos cursos.

¹⁰⁴ Em Moçambique onde maior parte dos desmobilizados tinham um nível de escolaridade baixo e careciam de ofício ou experiência de trabalho relevante para a vida civil não surpreende o estabelecimento de programas direccionados para a formação tal como o Programa de Formação e Kits destinado a fornecer formação técnica e de negócios, assim como conjuntos de ferramentas a uma população desmobilizada seleccionada. Cf. Srivastava R. Reintegrating Demobilized Combatants: A Report Exploring Options and Strategies for Training-Related Interventions, Geneva: ILO, 1994: 15; Coelho & Vines, op.cit.: 61-62.

¹⁰⁵ Neste contexto atenção especial deverá ser dada às necessidades de formação iniciais de antigas crianças-soldado e ex-combatentes jovens. Este grupo alvo tem uma necessidade particular de

As estratégias de formação pós-conflito devem ser desenvolvidas também tendo em vista a satisfação das necessidades de desenvolvimento nacional a longo prazo. Em muitos países, o desemprego e subemprego existem em paralelo com a escassez de trabalhadores qualificados, de técnicos médios e superiores e profissionais.

No contexto geral das estratégias para a reintegração dos ex-combatentes, para além dos programas que visavam responder às necessidades imediatas dos desmobilizados, a CORE procurou, igualmente, definir programas de resposta às necessidades a médio e longo prazos. Como referimos quando abordámos a estratégia de reintegração, no ponto 2 do capítulo II, para além de um programa de formação e kits destinado a facilitar o auto-emprego através da formação ocupacional, financiado pela Itália, Suécia e Holanda e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIM), foi também criado um Fundo Provincial (com apoio da Itália, Canadá, Alemanha e USAID) destinado a financiar pequenos projectos de base comunitária, centrado sobretudo nas províncias. Nas províncias de Maputo, Gaza, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa, o Fundo, um financiamento combinado USAID/ CIDA/Itália, foi implementado pela OIM. Nas outras províncias - as províncias de Inhambane, Manica, Tete e Sofala - o Fundo foi implementado pela GTZ (com financiamento do Governo da Alemanha).

1.1. Formação para a reintegração económica

O maior objectivo a curto e médio prazo no processo de desmobilização é reintegrar os ex-combatentes em actividades produtivas na vida civil. A formação tem por finalidade dotar os ex-combatentes de habilidades e conhecimentos e informação relevantes de modo a que eles sejam capazes de achar empregos produtivos ou começar e gerir com êxito uma micro-empresa ou uma pequena propriedade rústica.

No âmbito da reintegração o distrito beneficiou de alguns daqueles programas. Entre eles mereceu prioridade o Programa de Formação e "Kits" destinado a fornecer formação técnica e de

formação educacional e profissional uma vez que muitos deles não tiveram acesso à escola e faltou-lhes oportunidades profissionais e vocacionais.

negócios assim como um conjunto de ferramentas ("kits") a uma população desmobilizada seleccionada para facilitar o auto-emprego. Como foi referido, este programa esteve sob a responsabilidade da PNUD e foi aprovada pela CORE em Junho de 1994.

1.2. *Análises de necessidades de formação*

Uma vez identificado o papel da formação, as necessidades específicas de formação devem ser analisadas. A análise das necessidades de formação envolve algumas etapas. Primeiro, as exigências de habilidades profissionais ou actividades devem ser analisadas. Se não se tomam em consideração destes aspectos pode resultar um excesso de formação ou formação irrelevante resultando num uso ineficiente dos recursos disponíveis. Isto é constatado nos casos em que, após a formação, os beneficiários, por falta de meios e dificuldades de enquadramento no mercado de trabalho, acabam por optar pela prática de actividades fora do âmbito de sua formação.

Depois, o nível e dimensão das habilidades existentes entre os ex-combatentes precisam de ser identificados. As qualificações e níveis de conhecimento relevantes podem ser identificados através de testes de aptidão, entrevistas ou procedimentos de recrutamento. No distrito de Malema, Província de Nampula, o projecto IDIL recorreu a estes procedimentos para a identificação das qualificações e, sobretudo, das expectativas dos ex-combatentes através das suas propostas de projecto, após o qual eram seleccionados para a participação no curso de iniciação em gestão de negócios¹⁰⁶. Finalmente, as habilidades e padrões inerentes às necessidades de formação devem ser identificados. É necessário um plano de formação efectivo de forma a atingir-se com sucesso este objectivo¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Entrevista com Rodrigues Rico Tawancha, técnico-assistente do Projecto IDIL/UNIDO, Delegação de Nampula, Malema, 02 de Novembro de 1995. Cf. Malache, Adriano Manuel, "Pós-Guerra e Recuperação Económica no Distrito de Malema", *ARQUIVO*, 19(1996):111-133.

¹⁰⁷ Um plano de formação inadequado, sem dados seguros sobre as necessidades e a procura do mercado é citado como sendo o maior problema em muitos países pós-conflito, incluindo Moçambique. Quando os programas de formação de habilidades começaram na Etiópia, não houve tempo suficiente para fazer planos antecipados para a formação baseados na procura do mercado. Primeiramente foi planificado que seria conduzido um levantamento para determinar as necessidades de formação de soldados desmobilizados a reintegrar nas áreas urbanas. Contudo, tal não pode ser feito devido a impedimentos de tempo. Em Moçambique, o *Programa de Políticas de Identificação de Emprego* que foi implemetado pelos *Serviços de Informação e Referência*, teve o papel de minimizar problemas do género, neste caso surgidos em consequência da desmobilização apressada face à

De acordo com Fernando Catine, oficial de projectos e coordenador dos programas de reintegração de desmobilizados em Boane, na altura foram ministrados cursos nas áreas de agricultura, pesca, serralharia, mecânica e electricidade. Os desmobilizados daquele ponto da província de Maputo, beneficiaram de primeiro curso em Junho de 1994¹⁰⁸. Terão participado no referido curso cerca de 105 desmobilizados. Destes, cerca de 85 terão tido aproveitamento positivo e beneficiado de ferramentas ("kits"), vendidos a preços bonificados, com a excepção dos que frequentaram o curso de pecuária que para além do respectivo certificado do fim do curso, receberam casais de aves para criação, tendo outros ficado com promessas de se beneficiarem brevemente. Como relata Rodrigues Moçambique,

"Depois da desmobilização beneficieei do curso de pecuária no IAB. O benefício do curso posso dizer que existiu mas não é algo concreto, é algo em marcha. Recebi um financiamento para abrir uma cooperativa para criação de aves de pequena espécie, mas a mesma encontra-se na sua fase inicial, está a gatinhar (...)"¹⁰⁹

Entretanto, a avaliação dos benefícios resultantes da participação nos programas de formação terá como base o impacto dos mesmos ao nível do individual, empresarial e da economia em geral.

1.3. *Desenvolvimento Humano*

A formação pode ter um impacto muito grande ao nível do indivíduo uma vez que cria capacidades e aptidões humanas. As capacidades humanas são criadas nos indivíduos aos níveis

multiplicação de incidentes nos centros de acantonamento facto que não permitiu que os desmobilizados tivessem um contacto prévio com a documentação referente ao seu futuro na vida civil.

¹⁰⁸Entrevista com Fernando Armando Catine, Boane, 11 de Setembro de 1996. A frente dos programas de reintegração naquele ponto da província Fernando Catine mostrara-se preocupado com falta de vontade por parte dos desmobilizados em realizar actividades com resultados a longo prazo. Numa entrevista anterior Fernando Catine já os caracterizara de agressivos e não compreensivos preferindo por actividades de rendimento imediato. Realçar que o entrevistado encontrava-se na altura a coordenar a formação de uma cooperativa agrícola constituído inicialmente por 35 desmobilizados. O projecto iniciou em Fevereiro de 1995. Entrevista com Fernando Catine, Boane, 12 de Julho de 1996. As ideias expressas daqui em diante são fruto das duas entrevistas.

cognitivo, afectivo e motivacional. Os teóricos do capital humano dão ênfase à relevância do aumento de aptidões cognitivas¹⁰⁹. Os efeitos afectivos de educação e formação estão relacionados com importantes efeitos de socialização que moldam as atitudes, os valores, as normas e o comportamento. Finalmente, a formação pode ter um grande impacto no domínio psicológico e motivacional. Exemplo disso é o que nos foi dito por Juma Amisse, que tendo se beneficiado do curso de serrelharia e respectiva ferramenta, acha que no âmbito do Programa de formação e 'kit',

"(...) o Governo devia continuar a apoiar e promover cursos como aqueles em que participámos. Aquilo foi bonito porque muitos de nós não tínhamos ofício. Agora eles {o Governo}deviam empregar as pessoas de acordo com a sua formação"¹¹¹.

O acontecimento de formação em si e o facto de terem sido seleccionados e a atenção dada podem influenciar substancialmente a motivação dos participantes.

De modo a ser efectiva, a formação deve ser baseada, como se disse, nas análises das necessidades de formação, dar atenção especial à selecção e às necessidades particulares dos formados, e examinar o papel de assistência adicional. Estes são aspectos que face às contingências políticas não receberam a atenção devida. A maior parte dos desmobilizados que se beneficiaram da formação e das ferramentas sentiram-se abandonados logo depois da formação, sem condições mínimas para o desenvolvimento de actividades de rendimento. Um exemplo desta realidade é-nos apresentado por Artur Júlio Muaneia,

"Eu beneficiei do curso de serralharia assim como de uma máquina de soldar. Mas ela está em casa guardada, eu não consigo usá-la porque não tenho energia. Agora estou aqui {no mercado local} a vender. Eu fiz diligências junto da OIM para conseguir algum financiamento para desenvolver outra actividade ligada à minha formação. Mas eles {a OIM} dizem que nós já recebemos muito dinheiro através dos kits. Por isso eu decidi desenvolver esta actividade (...)"¹¹².

¹⁰⁹ Entrevista com Rodriguês Moçambique, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹¹⁰ Becker citado por Nubler, op. cit.: 10.

¹¹¹ Entrevista com Juma Amisse, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹¹² Entrevista com Artur Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996.

A segunda fase do programa de formação concretizou-se em Fevereiro de 1995, mas virada mais para a agro-pecuária e formação de tractoristas. Uma vez que para esta fase predominavam candidatos provenientes do distrito de Manhiça, o curso foi transferido para aquele ponto da província. Entretanto, é de referir que para a segunda fase foram estabelecidos critérios (considerados rígidos por parte dos beneficiários) para a inscrição nos referidos cursos nomeadamente, ser desmobilizado no âmbito do AGP e ter nível académico igual ou superior à 4ª classe, tendo os candidatos sido sujeitos a testes nas disciplinas de matemática e português. Nesta segunda fase candidataram-se cerca de 200 desmobilizados¹¹³. Neste processo as instituições mais envolvidas (e também muito referidas pelos desmobilizados) foram a OIM e o PNUD.

Apesar de reconhecer-se a relevância destes programas no contexto das estratégias de reintegração, não é menos verdade que os seus resultados práticos têm sido questionados face às dificuldades que os beneficiários enfrentam tanto na aplicação das habilidades adquiridas na formação como na obtenção de emprego no mercado de trabalho.

1.4. *É formação a solução?*

A formação pode ser uma solução para o alcance da reintegração económica dos ex-combatentes. Contudo, nem todos os problemas podem ser resolvidos através de um aumento do nível de habilidades e conhecimentos. As análises devem demonstrar e identificar o papel da formação como parte da solução de um dado problema. Há experiências de países africanos em que a formação para entrar no sector formal e a grande oferta de graduados formados profissionalmente resultaram numa grande taxa de desemprego, subemprego e baixas taxas de utilização de recursos¹¹⁴. Consequentemente, argumenta-se que a formação dos ex-combatentes para o emprego deve ser

¹¹³De acordo com o entrevistado estas foram as únicas oportunidades de formação de que desmobilizados se beneficiaram no âmbito de sua reintegração naquele ponto da província.

¹¹⁴ Langlo, J. & Narman, A. *Diversified Secondary Education in Kenya: Status of Practical Subjects and their Uses after School*, Pergamon Comparative & International Education Series, Vol.6, Oxford:Pergamon Press, 1988:235-256; Mingat et al, citado por Nubler, op.cit.: 11.

baseada em estudos sobre o mercado de trabalho e deve ser estritamente conduzida pela procura¹¹⁵. A formação para o auto-emprego no sector formal requer análises de mercado. Estudos de exequibilidade devem demonstrar a potencialidade para o auto-emprego¹¹⁶. Crê-se que havendo mercado, a formação com a finalidade de facilitar a entrada no auto-emprego pode ser efectiva.

Muitos estudos discutem a educação, formação e experiência de trabalho no contexto da integração económica. A discussão sobre os objectivos das estratégias de desmobilização e reintegração (Capítulo IV) mostra que a educação e a formação são muito melhores que dotar as pessoas de habilidades utilizáveis para propósitos produtivos. O processo de formação por si só pode produzir muitos efeitos favoráveis que são altamente desejáveis depois da desmobilização.

1.5. *O impacto social da formação*

A formação deve contribuir para a integração social de ex-combatentes de diferentes maneiras. Primeiro, a posse de habilidades que são de apreciável valor imediato para a comunidade e a capacidade e desejo de trabalhar, facilitam a aceitação dos ex-combatentes pela comunidade e encorajam a reintegração social na família e na comunidade¹¹⁷.

¹¹⁵ Nubler, op.cit.:9-10.

¹¹⁶ Idem: 11. É opinião geral de que o programa de formação deve ser harmonizado com as características sócio-económica e educacionais dos ex-combatentes. Os formados com poucas habilidades para ler e escrever e pouco conhecimento formal precisam de métodos de ensino específicos. Deverão merecer maior atenção os aspectos motivacional e psicológico da formação. Os ex-combatentes de sexo feminino, por exemplo, tendem a encarar constrangimentos e obstáculos de género específico tanto na procura de emprego como no auto-emprego. Elas tendem a ter pouco acesso aos conhecimentos, às habilidades, à informação e recursos. A diferenciação de género no uso do tempo dá-lhes menos flexibilidade, uma vez que elas enfrentam impedimentos sociais e culturais na produtividade e acesso limitado às actividades geradoras de receitas. Os programas de formação devem abordar estas questões e ter em conta os constrangimentos na sua elaboração. Além disso, os planos dos programas de formação devem ter em conta os constrangimentos de tempo das mulheres devido às suas múltiplas actividades.

¹¹⁷ Entrevista com João Pereira Rafael, Massaca I, Boane, 04 de Setembro de 1996. Rafael foi oficial do exército com a patente de tenente. Foi desmobilizado em 1987 na sequência da redução dos efectivos ditada por imperativos económicos. Enquanto oficial do exército desempenhou a função de comandante do Batalhão de Guarnição da Barragem dos Pequenos Libombos. A partir da altura da sua desmobilização fixou residência no posto de Massaca I, próximo da barragem onde se encontra a residir actualmente. Por não reunir os requisitos não beneficiou dos cursos de formação. Rafael trabalha na Casa do Gaiato, sector de panificação, que se localiza naquele posto com um salário modesto mas que '*não é o mesmo que não estar a trabalhar*'. Tal como a maioria dos desmobilizados, Rafael está também preocupado com as incertezas do futuro. Da sua convivência com a população

O aumento de actos criminosos é normalmente visto pela comunidade como resultado da desmobilização. Actualmente os desmobilizados são conotados com os males que afectam a comunidade local. O extracto abaixo espelha o sentimento de Elisa Joel Kossa, residente num dos bairros periféricos da vila que, questionada sobre os principais problemas do bairro, especificamente sobre o índice de criminalidade e roubo disse que,

“O roubo é praticado mais pelos desmobilizados; muitos deles são lá do Norte e não trabalham. O que é que andam a fazer nas noites? O distrito está cheio de macuas¹¹⁸ que passam a vida a beber. Onde é que arranjam dinheiro para isso?”¹¹⁹.

Os ex-combatentes tendo servido no exército por muitos anos, foram socializados de acordo com estes princípios. O treino militar faz com que o soldado siga ordens sem fazer demasiadas perguntas. Como consequência, eles tendem a ser relutantes a procurar explicações ou a participar activamente em programas de desmobilização e de reintegração.

Como se referiu atrás, a grande maioria dos inquiridos tem uma experiência de vida marcada pela guerra. Destes 69.7% cumpriram, num contexto de guerra, entre 6 e 15 anos de serviço militar. O significado da guerra na trajectória de vida destes indivíduos merece uma reflexão tendo em conta os aspectos negativos que provavelmente advêm ou poderão advir da sua condição, sobretudo relações de sociabilidade conflituosas¹²⁰.

Mas, por outro lado, aquele aspecto pode servir de base para a captação de eventuais vantagens, não só ao nível de existência de uma maior diversidade de aptidões profissionais, mas também da disciplina, espírito de grupo, hábitos de entre-ajuda, só para citar alguns exemplos.

local e da experiência própria, resultou a convicção de que é possível superar as divergências, que são geralmente de índole étnica, e passar-se ao estágio da convivência harmoniosa entre as famílias do bairro. Para tal é preciso *‘ter um emprego e levar uma vida honesta’*, só assim se pode gozar de certa reputação entre os vizinhos.

¹¹⁸ Macua - etnia que se localiza predominantemente na Província de Nampula estendendo-se para o interior da Província de Cabo Delgado, Sul da Província de Niassa e Norte da província da Zambézia.

¹¹⁹ Entrevista com Elisa Joel Kossa, Boane, 23 de Julho de 1996.

¹²⁰ Os desmobilizados são conotados com os males que afectam a comunidade (são os ladrões, os que abusam e os que pouco respeitam a relação matrimonial ou os seus vizinhos), por isso alguns residentes entrevistados advogam que o melhor apoio que o Governo pode dá-los é o de os levar às zonas de origem. Este sentimento é manifestado tanto pela constatação das dificuldades que estes enfrentam como por hostilidade à sua presença e permanência no local.

A formação facilita a reintegração social através do seu efeito de socialização. Em muitos casos os ex-combatentes dispenderam muito anos em combate e foram socializados de acordo com os regulamentos militares e estruturas hierárquicas. A frequência à escola ou a participação na formação permite aos ex-combatentes aprender ou reaprender normas e práticas da sociedade civil. Isto é particularmente importante para as ex-crianças-soldado. Muitas vezes elas perderam valores culturais, o que é muito sério dado que se encontram num estágio de crescimento¹²¹. Assim, a formação é considerada elemento importante de programas para a reabilitação e reintegração social.

Além disso, a formação ajuda na descoberta de nova identidade e poder de decisão. A formação pode contribuir para desenvolver um senso de identidade que não esteja ligado às tarefas anteriores na vida militar. A educação e formação profissional podem desempenhar papel fundamental para edificar a autoconfiança e o respeito, a redireccionar a energia do indivíduo de forma útil e erigir esperança para o futuro. Como afirma Manuel Paulino,

"Eu beneficieei do curso de serralharia e do respectivo kit e é disso que me alimento. Agora tenciono dar continuidade ao meu trabalho. Se conseguir, espero guardar algum dinheiro e um dia quando estiver velho regressarei à minha zona de origem (...)"¹²².

Por outro lado, a formação e/ou o desenvolvimento de actividades produtivas pode ser uma terapêutica e nessa perspectiva ajuda a reduzir o trauma causado pela perda dos membros da família e amigos. Exemplo disso é nos apresentado por Piter Ntabalane, natural de Chamba, província de Sofala, que apesar de sua idade, 45 anos, traz dentro de si a tristeza provocada pela guerra,

"(...) lá onde vivia os meus pais perderam a vida e o meu tio que me levou à escola perdeu a vida também devido a guerra e já não confio em ninguém. Agora prefiro ficar aqui {Boane} porque é a mesma coisa. É que lá não está praticamente ninguém e quando eu estou lá as minhas lágrimas não param (...) Não me beneficieei dos cursos proporcionados pela OIM por causa do meu filho que se encontrava doente (...) mas não podia ficar de braços cruzados. Daí que comecei a pensar em fazer negócio no lugar de roubar. Concretizei esta ideia com o apoio

¹²¹Ministério da Coordenação Ambiental (MICOA), "Pesquisa sobre a situação da criança-soldado em Moçambique", Fevereiro de 1996: 19-20.

da OIM. Recebi daquela organização 1.200 contos para o exercício de negócio informal ao qual acresci o valor do subsídio da desmobilização. Fui para a província e de lá trouxe três (3) miúdos os quais ajudam-me nesta actividade (...)"¹²³.

Relatos deste género existem muitos. Nesta perspectiva, o desempenho de actividades produtivas e o aconselhamento podem, de alguma maneira, reduzir traumas desta natureza. Os ex-combatentes começam a recuperar de suas experiências e a achar nova identidade durante o processo de formação e através do desempenho de actividades significativas e produtivas.

Finalmente, a recuperação das oportunidades de educação e formação evita a frustração entre os ex-combatentes e facilita a integração. Os ex-combatentes muitas vezes acalentam grandes expectativas sobre a vida futura. Eles podem ficar facilmente frustrados quando as mudanças e possibilidades não ocorrem como eles esperavam e nessa altura sentem-se magoados e traídos. Como afirmou Joaquim Paulo quando questionado quais eram as suas perspectivas para o futuro,

*"Não estou a pensar em nada. Sempre pensei em fazer alguma coisa mas o Governo não quer ajudar-me. O que é que devo fazer? Ao menos se houvesse alguma forma de empréstimo para fazer negócio. Mas não há nada disso. O nosso Governo não vale a pena (...) Valem os Governos de outros países, mas aqui em Moçambique não vale a pena (...)"*¹²⁴.

Os ex-combatentes podem ficar desapontados por causa das limitadas oportunidades económicas, particularmente, quando olham para as pessoas mais qualificadas que fugiram do país ou escaparam ao cumprimento do serviço militar e foram capazes de continuar com seus estudos e formação. Como afirma Jamal Augusto,

*"Agora sinto que fui prejudicado porque eu estava a estudar e depois apareceu-me este relâmpago {Serviço Militar Obrigatório} que levou-me à tropa. Eu, as vezes, imagino que se estivesse a estudar talvez hoje fosse gente(...)"*¹²⁵.

¹²² Entrevista com Manuel Paulino, Boane, 15 de Agosto de 1996.

¹²³ Entrevista com Pieter Ntabalane, Boane, 02 de Setembro de 1996.

¹²⁴ Entrevista com Joaquim Paulo, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹²⁵ Entrevista com Jamal Augusto, Boane, 27 de Julho de 1996.

Além disso, as condições para o acesso à educação formal podem impedir ao soldado sem educação o acesso a cursos de formação. Consequentemente, a integração efectiva será afectada pelas oportunidades de recuperar a educação perdida e pelo acesso à formação. Este sentimento foi muitas vezes manifestado pelos ex-combatentes quando da realização do inquérito. Algumas preocupações cingiam-se à sua rejeição pelas entidades empregadoras por falta de qualificações académicas. Daí a atribuição aos organismos governamentais das culpas pela sua condição actual, pois argumentam que foram eles que os levaram àquela condição pelo que não os deviam abandonar.

Neste contexto, a educação e formação podem ter um impacto importante sobre os valores, atitudes, normas (efeito de socialização) da pessoa, sobre a motivação e expectativas (efeitos psicológicos), e sobre o comportamento¹²⁶. Estes factores influenciam a capacidade do ser humano assim como o desejo de trabalhar efectivamente e são considerados elementos importantes do processo de reintegração.

No distrito de Boane, findo o processo de formação, houve promessas, da parte dos organizadores, de oferta do chamado "fundo de maneiio" aos melhores cursantes algo que, de acordo com relato de alguns desmobilizados, até a data do fim da realização do inquérito não havia sido cumprido na sua totalidade. Exemplo disso é o caso de Moçambique Rodrigues que é dito um dos melhores participantes dos cursos de formação a nível nacional¹²⁷ mas que até agora está a espera do fundo prometido. De acordo com seu relato,

"(...) houve candidaturas para fundo de maneiio financiado pela OIM e eu candidatei-me mas eles, até hoje, ainda não me deram nenhum centavo. Isto pode levar alguém a concluir que é um fiasco. (...) dos que se candidataram a este fundo de maneiio só quatro é que se beneficiaram no comércio informal, estão a vender cigarros e arroz (...). Não é muito o valor

¹²⁶ McNabb, op.cit.: 6.

¹²⁷De acordo com o entrevistado que venho citando, Moçambique Rodrigues que participou com aproveitamento o curso de pecuária, teve melhor aproveitamento entre os desmobilizados que frequentaram o curso no Instituto Agrário de Boane (IAB), local escolhido para a realização de cursos do género e, provavelmente, terá sido o melhor a nível nacional. Catine, Boane, 12 de Julho de 1996.

*disponibilizado porque; como eles disseram, o valor do fundo de maneiio só pode ser 2.000 a 3.000 contos o que não dá para fazer muita coisa (...)*¹²⁸.

Foi também afirmado que a dificuldade na obtenção dos financiamentos está no facto de estes terem recebido as ferramentas ("kits") a preços bonificados. Tal como reporta o seguinte extracto, em resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de mudança de cursos,

*"Não aceitam, porque dizem que os outros também devem beneficiar de formação e nós já nos beneficiamos uma vez. Isto é semelhante ao caso do financiamento, quando a gente pede dinheiro a ver se podemos desenvolver algum negócio dizem que já recebemos muito dinheiro porque recebemos os "kits" (ferramentas)"*¹²⁹.

E ainda a este propósito Moçambique Rodrigues não deixou de aproveitar a oportunidade para tecer algumas considerações com relação à modalidade de funcionamento de algumas organizações envolvidas neste processo. Moçambique Rodrigues acha que,

*"(...) as ONG's que operam em Moçambique vão fazendo o que podem só que em parte elas também deixam um bocado a desejar, porque elas prometem, mandam traçar projectos e depois regista-se muita morosidade na entrega dos valores solicitados. E o que acontece é que em consequência desta demora e porque a nossa moeda está em constante desvalorização, alguém faz hoje orçamento de projecto que vai custar, por exemplo, 50 a 60 milhões de meticais e o financiador fica 3 a 4 meses e a moeda vai perdendo o valor. E, finalmente, quando decidem ceder o projecto já não vale nem sequer metade do valor inicial e depois andam para ai a dizer que financiaram um desmobilizado (...)"*¹³⁰.

Para a sua sobrevivência o ex-Capitão procura várias formas das que considera honestas e suficientes para 'morrer devagar'. Não prefere candidatar-se para a polícia de segurança privada por

¹²⁸Entrevista com Moçambique Rodrigues, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹²⁹Entrevista com Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996; Este sentimento é compartilhado pela maioria dos desmobilizados entrevistados. Entrevista com Augusto Matavele, Faquir Mussá, Boane, 27 de Julho de 1996, entre outros.

¹³⁰Entrevista com Moçambique Rodrigues, Boane, 13 de Julho de 1996.

considerar muito arriscado, pois não se pode "estar a guardar uma coisa importante somente com um mascote"¹³¹. Esta foi uma ocupação para a qual a OIM anunciou as vagas. De acordo com as palavras de Moçambique Rodrigues,

*"Para a minha sobrevivência dependo, em parte, da pensão de reforma, pois passei à reforma, e ainda de pequenos negócios, de bebidas alcoólicas e outras coisas por ai assim. São pequenas coisas que são suficientes para morrer devagar"*¹³².

Na situação de Moçambique Rodrigues encontram-se muitos outros desmobilizados, e muitos deles sem a pensão de reforma apesar de a ela terem direito. A pensão de reforma foi uma das questões frequentemente colocada pelos desmobilizados, preocupados com a morosidade burocrática com que é tratado o assunto. Este facto chega mesmo a ser utilizado como argumento para a permanência de desmobilizados naquele local. Tal como nos diz Joaquim Paulo, respondendo à pergunta sobre a razão de sua permanência naquele local depois de desmobilizado, face às facilidades de transporte na altura criadas para o retorno às zonas de origem,

*"Bem, eu quando fui desmobilizado vi que não vale a pena ir para casa porque eu como recebo dinheiro de reforma pensei 'se eu for para lá meu nome não há de sair', porque muitas pessoas que são do Norte os nomes deles não saíram. Vá lá aqui na capital saem nomes. Mas lá na província há muitas pessoas que têm direito à reforma mas os nomes deles não saem (...)"*¹³³.

A combinação do emprego e actividades informais é também uma realidade muito frequente. Tal é o caso de Juma Amisse que encontrando-se a trabalhar numa empresa de construção (TECNAC), diz que para além disso,

"Faço algum biscate, mas tenho dificuldade de utilizar a minha máquina porque preciso de energia. O kit recebi-o no curso de serralharia que beneficiei financiado pela ONUMOZ, no

¹³¹ Entrevista com Moçambique Rodrigues, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹³² Idem.

¹³³ Entrevista com Joaquim Paulo, Boane, 13 de Julho de 1996, Carlos Fztudo, Mário Salane, Massaca I - Boane, 02 de Setembro de 1996.

*Instituto Agrário de Boane. Mas os kits e a máquina estão guardados lá em casa, não tenho energia e finanças*¹³⁴.

Relativamente frequente é pois o recurso ao negócio informal face às dificuldades de uso das ferramentas recebidas depois da formação. Isto é frequente, principalmente, entre os desmobilizados que frequentaram o curso de serralharia, que apresentam como dificuldade fundamental para o uso das ferramentas a falta de energia. Exemplo disso é o que nos é relatado por Mwaneia, que questionado sobre a sua ocupação actual respondeu,

*"Agora eu estou a vender (no mercado local). Aqui fora tenho uma "barraca", outra está lá dentro. Para além disso participei num curso...tenho uma máquina de soldar que está em casa guardada, não tenho o que fazer com aquela máquina porque não tenho energia...o rendimento sai daqui das bancas. Conseguimos mais algum dinheiro quando conseguimos fazer essas coisas de ferro (grades), mas é muito raro...para movimentar aqueles kits temos que aproximar aqueles que têm energia e é preciso pagar às pessoas pela energia gasta... submetemos à OIM uma proposta de projecto para a formação de uma cooperativa formada por quatro pessoas da mesma área mas até hoje ainda não temos resposta*¹³⁵.

O baixo nível de consumo de energia eléctrica pela população local. A distribuição da corrente eléctrica à vila de Boane é garantida por uma central geradora local. A maior parte da população do distrito, incluindo os combatentes desmobilizados, não usa energia eléctrica por falta de condições para a sua instalação. Esta é uma das razões porque parte de desmobilizados que passaram por uma formação e que beneficiaram de respectivas ferramentas acabaram por mantê-las guardadas em suas casas passando a dedicar-se mais ao negócio informal e/ou outras actividades no lugar de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na formação. Como afirma Juma Amisse,

(...) eu tenho dificuldade de utilizar a minha máquina porque preciso de energia. A máquina e o kit de serralharia beneficieei depois do curso financiado pela ONUMOZ no Instituto Agrário

¹³⁴Entrevista com Juma Amisse, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹³⁵Entrevista com Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996.

*de Boane. Mas o kit e a máquina estão guardados lá em casa. Eu não tenho energia e dinheiro. Eu faço algum biscate*¹³⁶.

Para ultrapassar este problema os desmobilizados desdobram-se em esforços para sua própria sobrevivência. Como nos relata Manuel Paulino,

*"Beneficiei do curso de serralharia da ONUMOZ no qual passei e recebi um 'kit'. É com isso que estou me alimentando. Fui obrigado a deixar o sítio onde eu vivia para ir morar onde existe energia por forma a trabalhar com o kit e não estar parado. Preferi alugar uma dependência a viver numa casa de matope (feita a pau a pique) sem benefício nenhum. Pago vinte mil meticais pelo aluguer da dependência. A energia é que é cara, pago trezentos e setenta e cinco mil meticais por mês. Mas as vezes tem lucro (...)"*¹³⁷.

Há também casos de desmobilizados que dependem fundamentalmente das ferramentas para a sua sobrevivência. Exemplo disso é o do Jamal Augusto que respondendo a uma questão sobre a sua ocupação actual, disse que

*"Actualmente não faço nada.(...)Só tenho uma máquina que beneficiei depois do curso no Instituto Agrário de Boane. Depois do curso tive a oportunidade de 'estagiar' numa serralharia durante um ano. Se alguém aproximar e pedir que faça, por exemplo, um fogão, eu faço e é daí que tiro o meu pão. É dessa maneira que eu vivo.(...) O curso valeu muito, foi muito importante porque estou a sobreviver à custa dele. Para mim este curso é o meu pão, só que faltam os meios(...) eu gostaria de ter um sítio onde pudesse fazer meu pão diário. Como eu já tenho a minha profissão, não estaria aí a pedir pão a ninguém. Estamos a tentar estabelecer uma cooperativa e submetemos a proposta à OIM, mas até hoje não temos resposta"*¹³⁸.

Ao referimo-nos à reintegração sócio-económica pretendemos basicamente analisar o conceito nas suas categorias económica, social e política. A nossa percepção é de que estas categorias não devem ser analisadas separadamente, elas são dinâmicas, e inter-relacionadas.

¹³⁶ Entrevista com Júlio Mwanea, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹³⁷ Entrevista com Manuel Paulino, Boane, 15 de Agosto de 1996.

O fim dos subsídios criou um certo nível de instabilidade no seio das famílias com desmobilizados uma vez que aqueles garantiram (conjugado com outros esforços) a sobrevivência da família enquanto não aparecia melhor oportunidade. Neste momento a procura de emprego ou o exercício de uma actividade remunerável é o desejo da maioria que neste momento não se encontra efectivamente ocupada. Neste contexto, não surpreende que a maioria recorra ao negócio informal ou ofereça sua força de trabalho a proprietários privados principalmente do ramo agrícola.

2. Distribuição ocupacional

Relativamente à ocupação actual dos 33 combatentes desmobilizados entrevistados, há que referir que deste número metade deles participou nos cursos de formação nas áreas de serralharia, mecânica, electricidade, tractorista, agricultura e pecuária e os restantes por razões várias (impedimento e/ou vontade própria), não puderam participar.

Em termos de aplicação dos conhecimentos de formação no mercado de trabalho somente alguns combatentes desmobilizados formados nas áreas de serralharia, mecânica e electricidade tiram vantagens da sua formação com recurso às ferramentas disponibilizadas. Em outras áreas, devido à sua grande dependência de financiamento e/ou do mercado de trabalho, os beneficiários têm optado, em última instância, por desenvolver actividades fora do âmbito de sua formação como negócio informal, destilação caseira e/ou ao negócio de venda de lenha e/ou carvão.

Porém, mesmo os anteriores enfrentam problemas de uso dos seus instrumentos de trabalho. Tal deve-se principalmente à falta de energia e formas de crédito para a compra de matéria-prima para o desempenho normal de suas actividades. Nesses casos os desmobilizados combinam o desempenho dos seus ofícios com as actividades alternativas atrás referidas.

Entretanto, em termos gerais, mais de metade dos desmobilizados entrevistados, 53,1% considerava-se temporariamente empregada pois encontravam-se a trabalhar como assalariados contratados em empresas tais como as de construção (exemplo a CMC) ou nas de protecção e/ou machambas privadas. Enquanto isso, 31,2% consideravam-se desempregados por se dedicarem predominantemente ao negócio informal (base de subsistência para além da machamba) e os

¹³⁸Entrevista com Jamal Augusto, Boane, 27 de Julho de 1996.

restantes 15,6% consideravam-se auto-suficientes pois dedicavam-se a actividades cujo exercício consideravam rentável.

2.1. *Agricultura*

De notar que quase a totalidade dos desmobilizados entrevistados possuem parcelas de terra as quais são normalmente trabalhadas pelas esposas (vide anexo 5). Os maridos, os ex-combatentes, exercem negócio informal e/ou procuram empregos assalariados de forma a assegurar a sobrevivência da família. É significativa a percentagem de inquiridos que privilegia estratégias de segurança, preferindo ser assalariados. A repartição de tarefas nas famílias com desmobilizados indica que a ocupação masculina centra-se nos trabalhos que garantem o salário para o sustento da família, enquanto que a mão-de-obra feminina é por sua vez empregue não só em trabalhos produtivos de onde obtêm um salário, mas também na produção agrícola para o autoconsumo, produção de utensílios, destilação de bebidas tradicionais para consumo ou venda, para além dos afazeres domésticos. Isto não foge à regra consuetudinária de divisão do trabalho feita na base das relações de género.

Regra geral, a população feminina e as crianças ocupam-se de alimentos para a subsistência, da transformação dos produtos para o consumo familiar, dos cuidados com o rebanho e da criação de aves domésticas, além de uma série de actividades extra-agrícolas ligadas (afazeres domésticos, preparação dos alimentos, busca de água e de lenha, etc) enquanto os homens dedicam-se principalmente às culturas agrícolas, em sectores de produção onde trabalham como assalariados, à construção e reparação de casas, às actividades artesanais, caça, pesca, etc.

Porém, actualmente constata-se mudanças profundas neste padrão. Em consequência do êxodo forçado, muitas famílias tiveram de abandonar a produção agrícola familiar dirigindo a sua força de trabalho, tanto masculina como feminina, para o trabalho assalariado. A isto se juntou o custo de vida que vem subindo drasticamente, tornando a produção agrícola familiar insuficiente para cobrir as necessidades do agregado.

Se é normal que no contexto actual da sociedade moçambicana, e mais especificamente do estrato inquirido (desmobilizados), o principal motivo de adesão a projectos como a de reabilitação

de estradas (CMC) seja a melhoria das suas condições de vida para além de constituir uma estratégia de segurança (geralmente os desmobilizados trabalham em regime de contrato de seis meses podendo ou não renovar dependendo, para o efeito, do seu empenho e a disponibilidade de vagas), então não deixa de ser significativo que 18,1% dos inquiridos tenham apresentado a agricultura como alternativa à falta de emprego (a espera de uma melhor oportunidade) apesar de não mostrarem vontade de estar ligados a ela¹³⁹ por longo período de tempo. Esta posição é compreensível se tivermos em conta que a maioria dos ex-combatentes prefere aderir a estratégias de sobrevivência baseadas no emprego fixo ou actividades cujo exercício produza rendimentos em curto espaço de tempo. Exemplo disso é o que nos diz Eugénio Estevão,

"(...) não posso voltar para casa para depender dos meus pais, para ir trabalhar na machamba pois mesmo aqui (Boane) eu posso arranjar uma parcela de terra. Só que eu sinto que sou incapaz de desenvolver tal actividade porque sinto que ainda sou muito jovem, tenho o sangue a circular (...). O que eu quero é trabalho a sério (...)"¹⁴⁰.

No entanto a maioria dos inquiridos (81,8%) tem pouca experiência ou nunca trabalhou na agricultura apesar de muitos serem de origem rural e terem estado ligados ao meio rural até aos 16/18 anos, altura em que a maioria começou a cumprir o serviço militar. Porém, não existe contradição entre a motivação de trabalhar na agricultura e a de exercer outra actividade, tal é antes reflexo da diversidade da sua própria trajectória de vida e, principalmente, como uma estratégia de segurança. Quanto ao tipo de propriedade desejado, uma parte considerável prefere trabalhar em associação (12,1%), cerca de um terço como assalariados (30,3%) e mais de 33,3% por conta própria.

¹³⁹De acordo com o Director Distrital de Agricultura e Pescas no distrito de Boane a agricultura é de grande importância, tendo em conta a fertilidade dos solos e a disponibilidade de água do rio Umbeluzi para além da proximidade da área às infra-estruturas marítimas situadas na capital e o seu importante centro de consumo. Até finais do primeiro semestre deste ano só as famílias ocupavam mais de 2.231 ha do total do total de 36.779 ha considerados potencialmente agrícolas e nelas estava empregue mais 74% da população economicamente activa. Entrevista com o Director distrital da Agricultura e Pescas, Boane, 05 de Setembro de 1996.

¹⁴⁰ Entrevista com Eugénio Estevão, Boane, 15 de Agosto 1996.

2.2. *Negócio Informal*

Como referimos anteriormente mais de um terço (31,2%) dos ex-combatentes praticam o negócio informal. Apesar de os seus praticantes considerarem-se a si mesmos desempregados esta actividade constitui para a maioria dos desmobilizados entrevistados uma fonte de sobrevivência¹⁴¹. Eles consideram-se desempregados por preferirem ser assalariados a exercer actividades cujo rendimento é modesto e com grande margem de risco.

As habilidades de gestão de negócio relacionam-se com as aptidões requeridas para operar eficientemente um empreendimento ou uma propriedade rústica. Estas habilidades referem-se à capacidade de usar instrumentos de planificação, monitorização e avaliação eficiente, e para coordenar e controlar a produção para que o negócio seja executado com sucesso. Referem-se também às aptidões tais como a de gestão de relações humanas dentro do empreendimento, lidar com a burocracia pública e gestão dos clientes e das relações com os fornecedores. As habilidades de gestão podem ser adquiridas através de treino formal, formação nos serviços, ou aprendizagem pela prática¹⁴².

A experiência de programas de desenvolvimento de pequenas empresas mostra que tanto a formação como as habilidades em gestão podem ser requeridas para o sucesso na execução daquele género de actividades. Alguns estudos dão papel dominante à gestão. Os proponentes de formação em gestão insistem que indivíduos qualificados técnica e profissionalmente, aos quais faltam as habilidades de gestão de negócio são mais possíveis de experimentar dificuldades na operação de seus negócios que aqueles com baixas habilidades profissionais mas com capacidade de gestão.

De referir que o negócio das barracas e o comércio informal são actividades bastante difusas naquelas paragens, onde se vendem produtos como arroz, açúcar, óleo, sabão, cerveja, coca-cola, pilhas, cigarros, fósforos e outros. Os preços praticados no mercado informal são aparentemente inferiores aos do mercado formal. Talvez um estudo mais aprofundado e comparativo revele o contrário, pois, nestas paragens, o produto é vendido em quantidades muito pequenas o que faculta à

¹⁴¹Entrevista com Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996; Joaquim Paulo, Armino Maquina, Boane, 15 de Agosto de 1996; Samuel Muchanga, Carlos José, Massaca I-Boane, 02 de Setembro de 1996, entre outros.

¹⁴²Metcalf citado por Nubler, op. cit.:8.

população mais carente adquirir um pouco de alimentos para a satisfação de suas necessidades do dia a dia.

No entanto, ao debruçarmo-nos sobre este assunto há que distinguir os praticantes desta actividade: por um lado estão aqueles que a exercem com o financiamento de ONG's, e por outro lado os que exercem por conta e risco próprios. É exemplo da primeira categoria o caso de Pieter Ntabalane que não tendo tido a oportunidade de participar em nenhum dos cursos de formação, conseguiu, com o apoio da OIM desenvolver esta actividade. Como o beneficiário afirma,

"(...) Não me beneficieei dos cursos proporcionados pela OIM por causa do meu filho que se encontrava doente (...) mas não podia ficar de braços cruzados. Daí que comecei a pensar em fazer negócio no lugar de roubar. Concretizei esta ideia com o apoio da OIM. Recebi daquela organização 1.200 contos para o exercício de negócio informal ao qual acresci o valor do subsídio da desmobilização. Fui para a província e de lá trouxe três (3) miúdos os quais ajudam-me nesta actividade (...)"¹⁴³.

Ele considera-se relativamente estável e em condições de enfrentar a concorrência que caracteriza aquela actividade. São os que não se beneficiaram de apoio algum que normalmente se consideram desempregados apesar de a desenvolverem, em alguns casos, até com sucesso. Para estes, o investimento nesta actividade é insignificante e conseqüentemente o rendimento não só o é também, mas ele é também usado para a satisfação das necessidades diárias o que consubstancia em parte o facto de os seus praticantes se considerarem a si mesmos desempregados. Convém enfatizar, contudo, que maior parte dos ex-combatentes que se enquadram nesta segunda categoria beneficiaram-se dos cursos de formação mas, por diversas razões (energia, emprego, financiamento, etc), não podem pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação.

Como nos referimos no capítulo anterior, as vias de acesso desempenham papel de relevo para o exercício desta actividade. Com efeito, Boane é em termos de transporte bastante privilegiada. É ligada a Maputo por uma linha férrea de 31 Km, e uma outra linha liga o distrito com Goba atingindo a Swazilândia. Está ainda ligado, através de caminhos de ferro, com Bela Vista e

¹⁴³ Entrevista com Pieter Ntabalane, Boane, 02 de Setembro de 1996.

Salamanga, uma outra linha de 6Km liga Boane a Escola Agrária de Umbeluzi. A área comunica-se com a capital do país por uma estrada asfaltada de 26km, outra estrada liga Boane com a Moamba. Nesta mesma via, a cerca de 9,5km de Boane, existe a derivação da estrada para Namaacha, e mais adiante encontra-se uma outra derivação de terra batida para Goba. Outra estrada que se encontra a ser asfaltada liga Boane a Porto Henrique.

De acordo com dados da direcção distrital do comércio referentes ao ano de 1995, o distrito contava, nessa altura, com 53 casas comerciais. Destas uma pertence ao comércio grossista, 38 ao comércio retalhista e 14 ao grupo de restaurantes e pastelarias, para além de 68 barracas do tipo "take away"¹⁴⁴. É de referir que estes estabelecimentos são os oficialmente reconhecidos.

Maior parte destes desmobilizados mostram-se frustrados face às dificuldades enfrentadas no terreno no que se refere especificamente ao emprego. A maioria sente-se insegura quanto ao emprego em que se encontram actualmente. Em parte isso deve-se ao facto de o emprego assalariado se basear normalmente no contrato que, no caso de empresas de construção, geralmente não passa dos 6 meses, findo os quais (são mínimas as possibilidades de o renovar ou o fazem sob condições específicas e) voltam outra vez à condição de desempregados, uma situação preocupante do ponto de vista da subsistência e estabilidade da família¹⁴⁵.

¹⁴⁴Dados obtidos na Direcção Distrital de Indústria, Comércio e Turismo, Boane. O distrito de Boane conta com 68 barracas licenciadas pelo conselho executivo do distrito, mas existe um grande número de outras barracas e vendedores ambulantes para além dos vulgarmente conhecidos "dunbangué" que estão fora do controle das autoridades locais. O fenómeno "barracas" que inicialmente abrangia a sede do distrito e algumas áreas circunvizinhas, actualmente existem em quase todo o distrito incluindo áreas localizadas no interior. Luta-se pela legalização e aos poucos vão-se licenciando.

¹⁴⁵Entrevista com Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996, José Afonso, Manuel Paulino, Samuel Simango, Boane, 15 de Agosto de 1996, e ainda Augusto Matias, António Mulungo, Saide Chali, Massaca I - Boane, 02 de Setembro de 1996.

2.3. Negócio de Lenha e Carvão

Um outro aspecto, não menos importante, é a componente energética na estratégia de sobrevivência dos desmobilizados. Esta actividade, a venda de lenha e carvão, é exercida por cerca de 1/6 (15,1%) dos combatentes desmobilizados entrevistados. A sua maioria fazem-no como alternativa extrema, pois consideram ser uma actividade que exige esforços extremos para além de ser arriscada (parte deles exerce a actividade sem autorização das autoridades distritais). Para aqueles que iniciam a prática desta actividade, a falta de recursos complementares tais como crédito e/ou constrangimentos legais constituem barreiras para a prática da mesma. Como nos diz Armindo Máquina,

"(...) alguns desmobilizados fazem negócio de lenha e carvão. Mas eu não me arrisco a fazer negócio de lenha porque quando as pessoas são apanhadas a cortar lenha, sem licença, pelos agentes de fiscalização, são condenadas (são sujeitos a pagar multa ou instaurados processos-crime)"¹⁴⁶.

A falta de meios impede que os desmobilizados possam controlar todo o circuito de produção da lenha, desde a produção até a venda. Isto reduz-lhes a possibilidade de negociar melhores preços com os compradores e tudo o que podem é dedicar-se exclusivamente ao corte da lenha a qual é posteriormente vendida por atacado a camionistas que para o efeito se dirigem àquelas paragens. Estes normalmente estabelecem espécie de contrato com as pessoas que se dedicam a esta actividade e, regularmente, transportam a lenha para a vila ou para cidade capital, onde ela é vendida a preços mais lucrativos¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Entrevista com Armindo Máquina, Boane, 15 de Agosto de 1996.

¹⁴⁷ Entrevista com Faquir Mussa, Jamal Augusto, Boane, 27 de Julho de 1996, com Moçambique Rodrigues, Boane, 13 de Julho de 1996. Em Boane a vegetação é destruída para a utilização da madeira e seus derivados, para a confecção de alimentos e produção de calor. Os moradores de Boane preferem comprar o carvão aos montinhos que lhes custam cada um 1.000 meticais e são necessários dois para confeccionar uma refeição. Isto mostra que a utilização da madeira e seus derivados, como fontes de energia tem em princípio causas económicas. Actualmente o local de recolha de lenha dista bastante e constitui um dos principais problemas para a população local. Entrevista com Elisa Joel Kossa, Ilda Manjate, Boane, 23 de Julho de 1996; Arlete José, Ernesto Baptista, Alberto Magaísa, Boane, 29 de Julho de 1996.

Segundo a DDA existem em Boane 40 lenhadores licenciados que produzem cerca de 1600 sacos de carvão por mês. O principal mercado é a cidade de Maputo. Alguns vendedores e/ou revendedores instalaram-se ao longo das vias de acesso, mas a sua maioria pratica o negócio de lenha e de carvão na vila sede¹⁴⁸.

O negócio de lenha e carvão é muito praticado na região, e sendo uma das principais fontes de rendimento, contribui, com grande impacto, para o desflorestamento nas regiões de maior actividade nomeadamente, ao redor da bacia do rio Umbeluzi, Mahúbo, e outras. Tal como as anteriores, esta é uma das áreas em que os desmobilizados enfrentam concorrência de populares cuja base de sobrevivência assenta nesta actividade.

2.4. Imigração

A imigração constitui uma das alternativas de sobrevivência dos desmobilizados. De acordo com os nossos entrevistados, a maior parte dos ex-combatentes imigrantes é oriunda da região sul do país e o destino de preferência tem sido a África do Sul¹⁴⁹. Este facto é explicado em parte pelos laços históricos e económicos existentes entre esta região e a África do Sul. A emigração para a África do Sul é um fenómeno histórico. Tem a ver com o passado e a realidade do país, pois verificamos que a parte Sul é extremamente dependente e integrada na economia sul-africana. A estabilidade e desenvolvimento na África do Sul tem uma repercussão directa no aumento da riqueza em Moçambique, principalmente na zona sul.

Assim, para além do dinheiro, considera-se constituir condição fundamental possuir familiares naquelas paragens. Como nos diz Artur Júlio Muaneia, natural de Nampula,

"(...) custa muito (emigrar para a África do Sul) porque quem vai para a África do Sul tem lá tios ou avôs, etc. Nós, os outros (originários das províncias do Norte) não temos ninguém na

¹⁴⁸Entrevista com Director Distrital de Agricultura e Pescas, Boane, 05 de Setembro de 1996.

¹⁴⁹A maior parte dos combatentes desmobilizados entrevistados confirmou que a imigração enquadra-se nas suas estratégias de sobrevivência. Entretanto, para o efeito, o candidato precisa reunir um conjunto de requisitos tais como possuir familiares a residirem no país de destino assim como documentação para o efeito. Daí que a maior parte dos nossos entrevistados, especificamente os oriundos das províncias do Norte, considerem a imigração só beneficia os originários das províncias do Sul.

*África do Sul. Onde é que vamos ficar durante o tempo em que estivermos à procura de emprego?*¹⁵⁰.

Enquanto isso, face às informações e à sensibilidade quanto ao tratamento que os emigrantes têm recebido por parte das autoridades sul-africanas, alguns ex-combatentes preferem simplesmente não arriscar. Exemplo disso é a posição de Armindo Máquina, natural de Nampula, que diz existirem colegas que emigram para a África do Sul,

*"Mas eu não penso emigrar para a África do Sul. Se no meu próprio país não tenho apoio que será num outro país? Lá expulsam os moçambicanos que vão à procura de emprego. Imagine que eu vá lá e seja expulso o que é que hei-de fazer? Talvez seja até pior que a situação em que vivo actualmente no meu próprio país"*¹⁵¹.

Até aqui tentamos apresentar o cenário das formas de sobrevivência dos ex-combatentes com a exposição dos elementos que constituem, ao nível local, os principais obstáculos assim como os principais catalisadores da reintegração dos ex-combatentes. Olhemos agora para o papel do estado, das infra-estruturas sócio-económicas a nível local e a sua capacidade de absorver a força de trabalho desmobilizada.

3. Estruturas distritais para absorver os combatentes desmobilizados

O distrito de Boane tem a sua base económica assente na agricultura. Para além da agricultura familiar, a maior fonte de emprego no distrito são as unidades agrícola geridas pelo Estado e as do sector misto (exemplo a LOMACO). Muitas empresas estão parcialmente em operação e algumas delas estão em processo de privatização. As empresas do sector estatal são a Empresa Agrícola 1 de Novembro; a Empresa de Citrinos 3 de Fevereiro; a Empresa Agro-Pecuária de Boane e a Empresa de Suínos.

¹⁵⁰ Entrevista com Artur Júlio Mwaneia, Boane, 13 de Julho de 1996.

¹⁵¹ Entrevista com Armindo Máquina, Boane, 15 de Agosto de 1996.

O sector privado está virado principalmente para a prática de actividades agrícolas. Mas tal como as de outros ramos, estas mostram-se também incapazes de satisfazer o gritante problema de emprego naquele distrito. Dados recentes fornecidos pela DDA indicam a existência, em 1995, de 74 empresas do género em actividade. O fraco desenvolvimento deste tipo de empresas deve-se principalmente à falta de capital fixo por parte dos empresários, para investirem na compra de insumos de produção¹⁵². A actividade industrial é também fraca e muito limitada no distrito, e está nas mãos de privados. Foram identificadas em 1994¹⁵³ 11 unidades industriais, das quais 5 se dedicam ao fabrico de materiais de construção, 4 transformam produtos alimentares, uma pertence ao ramo têxtil e uma à extracção de pedra.

Embora o distrito seja agrícola, a expansão e desenvolvimento do sector agro-alimentar são limitados. Existem duas empresas de Leite e Lacticínios e um estabelecimento para a embalagem e distribuição de produtos agrícolas, propriedade da LOMACO.

Existem pequenas moageiras espalhadas pelo distrito, para além de unidades de fabrico de utensílios de uso doméstico destinados ao mercado local. Estas funcionam em paralelo com o sector agrícola em actividades como a destilação caseira de "tontonto" (álcool de laranja) e a destilação de cerveja de milho que são vendidas aos habitantes dos bairros. Devido à proximidade das cidades de Maputo e Matola, estas constituem os pólos de atracção dos habitantes de Boane.

Dados da administração distrital apontam que em 1980 o índice de ocupação da população local era alto, com 68,5% da população activa. O ramo da agricultura era o que maior número de mão-de-obra absorvia, com 65% da população economicamente activa, seguindo-se a indústria com 11% e a silvicultura com 8%¹⁵⁴.

Quanto à distribuição mais actualizada da população economicamente activa, mostra-se que houve uma redução dos postos de trabalho resultante da paralisação ou privatização de várias

¹⁵² Entrevista com o Director Distrital de Agricultura e Pescas, Boane, 05 de Setembro de 1996.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Administração Distrital, Boane. Dados referentes ao último Recenseamento Geral da População efectuado em 1980.

empresas ou cooperativas agro-pecuárias. Por exemplo, a conclusão da construção da Barragem dos Pequenos Libombos deixou 1.440 pessoas sem emprego¹⁵⁵.

Dado o modesto nível de desenvolvimento dos empreendimentos privados, o processo de reintegração económica continua dependente do Estado se for excluída a iniciativa individual e dispersa dos combatentes desmobilizados.

4. Que políticas adoptar para utilização efectiva da força de trabalho desmobilizada

A utilização efectiva de habilidades, aptidões e competência existentes requerem políticas de apoio e medidas complementares que ajudem os ex-combatentes a fazerem uso de suas habilidades nas actividades civis. Estas medidas, políticas e intervenções relacionam-se com a oferta e procura no mercado de trabalho.

Do lado da oferta, a verificação das habilidades dos ex-combatentes que tenham adquirido habilidades utilizáveis torna-se essencial. O emprego direccionado e o programa de aconselhamento podem ajudar os ex-combatentes a acharem os empregos existentes. Além disso, há evidência que os padrões de ambição, aspiração e preferência dos ex-combatentes nem sempre vão ao encontro das oportunidades existentes. O aconselhamento pode ajudar os indivíduos a perceberem e a aceitarem as limitações, a ajustarem as suas preferências às oportunidades existentes e a tomarem iniciativas. Do lado da procura, a questão de criação de empregos deve ser orientada para onde os empregos não estão disponíveis.

Nas sociedades pós-guerra o emprego é escasso. Por detrás desta situação está o facto de o ajustamento estrutural e programas de reforma económica implementados pelos governos em muitos países pós-conflito terem a tendência a reduzir a oferta de emprego, pelo menos a curto prazo. Os programas com vista à criação de empregos remunerados para um grande número de ex-combatentes podem, em particular, ser criados na construção e reabilitação intensiva de infra-estruturas¹⁵⁶. Além disso, o auto-emprego em pequenas empresas e/ou micro-empresas é

¹⁵⁵Hilário, Op.cit.: 24.

¹⁵⁶ Hilário, op. cit.: 12.

considerado uma opção importante na criação de oportunidades de rendimento para um grande número de soldados desmobilizados dentro de um curto espaço de tempo. Aqueles que planeiam iniciar seu o próprio empreendimento podem requerer acesso a 'inputs' complementares tais como gestão básica e/ou formação profissional, aconselhamento, crédito, terra, equipamento, etc.

As perspectivas de identificação de oportunidades de negócios são muito importantes na harmonização das preferências dos ex-combatentes com as oportunidades do mercado. Parece ter sido dada pouca atenção aos estudos de oportunidades de negócio durante o processo de desmobilização. Consequentemente, a escolha de actividades de pequenas empresas feita pelos ex-combatentes tende a relacionar-se de pouco com as oportunidades de mercado.

Estas medidas envolvem custos e requerem fundos. Mas elas contribuem para o sucesso na utilização das qualificações e aptidões disponíveis. Os benefícios para o processo de desmobilização podem ser substanciais. A utilização efectiva desta força de trabalho pode contribuir para a integração económica e reabilitação da economia, a reintegração social e o processo de pacificação. É essencial gerir esta força de trabalho efectivamente, assisti-los na colocação em postos de trabalho e facilitar a criação de emprego ou capacitá-los para o auto-emprego.

As políticas para alocação efectiva dos desmobilizados no mercado de trabalho e as medidas de promoção do emprego assim como do auto-emprego requerem análises de habilidades disponíveis de acordo com sua relevância em diferentes seguimentos do mercado de trabalho e profissões. Os ex-combatentes podem ser empregues no sector formal ou informal como trabalhadores ou como gestores; eles podem iniciar os seus próprios negócios, ou trabalhar em suas próprias machambas. Estas diferentes actividades e profissões requerem diferentes padrões de habilidades e aptidões.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

Em termos de caracterização, a amostra dos ex-combatentes entrevistados apresenta diferenças essenciais ao nível da composição étnica e naturalidade. O grupo é mais equilibrado em termos étnicos reflectindo as próprias características da população residente em Boane; tem uma percentagem muito significativa de migrantes naturais de outras províncias (ou distritos); a grande maioria não é natural do distrito e não residia no local antes de ir para a tropa. Trata-se de um grupo heterogéneo. Os agregados dos combatentes desmobilizados são constituídos em média por 4 pessoas incluindo o próprio e nível de instrução é baixo. Para a maioria destes as actividades rurais constituem uma experiência nova.

Factor comum na identidade dos desmobilizados é a experiência de guerra, cujo peso tem sido aqui realçado e que é parte integrante e inseparável de sua identidade. A guerra é sempre encarada como um período transitório e a formação representa sobretudo uma expectativa de futuro. A motivação para participar nos cursos de formação está associada a negação da vida militar. O futuro (civil) e o passado (militar) são tempos marcados pela rotura. A desmobilização representou, para a maioria destes indivíduos, não apenas o fim de um período de tropa e de guerra, mas mais do que isso, a negação da própria guerra. O significado da guerra na trajectória de vida destes indivíduos merece uma reflexão tendo em conta os aspectos negativos que provavelmente advêm ou poderão advir da sua condição (sobretudo relações de sociabilidade conflituosas).

Mas, por outro lado, aquele aspecto pode servir de base para a captação de eventuais vantagens, não só ao nível de existência de uma maior diversidade de aptidões profissionais, mas também da disciplina, espírito de grupo, hábitos de entre-ajuda.

A gestão dos combatentes desmobilizados relaciona-se tanto com a utilização efectiva como com o desenvolvimento de aptidões humanas. Ambas componentes jogam papel importante no

alcance dos objectivos da desmobilização e da reintegração a curto, médio e longo prazos, tais como a integração económica e social, a segurança e estabilidade política, a coesão social e desenvolvimento económico e humano.

As políticas para a utilização efectiva das habilidades dos ex-combatentes durante a reintegração podem relacionar-se com as componentes da oferta e procura do mercado de trabalho tais como medidas de emprego direccionado, aconselhamento, criação de emprego, assistência no estabelecimento de pequenas empresas, etc. As políticas de planeamento e a proposta de projectos efectivos devem basear-se em dados sobre as habilidades, aptidões, qualificações e experiências existentes entre os ex-combatentes. As políticas de formação devem ir ao encontro do desafio de fornecer habilidades para a integração económica e social a curto, médio e longo prazos.

Além disso, a informação sobre motivação, expectativas e ambições dos ex-combatentes é importante de forma a harmonizar seus planos com as oportunidades de mercado. Finalmente, atenção particular deverá ser dada às necessidades de grupos especiais de combatentes desmobilizados. A falta de programas coordenados para mulheres, crianças e pessoas incapazes é considerada uma das maiores faltas nas estratégias de desmobilização e reintegração.

Como ficou evidenciado, a agricultura constitui o principal sector de actividade económica da região em torno do qual se estrutura a vida social e económica. Não existem informações estatísticas actualizadas que nos permitam situar a importância relativa da agricultura local dentro do contexto provincial, mas tendo em conta a fertilidade dos solos e a disponibilidade de água do rio Umbeluzi para além da proximidade, da área, das infra-estruturas marítimas situadas na capital e o seu importante centro de consumo, a agricultura é de grande importância, daí que o aproveitamento desta área se torna crucial dada a capacidade e o número de combatentes desmobilizados que potencialmente pode empregar.

A formação para a criação de micro-empresas no sector informal pode ser efectivo se estudos de exequibilidade identificarem mercados que demonstrem potencialidade para o auto-emprego. Experiências de programas de desenvolvimento de pequenas empresas mostram que programas iniciais requerem normalmente algo mais que a formação para a sua efectividade. Os pacotes de assistência devem ser proporcionados particularmente para aqueles ex-combatentes que estão motivados a operar micro-empresas e a trabalhar na profissão proporcionada pela formação.

As reduções orçamentais levadas a cabo no sector da defesa em muitos países em vias de desenvolvimento, em especial naqueles que atravessam processos de transição, têm criado uma complexidade de problemas e oportunidades. A desmobilização traduz-se, por vezes, num aumento na taxa de desemprego enquanto que em países com fortes complexos militares e industriais, vêem reduzida uma das suas principais fontes de rendimento no mercado internacional. Uma solução para este problema reside na reconversão de antigos combatentes e estruturas militares em factores de produção para o mercado civil, servindo assim o desenvolvimento do país e o bem estar da população.

Este processo pode ter um impacto positivo sobre a integração social e a coesão de vários grupos da sociedade com "background" sócio-económico, religioso e cultural diferente. Igual acesso à educação e formação, assim como o acesso às oportunidades de emprego para cada um destes grupos são considerados, neste contexto, essenciais.

Neste contexto, o desenvolvimento das aptidões humanas desempenha um papel relevante. A aquisição de habilidades, conhecimentos e aptidão através da formação contribui para a integração económica e social. A integração económica é encorajada pela formação para o emprego e auto-emprego. Entretanto, a formação para o emprego precisa de ser estritamente conduzida pela procura e baseada nas análises das necessidades de formação. A planificação inadequada da formação, sem dados sobre as necessidades e a procura do mercado, é considerada problema principal nas estratégias de reintegração.

Os aspectos da vida familiar, do acompanhamento dos filhos à escola constituem componentes essenciais para a reintegração dos combatentes desmobilizados. Porém, o factor mais importante para o reforço destas estruturas é, provavelmente, a integração económica de tais homens. Os combatentes desmobilizados, solteiros ou casados, têm de encontrar formas de ganhar a vida para assegurarem a sua subsistência e a subsistência de seus dependentes.

Proporcionando aos ex-combatentes uma educação e formação bem elaborada e efectiva para seu emprego rural como agricultores ou empregados agrícolas, ou micro-empresários rurais, motivará os ex-combatentes a permanecerem nas suas comunidades rurais em vez de migrarem para as áreas urbanas. Por outro lado, a redução de diferenças de rendimento e oportunidades de emprego

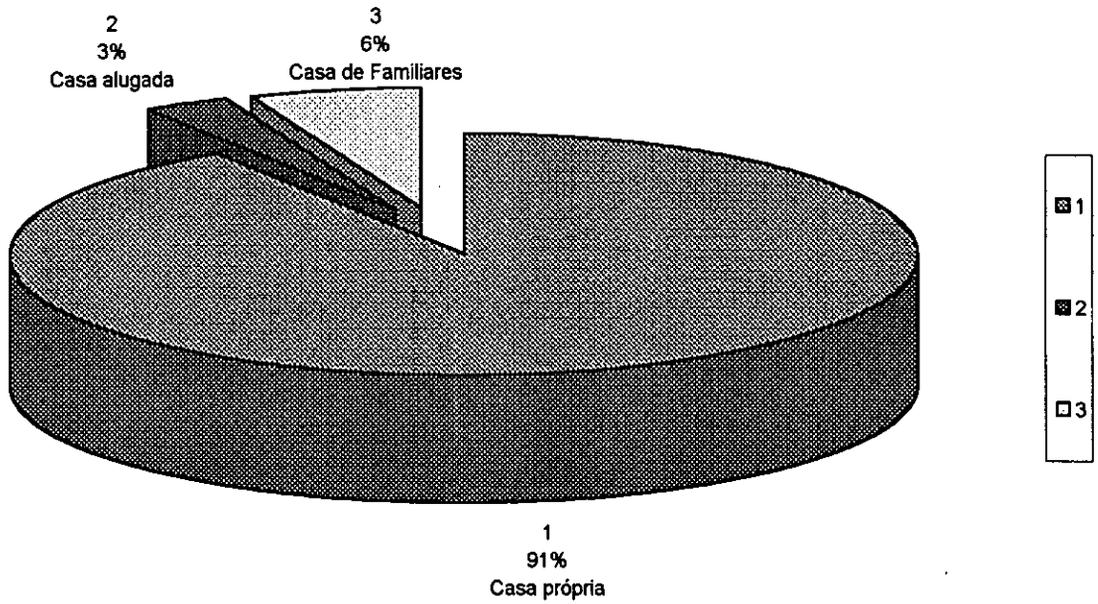
(ou auto-emprego) entre as áreas rurais e urbanas contribuirá para um melhor equilíbrio entre o desenvolvimento rural e urbano.

Neste estudo foram ensaiadas pistas de reflexão sobre a problemática geral da reintegração as quais poderão ser aprofundadas em futuros trabalhos através da análise dos traços específicos da identidade dos desmobilizados.

As conclusões aqui apresentadas partem de um universo específico mas é provável que, a nível nacional, os milhares de desmobilizados enfrentem problemas idênticos pelo que são necessárias medidas e o apoio a projectos viáveis no sentido de facilitar a integração sócio-económica especificamente no meio rural.

| | | | | | | | | |
|----------------------------|----|----------------|----------------|-----------------|--|--|----------------|--|
| | | | | | | | Anexo 1 | |
| Padrão de Habitação | | | | | | | | |
| | | Casa | | | | | | |
| | | Própria | Alugada | Familiar | | | | |
| | NT | 30 | 1 | 2 | | | | |
| | % | 91 | 3 | 6 | | | | |

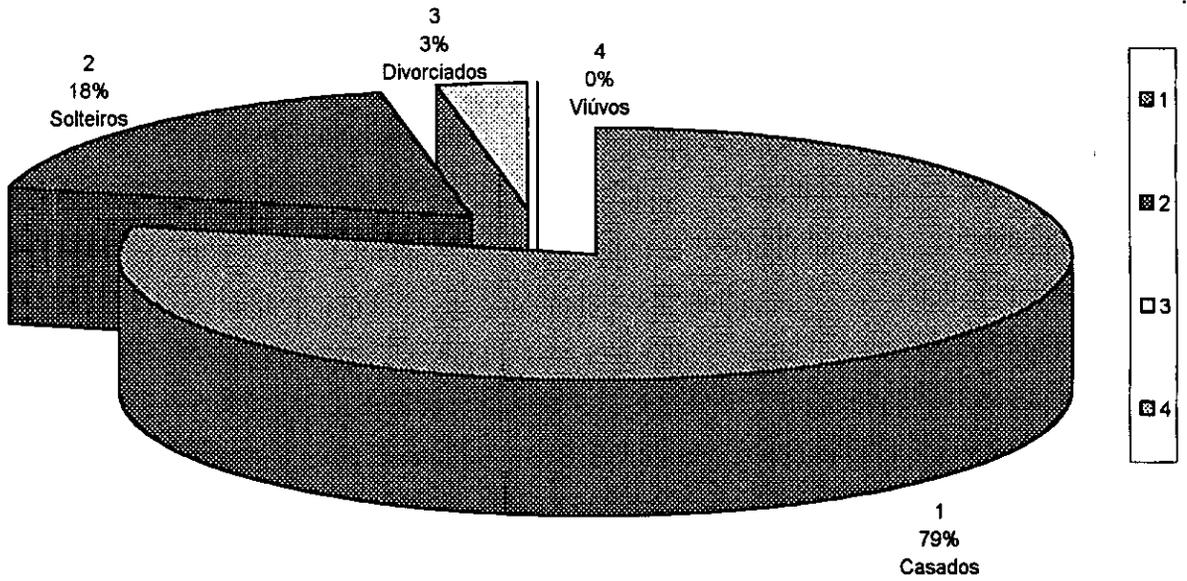
Boane - Padrão de habitação dos Desmobilizados



| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | |
|---------------------|--|----------------|------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | | | | | | Anexo 2 |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Estado Civil | | | | | | |
| | | Casados | Solteiros | Divorciados | Viúvos | |
| NT | | 26 | 6 | 1 | 0 | 33 |
| % | | 79 | 18 | 3 | 0 | 100 |

Boane - Estado Civil dos Desmobilizados

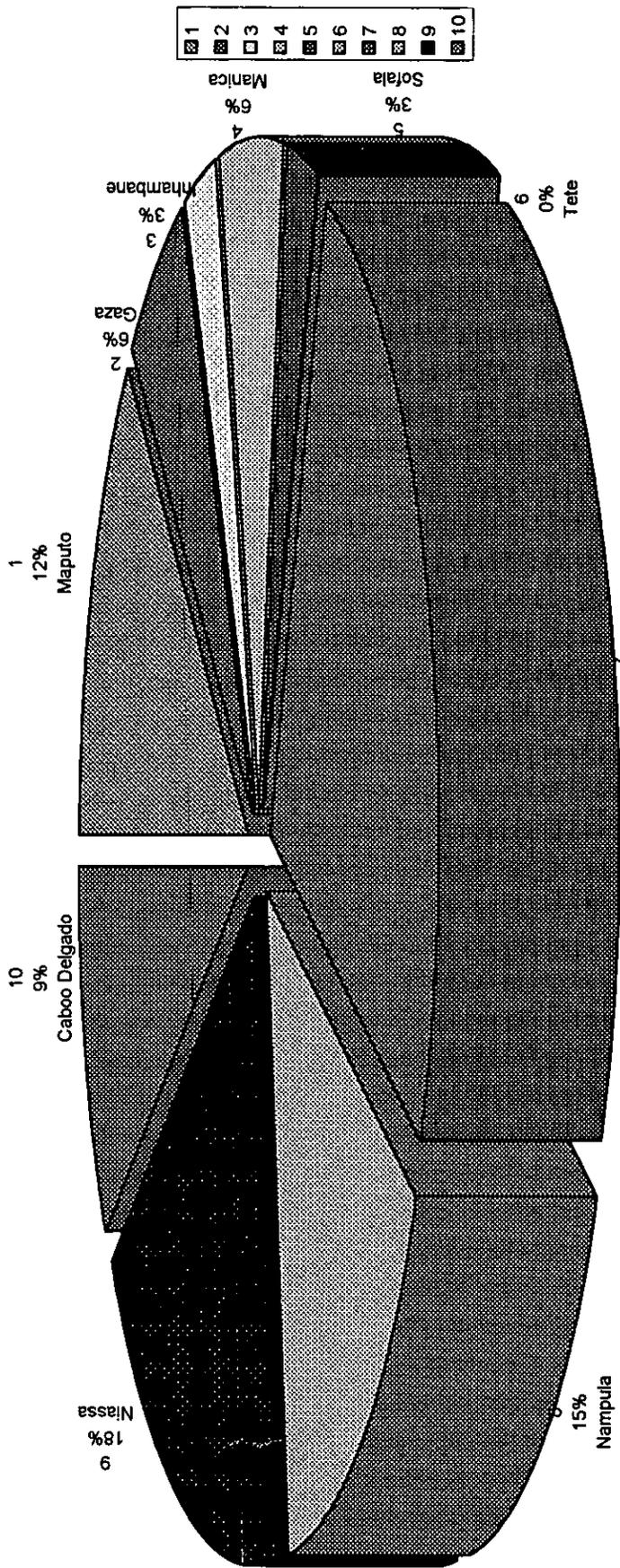


| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

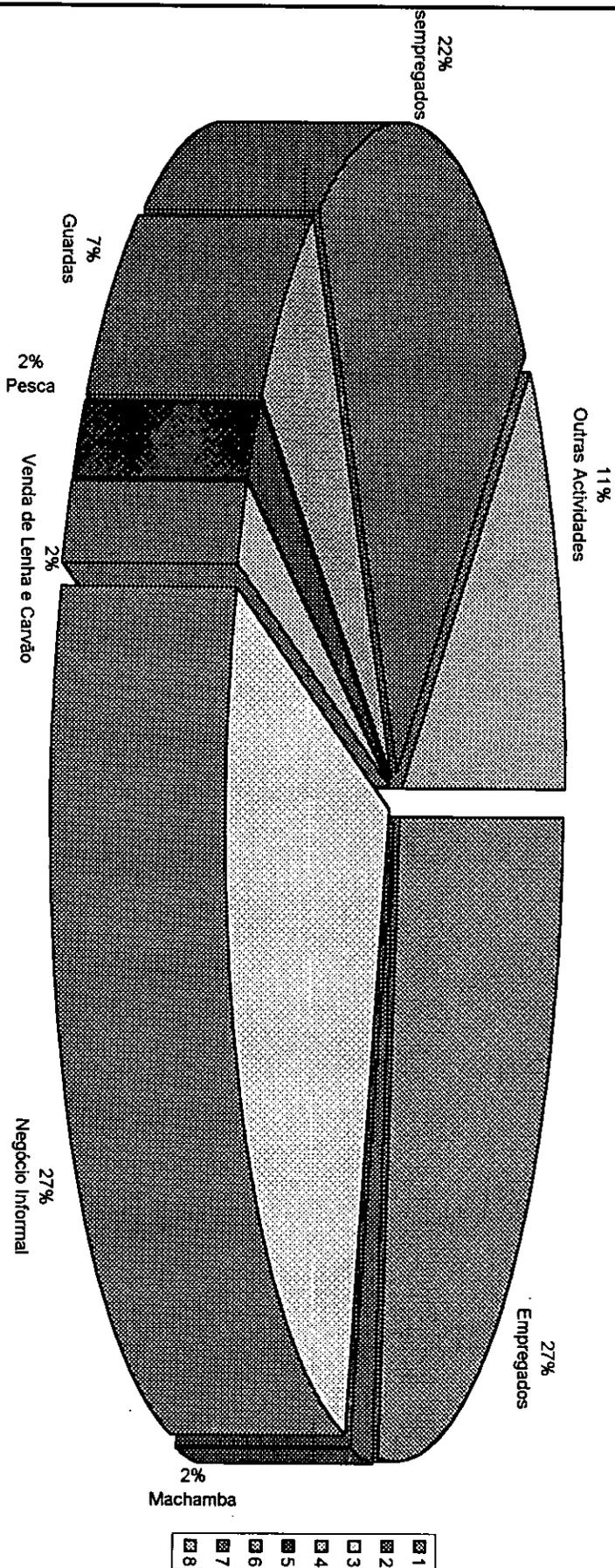
Anexo 3

| Boane - Provincia de Origen dos Desmobilizados | | Maputo | Gaza | Inhambane | Manica | Sofala | Tete | Zambézia | Nampula | Naissa | Cabo Delgado |
|--|--|--------|------|-----------|--------|--------|------|----------|---------|--------|--------------|
| NT | | 4 | 2 | 1 | 2 | 1 | 0 | 9 | 5 | 6 | 3 |
| % | | 12 | 6 | 3 | 6 | 3 | 0 | 28 | 15 | 18 | 9 |

Provincia de Origen



Ocupação dos Desmobilizados

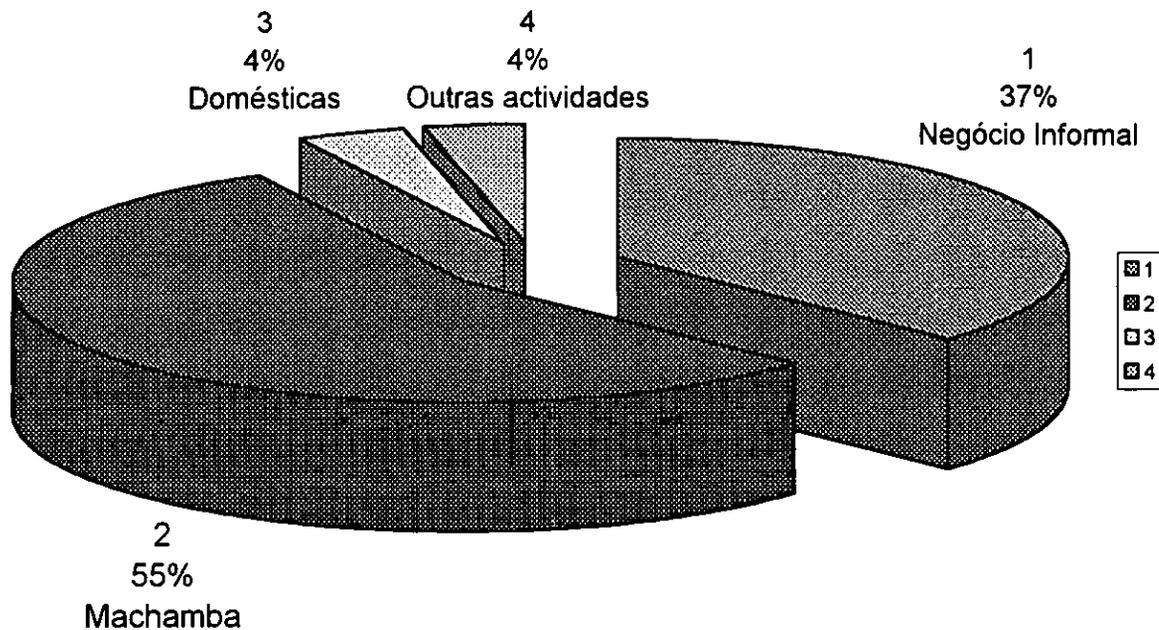


Anexo 5

Ocupação das esposas dos desmobilizados

| | NT | % |
|--------------------|----|------|
| Negócio Informal | 10 | 41% |
| Machamba | 15 | 43% |
| Doméstica | 1 | 3% |
| Outras Actividades | 1 | 13% |
| | 27 | 100% |

Boane - Ocupação das Esposas dos Desmobilizados



| | | | | | | | Quadro 2 | | |
|---------------------------------|--------------|----------|---------|-------|----------|--------|---------------------|---------|----------|
| Boane - Familias Desmobilizadas | | | | | | | | | |
| Nome | Estado Civil | | | | Agregado | Filhos | Padrao de Habitacao | | |
| | Casado | Solteiro | Divorc. | Viuvo | | | Propria | Alugada | Familiar |
| Juma Amisse | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Francisco Almoço | Casado | | | | 6 | 4 | P | | |
| Moçambique Rodrigues | | Solteiro | | | 1 | | P | | |
| Eugénio Estevão | | Solteiro | | | 1 | | P | | |
| José Afonso | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Armindo Máquina | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Manuel Paulino | | Solteiro | | | 1 | | | A | |
| Artur Júlio Mwaneia | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Pieter Ntabalane | Casado | | | | 2 | | P | | |
| Jamal Augusto | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Xavier Passote | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Lache Chuite | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Joaquim Paulo | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Faquir Mussa | Casado | | | | 5 | 3 | P | | |
| Muinde Chinai | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Carlos Faztudo | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| António José Ali | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Mário K. Salane | Casado | | | | 7 | 5 | P | | |
| Samuel S. Muchanga | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Mário Matchula | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Jorge Alberto | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Vitor João | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Samuel SaizeSimango | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| João Pereira Rafael | Casado | | | | 6 | 4 | P | | |
| António Mulungo | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Carlos José | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| Augusto Matias | | | Divorc. | | 1 | | P | | |
| João Alexandre | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Eurico F. Muchanga | | Solteiro | | | 1 | | | | F |
| Saide Chali | Casado | | | | 4 | 2 | P | | |
| Augusto Matavele | | Solteiro | | | 1 | | P | | |
| Artur Pinto | | Solteiro | | | 2 | | | | F |
| Augusto Chirico | Casado | | | | 3 | 1 | P | | |
| | 26 | 6 | 1 | 0 | 109 | 49 | 30 | 1 | 2 |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| Desmobilizados: Idade, Tempo Médio no Serviço Militar e Província de Origem | | | | | | | | | | Quadro 3 | | |
|---|-------|---------------|------------|--------|-----------|--------|--------|-----------|----------|----------|--------|--------------|
| | Idade | T.M.S.Militar | Províncias | | | | | | | | | |
| | | | Maputo | Gaza | Inhambane | Manica | Sofala | Tete | Zambézia | Nampula | Niassa | Cabo Delgado |
| Juma Amisse | 30 | 12 anos | | | | | | | | Nampula | | |
| Francisco Almogo | 33 | 13 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Mocambique Rodrigues | 32 | 13 anos | Maputo | | | | | | | | | |
| Eugénio Estevão | 27 | 5 anos | | | | | | | | | | C. Delgado |
| José Afonso | 21 | 13 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| Armindo Máquina | 28 | 8 anos | | | | | | | | Nampula | | |
| Manuel Paulino | 28 | 5 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Artur Júlio Mwanela | 25 | 8 anos | | | | | | | | Nampula | | |
| Pieter Ntabalane | 45 | 15 anos | | | | | Sofala | | | | | |
| Jamal Augusto | 30 | 7 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Xavier Passote | 28 | 5 anos | | | | | | | | | | C. Delgado |
| Lache Chuite | 27 | 7 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Joaquim Paulo | 38 | 9 anos | | | | | | | | | | C. Delgado |
| Faquir Mussa | 30 | 6 anos | | | | | | | | Nampula | | |
| Muinde Chinai | 29 | 7 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Carlos Faztudo | 27 | 11 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| António José Ali | 28 | 6 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| Mário K. Salane | 42 | 12 anos | | | | | | Manica | | | | |
| Samuel S. Muchanga | 29 | 11 anos | | Maputo | | | | | | | | |
| Mário Matchula | 28 | 8 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Jorge Alberto | 28 | 5 anos | | | | | | | | Nampula | | |
| Victor João | 30 | 11 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| Samuel SaizesSimango | 32 | 12 anos | | | | | | Manica | | | | |
| João Pereira Rafael | 35 | 11 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| António Mulungo | 31 | 11 anos | Maputo | | | | | | | | | |
| Carlos José | 26 | 5 anos | | Gaza | | | | | | | | |
| Augusto Matias | 28 | 8 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| João Alexandre | 24 | 8 anos | | | | | | Inhambane | | | | |
| Eurico F. Muchanga | 25 | 8 anos | Maputo | | | | | | | | | |
| Saide Chali | 35 | 12 anos | | | | | | | | | Niassa | |
| Augusto Matavele | 33 | 11 anos | | Gaza | | | | | | | | |
| Artur Pinto | 20 | 14 anos | | | | | | | Zambézia | | | |
| Augusto Chirico | 27 | 6 anos | | | | | | | Zambézia | | | |

Quadro 4

| Nomes | Idade | Prov. de Origem | Nível Académico |
|---------------------------|---------|---------------------|------------------|
| Juma Amisse | 30 anos | <i>Nampula</i> | <i>4ª classe</i> |
| Francisco Almoço | 33 anos | <i>Zambézia</i> | <i>5ª classe</i> |
| Moçambique Rodrigues | 32 anos | <i>Maputo</i> | <i>8ª classe</i> |
| Eugénio Estevão | 27 anos | <i>Cabo Delgado</i> | <i>5ª classe</i> |
| José Afonso | 21 anos | <i>Niassa</i> | <i>4ª classe</i> |
| Armindo Máquina | 28 anos | <i>Nampula</i> | <i>5ª classe</i> |
| Manuel Paulino | 28 anos | <i>Zambézia</i> | <i>8ª classe</i> |
| Artur Júlio Mwaneaia | 25 anos | <i>Nampula</i> | <i>6ª classe</i> |
| Pieter Ntabalane | 45 anos | <i>Sofala</i> | <i>2ª classe</i> |
| Jamal Augusto | 30 anos | <i>Zambézia</i> | <i>8ª classe</i> |
| Xavier Passote | 28 anos | <i>Cabo Delgado</i> | <i>5ª classe</i> |
| Lache Chuiete | 27 anos | <i>Zambézia</i> | <i>6ª classe</i> |
| Joaquim Paulo | 38 anos | <i>Cabo Delgado</i> | <i>5ª classe</i> |
| Faquir Mussa | 30 anos | <i>Nampula</i> | <i>7ª classe</i> |
| Muinde Chinai | 29 anos | <i>Zambézia</i> | <i>7ª classe</i> |
| Carlos Faztudo | 27 anos | <i>Niassa</i> | <i>5ª classe</i> |
| António José Ali | 28 anos | <i>Niassa</i> | <i>4ª classe</i> |
| Mário Kufaculinane Salane | 42 anos | <i>Manica</i> | <i>6ª classe</i> |
| Samuel Simone Muchanga | 29 anos | <i>Maputo</i> | <i>3ª classe</i> |
| Mário Matchula | 28 anos | <i>Zambézia</i> | <i>5ª classe</i> |
| Jorge Alberto | 28 anos | <i>Nampula</i> | <i>6ª classe</i> |
| Vitor João | 30 anos | <i>Niassa</i> | <i>4ª classe</i> |
| Samuel Saize Simango | 32 anos | <i>Manica</i> | <i>3ª classe</i> |
| João Pereira Rafael | 35 anos | <i>Zambézia</i> | <i>8ª classe</i> |
| António Mulungo | 31 anos | <i>Maputo</i> | <i>4ª classe</i> |
| Carlos José | 26 anos | <i>Gaza</i> | <i>5ª classe</i> |
| Augusto Matias | 28 anos | <i>Niassa</i> | <i>6ª classe</i> |
| João Alexandre | 24 anos | <i>Inhambane</i> | <i>3ª classe</i> |
| Eurico Francisco Muchanga | 25 anos | <i>Maputo</i> | <i>8ª classe</i> |
| Saide Chali | 35 anos | <i>Nampula</i> | <i>4ª classe</i> |
| Augusto Matavele | 33 anos | <i>Gaza</i> | <i>4ª classe</i> |
| Artur Pinto | 20 anos | <i>Zambézia</i> | <i>4ª classe</i> |
| Augusto Chirico | 27 anos | <i>Zambézia</i> | <i>6ª classe</i> |

Bibliografia

1. Monografias

- BALL, N., 1988: Security and Economy in the Third World, London:Adamantine Press, 140p.
- COHEN, S.I., 1994: Human Resource Development and Utilization, Aldershot:Avebury, 103p.
- HUME, Cameron, 1994: Ending Mozambique's War: The Role Of Mediation And Good Offices, Washington:United States Institute of Peace Press, 149p.
- KLINGEBIEL, S. et al, 1995: Promoting the Reintegration of Former female and Male Combatants in Eritrea, Berlin: German Development Institute, 1995, 125p.
- SRIVASTAVA, R., 1994: Reintegrating Demobilized Combatants: A Report Exploring Options and Strategies for Training-Related Interventions, Geneva: International Labor Organization (ILO), 171p.

2. Artigos

- COLCLOUGH, CH., 1982: "The Impact of Primary Schooling on Economic Development: A Review of the Evidence", World Development, 10(3):167-185.
- CAMPBELL, P.J. & PRITCHARD, R.D., 1976: "Motivation Theory in Industrial and Organizational Psychology", in Dunette M.D. (ed.), Handbook of Industrial and Organizational Psychology, Chicago:Rand McNally, pp.60-103.
- COELHO, João Paulo & VINES, Alex, 1996: "Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes em Moçambique", ARQUIVO, (Maputo), 19: 5-110.
- DA COSTA, Inês N., DE LEMOS, Manuel J.C., COELHO, João P.B., 1995: "O Arquivo Histórico de Moçambique e a Documentação do Processo de Paz", ARQUIVO, (Maputo), 17: 181-220.
- DA SILVA, Lélío G.R., 1995: "Operação de Paz em Moçambique", in REITZ, John W.(ed.); Military Review, LXXV(1): 13-27.
- LAUGLO, J. & NARMAN, A., 1988: "Diversified Secondary Education in Kenya: The Status of Political Subjects and their Uses after School", Pergamon Comparative & International Education Series, Vol.6, pp.235-256.

MALACHE, Adriano Manuel, 1996: "Pós-Guerra e Recuperação Económica no Distrito de Malema", ARQUIVO, (Maputo),19: 111-133.

McNABB, R. & WHILFIELD, K., 1994: "The Market for Training: An Overview", in McNabb, R. et al (eds.), The Market for Training, Aldershot:Avebury, pp.1-18.

NUBLER, Irmgard, 1997: "Human Resources Development and Utilization in Demobilization and Reintegration Programs", Bonn International Center for Conversion (BICC), Free University of Berlin, paper 7: 27p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A MIGRAÇÃO (OIM), 1996: "Um ano depois: qual é o estado da reintegração em Moçambique?", Serviços de Informação e Referência/Fundo Provincial para Soldados Desmobilizados, Relatório Especial, Maio de 1996: 30p.

----- 1996: "Relatório Informativo", Serviços de Informações e Referência\Fundo Provincial para Soldados Desmobilizados, Janeiro-Abril, 1996: 8p.

----- 1996: "Relatório Informativo", Serviços de Informações e Referência\Fundo Provincial para Soldados Desmobilizados, Maio-Julho, 1996: 22p.

PSACHAROPOLOUS, G., 1988: "Education and Development. A Review", Research Observer, Washington, DC: World Bank, 3(1):99-116.

RUPIAH, Martin, 1995: "Demobilization and Reintegration:'operation Merger' and the Zimbabwe National Defense Forces, 1980-1987", African Security Review, 4(3): 27-43.

SHIKANGALAH, Simon, 1994: "The Development Brigade:The Namibian Experience", African Defense Review, 3(20): 70-81.

THE WORLD BANK, 1993: "Demobilization and Reintegration of Military Personnel in Africa: The Evidence Of Seven Country Case Studies", Volume 1: Synthesis Report, 22 de Fevereiro [mimeo]: 67p.

THE WORLD BANK, 1993: "Demobilization and Reintegration of Military Personnel in Africa: The Evidence Of Seven Country Case Studies"(Discussion Paper), African Regional Series, Report nºIDP-130: 12-26.



3. Artigos não Publicados

ABRAHAMSSON, Hans, 1996: "O papel da Violência nos Processos de Transformação Social" (Documento de Discussão nºIV apresentado no Seminário de Educação Cívica para Oficiais Militares, em Maputo, de 11 a 22 de Março de 1996), PADRIGU:Gothenburg University, 29p.

HILÁRIO, Lolita Ivone, 1996: Monografia do Distrito de Boane (Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia), UEM:72p.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO DE ACÇÃO SOCIAL , 1996: "Pesquisa sobre a situação da Criança-Soldado em Moçambique", (Relatório, Fev. 1996): 29p.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, [1994]: "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra: Resumo da Experiência de Moçambique", [s/a]: 24p.

NILSSON, Anders, 1995: "A Paz nos nossos tempos:para um novo conceito de segurança" Documento de Discussão apresentado no Seminário de Educação Cívica para Oficiais Militares, em Maputo, de 11 a 22 de Março de 1996), PADRIGU: Gothenburg University, 20p.

UNITED NATIONS OPERATION IN MOZAMBIQUE (ONUMOZ), 1996: Mandates and Chronology of Main Events, (documento apresentado no Workshop intitulado "Projecto de Treino para a Paz", Pequenos Libombos, 14-16 de Agosto): 4p.

4.Outras Fontes

* Jornais e Periódicos

- Domingos
- Notícias
- Imparcial
- Savana
- MediaFax